

# IMAGENS DE MULHERES IMIGRANTES NA IMPRENSA PORTUGUESA

*Análise do ano 2003*

CLARA ALMEIDA SANTOS



acidi

Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I. P.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

**IMAGENS DE MULHERES IMIGRANTES  
NA IMPRENSA PORTUGUESA**  
*Análise do ano 2003*

Clara Almeida Santos

Biblioteca Nacional de Portugal – Catalogação na Publicação

SANTOS, Maria Clara Moreira Taborda de Almeida, 1977-  
Imagens de mulheres imigrantes na imprensa portuguesa:  
análise do ano 2003. – (Teses; 14)

ISBN 978-989-8000-40-8

CDU 316  
070

PROMOTOR  
**ALTO-COMISSARIADO PARA A IMIGRAÇÃO  
E DIÁLOGO INTERCULTURAL (ACIDI, I.P.)**  
[www.acidi.gov.pt](http://www.acidi.gov.pt)

AUTOR  
**CLARA ALMEIDA SANTOS**  
[clarasantos@interacesso.pt](mailto:clarasantos@interacesso.pt)

EDIÇÃO  
**ALTO-COMISSARIADO PARA A IMIGRAÇÃO  
E DIÁLOGO INTERCULTURAL (ACIDI, I.P.)**  
RUA ÁLVARO COUTINHO, 14, 1150-025 LISBOA  
TELEFONE: (00351) 21 810 61 00 FAX: (00351) 21 810 61 17  
E-MAIL: [acidi@acidi.gov.pt](mailto:acidi@acidi.gov.pt)

EXECUÇÃO GRÁFICA  
**EDITORIAL DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

PRIMEIRA EDIÇÃO  
**250 EXEMPLARES**

ISBN  
**978-989-8000-40-8**

DEPÓSITO LEGAL  
**261 931/07**

**LISBOA, NOVEMBRO 2007**

Dissertação de Mestrado em

Comunicação e Jornalismo

Autora: Clara Almeida Santos

Orientadora: Professora Doutora Isabel Ferin da Cunha

Universidade de Coimbra

Faculdade de Letras

*À Madalena,  
que me faz acreditar que o futuro tem futuro.*

## Índice

<b>PREFÁCIO</b>	<b>9</b>
<b>NOTA PRÉVIA</b>	<b>11</b>
<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>13</b>
1.1. CONCEITOS GERAIS	13
1.2. ANÁLISE DOS <i>MEDIA</i>	15
<b>2. SER IMIGRANTE</b>	<b>17</b>
2.1. A “IDADE DA MIGRAÇÃO”	17
2.1.1. <i>Enquadramento estatístico da imigração nos nossos dias</i>	18
2.1.2. <i>Especificidades da Europa Ocidental</i>	19
2.1.3. <i>Enquadramento teórico dos sistemas de migração</i>	22
2.1.3.1. <i>Teorias e polémicas</i>	22
2.1.3.2. <i>Tipologia das migrações</i>	23
2.1.3.3. <i>Tendências actuais</i>	24
<b>3. PORTUGAL, PAÍS DE MIGRAÇÃO</b>	<b>28</b>
3.1. EMIGRAÇÃO, IMIGRAÇÃO: DUAS FACES DA MESMA MOEDA	28
3.2. A IMIGRAÇÃO EM PORTUGAL EM NÚMEROS	29
3.2.1. <i>O “quinto período”</i>	33
3.3. PROCESSOS EXTRAORDINÁRIOS DE LEGALIZAÇÃO E LEGISLAÇÃO	35
3.3.1. <i>Legislação vigente</i>	36
3.4. MERCADO LABORAL	37
3.4.1. <i>Mulheres imigrantes e mercado laboral</i>	40
3.5. VALORES E ATITUDES FACE AOS IMIGRANTES	42
<b>4. VER O IMIGRANTE</b>	<b>45</b>
4.1. OS <i>MEDIA</i> E A CONSTRUÇÃO DA REALIDADE SOCIAL	45
4.2. REPRESENTAÇÃO, IDENTIDADE E DIFERENÇA	47
4.2.1. <i>A identidade europeia e o Outro</i>	48
4.3. OS <i>MEDIA</i> E O DISCURSO SOBRE A DIFERENÇA	49

4.3.1. <i>O racismo nos media</i>	51
4.4. A IMIGRAÇÃO ENQUANTO NOTÍCIA	52
4.4.1. <i>Análises de imprensa com a imigração como tema</i>	53
4.4.1.1. <i>Os estudos sobre a imigração nos media em Portugal</i>	57
<b>5. SER MULHER, VER A MULHER</b>	<b>63</b>
5.1. ESTUDOS SOBRE A(S) MULHER(ES)	63
5.2. DIFERENÇA, IDENTIDADE E REPRESENTAÇÃO DA MULHER	65
5.3. SITUAÇÃO DAS MULHERES EM PORTUGAL	67
5.3.1. <i>Papéis sociais das mulheres</i>	68
5.3.2. <i>Mulheres na imprensa</i>	70
5.4. MULHERES E IMIGRAÇÃO	71
5.4.1. <i>Características da imigração feminina</i>	72
5.4.1.1. <i>A relativa invisibilidade das mulheres imigrantes</i>	72
5.4.1.2. <i>Mulher imigrante e mercado laboral</i>	74
5.4.1.3. <i>Comércio sexual</i>	76
5.5. IMAGENS DE MULHERES IMIGRANTES	77
<b>6. IMAGENS DA MULHER IMIGRANTE NA IMPRENSA PORTUGUESA</b>	<b>80</b>
6.1. EXPLANAÇÃO DE PROPÓSITOS	80
6.2. METODOLOGIA UTILIZADA	81
6.2.1. <i>Definição das variáveis</i>	83
6.3. APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS E DEFINIÇÃO DE MODALIDADES	83
6.3.1. <i>Resultados e modalidades referentes à Forma</i>	85
6.3.1.1. <i>Data</i>	85
6.3.1.2. <i>Espaço</i>	87
6.3.1.3. <i>Tipo de peças</i>	88
6.3.1.4. <i>Secção</i>	91
6.3.1.5. <i>Fotografia</i>	92
6.3.2. <i>Resultados e modalidades referentes ao Conteúdo</i>	95
6.3.2.1. <i>Localização geográfica</i>	95
6.3.2.2. <i>Objecto 1 – Estatuto jurídico</i>	98
6.3.2.3. <i>Objecto 2 – Minorias</i>	101
6.3.2.4. <i>Tema</i>	103

6.3.2.5. <i>Ocupação</i>	106
6.3.2.6. <i>Personalização</i>	108
6.3.2.7. <i>Idade</i>	111
6.3.2.8. <i>Género</i>	112
6.3.3. <i>Resultados e modalidades referentes ao Discurso</i>	112
6.3.3.1. <i>Enquadramento</i>	112
6.3.3.2. <i>Tom</i>	113
6.3.3.3. <i>Argumentação</i>	114
6.3.3.4. <i>Vozes</i>	115
<b>7. ALGUMAS CONCLUSÕES</b>	<b>119</b>
7.1. ESPECIFICIDADES DA AMOSTRA	120
7.1.1. <i>O ano de 2003</i>	120
7.1.2. <i>A forma das notícias</i>	121
7.2. NOTAS RELATIVAS AOS RESULTADOS	122
7.2.1. <i>O conteúdo das notícias</i>	122
7.2.2. <i>O discurso das notícias</i>	124
<b>8. BIBLIOGRAFIA</b>	<b>126</b>
<b>ARTIGOS</b>	<b>133</b>
<b>ANEXO – Variáveis utilizadas na análise das peças jornalísticas</b>	<b>134</b>
Variáveis referentes à <i>Forma</i>	134
Variáveis referentes ao <i>Conteúdo</i>	134
Variáveis referentes ao <i>Discurso</i>	135



## PREFÁCIO

Comemora-se em 2007 o Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos, que pretende sensibilizar os europeus para a necessidade de uma sociedade mais justa e alertar para atitudes e comportamentos discriminatórios. Para que estes objectivos sejam atingidos é preciso que todas as pessoas, independentemente do sexo, da idade, da origem racial ou étnica, religião ou crença, deficiência ou orientação sexual, tenham as mesmas oportunidades. Com esta finalidade, o Programa Europeu pretende apoiar acções de informação sobre os direitos e obrigações dos cidadãos, bem como iniciativas direccionadas para os meios de comunicação e para os seus profissionais. Neste contexto, os meios de comunicação social possuem um importante papel na medida em que se constituem como a única fonte de informação da grande maioria das pessoas.

É nesta perspectiva que a publicação da dissertação de Mestrado de Clara Almeida Santos, *Imagens de mulheres imigrantes na imprensa portuguesa*, é extremamente oportuna. Nas sociedades contemporâneas, marcadas pela diversidade cultural e dominadas pela informação, as representações das minorias veiculadas pelos meios de comunicação assumem uma importância fundamental. A publicação deste trabalho que analisa de forma exaustiva e sistemática notícias (peças) sobre a mulher imigrante na imprensa portuguesa, é um estudo de caso que permite compreender a articulação entre diversidade e igualdade no tratamento de temáticas sobre mulheres e, sobretudo, sobre mulheres imigrantes.

O *corpus* analisado nesta publicação é relativo ao ano de 2003 e constituído por oito jornais — os diários *Público*, *Diário de Notícias*, *Jornal de Notícias*, *Correio da Manhã*, *24 Horas* e *A Capital*— e dois seminários, o *Expresso* e o *Independente*. A publicação é composta por sete capítulos que na verdade integram uma primeira parte, de contextualização da imigração e da mulher imigrante, e uma segunda parte, desenvolvida a partir do capítulo VI, onde é apresentado do estudo de caso e o trabalho empírico. Nos primeiros cinco capítulos a autora aborda, de forma transdisciplinar, as teorias sobre a Imigração e a Mulher, bem como as políticas nacionais e internacionais comuns à União Europeia. Debruça-se, igualmente, sobre os múltiplos fenómenos que lhe estão associados, tendo como foco a situação portuguesa e a Mulher Imigrante, não só em Portugal mas, também, na Europa. O capítulo IV é dedicado ao papel dos Media na construção social da realidade social, nomeadamente no que toca à identidade e à diferença. No capítulo VI, Clara Almeida Santos apresenta a metodologia utilizada na análise das peças e em seguida os resultados estatísticos obtidos pela aplicação do programa informático SPSS. Para finalizar, no capítulo VII, a autora apre-

sentam um panorama relativo à imprensa e à imigração no ano de 2003, interpretando, neste contexto, os resultados relativos à mulher imigrante.

A importância da publicação deste estudo caso, *Imagens de mulheres imigrantes na imprensa portuguesa*, realizado no âmbito do Mestrado do Instituto de Estudos Jornalísticos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra ressalta a importância dos meios de comunicação social na formação da opinião pública, informando correctamente os cidadãos e promovendo a integração de todos os imigrantes e, neste caso particular, das mulheres imigrantes. O mesmo estudo concorre, também, para denunciar alguns estereótipos, consolidados na nossa cultura, principalmente aqueles que estão associados a mulheres imigrantes de determinadas nacionalidades, e que tendem a consolidar visões discriminatórias e redutoras de fenómenos complexos.

O estudo é assim um contributo, tal como refere a autora, para descortinar as coincidências e dissonâncias entre a realidade estatística e a realidade mediatizada. Ao mesmo tempo, sendo um estudo extensivo permite observar os mecanismos utilizados pela imprensa na construção da imagem da mulher imigrante, identificando temáticas e problemáticas que lhe estão mais frequentemente associadas.

O trabalho caracteriza-se, ainda, pelo seu rigor metodológico, apresentando critérios objectivos de identificação de unidades de saliência temática e de indicadores de modelação, o que permitiu o tratamento estatístico dos dados. Estes procedimentos e a geração de gráficos possibilitaram, por sua vez, transparência e clareza na interpretação dos resultados.

Devo ainda acrescentar que esta publicação resultou do aprofundamento dos dados sobre a mulher imigrante, decorrente da execução, no Instituto de Estudos Jornalísticos, do projecto *Media, Imigração e Minorias Étnicas, 2003/2004*, projecto que se encontra na sua terceira edição, relativa ao ano de 2005/06. Nestes projectos, a autora participou primeiro como bolseira, e depois como investigadora sénior do meio Imprensa.

Coimbra, 12 de Março de 2007

Professora Doutora Isabel Ferin  
Universidade de Coimbra

## NOTA PRÉVIA

*Imigrante e mulher.* São estes os dois conceitos que inspiraram a realização deste trabalho que materializa a dissertação de mestrado em Comunicação e Jornalismo da Faculdade Letras da Universidade de Coimbra, defendida em Dezembro de 2004.

Foi a procura do cruzamento entre os dois termos na imprensa que deu origem à pergunta primeira que norteou a investigação: será que o teor e forma das notícias, os temas tratados e o discurso adoptado pelos *media* portugueses reflectem a realidade da imigração feminina em Portugal? Na expectativa de enquadrar uma resposta a esta questão, outras surgiram como complementares: Quais as diferenças de abordagem verificadas entre as notícias sobre mulheres imigrantes e sobre homens imigrantes? A existirem, estarão essas diferenças relacionadas com as especificidades dos *media* que as veiculam? Qual o papel desempenhado *media* na definição e difusão destas imagens? Será que estas questões são levadas ao espaço público e, se sim, com que nível de profundidade? Existirá uma imprensa especializada na questão da imigração, como existem especializações noutras áreas que conquistaram um lugar permanente nas páginas dos jornais?

A curiosidade necessária para formular estas perguntas e o estímulo para procurar as respostas são devidas, desde logo, à Doutora Isabel Ferin. Primeiro pelo convite para integrar o projecto de investigação na origem deste trabalho, mas também pela disponibilidade sem limites, pela confiança e, sobretudo, pela Amizade. Uma palavra para a Doutora Maria João Silveirinha, que desde a licenciatura em Jornalismo incentivou e motivou para a realização de trabalhos de investigação, insistindo na marca do rigor e da honestidade intelectual, a quem devo também a inspiração para a escolha do ângulo feminino.

Finalmente, ao Daniel agradeço a enorme lição de empenho profissional e incentivo ao desenvolvimento pessoal, além da cumplicidade silenciosa das horas de trabalho.



## 1. INTRODUÇÃO

*“A migração internacional é uma constante e não uma aberração na história humana”.*

Stephen Castles

### 1.1. CONCEITOS GERAIS

De acordo com o *International Migration Report 2002*, elaborado pela Organização das Nações Unidas (ONU), a definição de imigrante (adoptada desde 1998), considera o *tempo* como factor determinante. Assim, “um migrante de longo prazo é todo aquele que se desloca para um país diferente daquele que é a sua residência habitual por um período de tempo mínimo de um ano”. Esta definição, embora não seja assumida pela generalidade dos países (cujos critérios variam consoante as políticas de imigração adoptadas), será a que teremos em conta ao longo deste trabalho.

Everett S. Lee define migração como uma “mudança permanente ou semi-permanente de residência”, sem observar restrições na distância em que se opera a mudança ou na natureza, voluntária ou involuntária, do acto.

Antes de mais, importa salientar que o termo “migração” é operativo no sentido em que dá uma dimensão mais ampla aos fenómenos de *imigração* e de *emigração*, que eram vistos de forma parcelar. Traduz, com efeito, a realidade de se tratar de um movimento biunívoco. Quando, de um lado, se regista um fluxo de emigração, de outro regista-se o seu equivalente em termos de imigração. O conceito de migração vem, pois, responder à necessidade de olhar para a questão como tendo duas faces, reconhecendo que as consequências do movimento tanto se registam no país de envio como no país de acolhimento. Esta distinção, aliás, tem conhecido revezes ao longo dos tempos, como bem ilustra o caso Portugal, sobre o qual mais à frente nos debruçaremos.

Além da definição dos conceitos directamente associados à migração, existe outro termo que urge, nesta introdução, especificar. Trata-se da expressão “minorias étnicas” que figura, aliás, no título deste trabalho. A decisão de juntar minorias étnicas e imigrantes como foco da análise prende-se com a própria evolução das migrações, nomeadamente à fixação nos países de acolhimento. Esta decisão é particularmente pertinente no caso português, devido aos movimentos migratórios que se verificaram durante a década de 70, com a entrada em Portugal continental de um fluxo

de população proveniente das ex-colónias (sobretudo de Angola, Moçambique e Cabo-Verde), nascida em terras africanas mas com nacionalidade portuguesa. Podemos dizer, então, que “população imigrante e população estrangeira residente em Portugal são dois conjuntos que não se sobrepõem” (Esteves, 1991: 27). Ou seja, a designação “população imigrante” integra os estrangeiros residentes e também cidadãos originários de outras nacionalidades e regiões que adquiriram a nacionalidade portuguesa. É este conceito lato de *imigrante*, mais próximo do de *minoría étnica*, que adoptamos neste trabalho.

Retomamos ainda, para justificar esta escolha, a definição fundadora de Max Weber (1978: 389): “Vamos chamar «grupos étnicos» aos grupos humanos que têm uma crença subjectiva na sua descendência comum devido a semelhanças de tipo físico ou de hábitos, ou de ambas, ou devido a memórias de colonização ou migração; esta crença deve ser importante para a propagação da formação de grupo; inversamente, não interessa se uma relação de sangue objectiva existe ou não”.

O conceito assim definido oferece várias vantagens para a análise, nomeadamente a de não implicar um estatuto legal inferior aos dos grupos “não-étnicos”. Em teoria, todos os grupos humanos se poderiam considerar como étnicos. Porém, este epíteto parece apenas aplicar-se quando se consideram minorias face a maiorias. Outras das vantagens são a redução da importância da história, devido à sua abrangência, que abarca todas as origens e a compatibilidade com a residência prolongada. Este último aspecto revela-se bastante útil para o estudo das segundas e demais gerações, quando estão em causa processos migratórios.

Assim, a análise das notícias que constitui o elemento fulcral do presente trabalho tem em conta uma selecção prévia inclusiva das referências a grupos étnicos, ou melhor, devido ao já exposto, a minorias étnicas. São contempladas as peças noticiosas que têm como objecto cidadãos portugueses que se enquadram nesta definição. São exemplo disso as comunidades ciganas ou descendentes das antigas colónias portuguesas estabelecidos em Portugal.

Existe, a este respeito, uma fecunda discussão acerca da noção de “etnia” e de “etnicidade”. A primeira remete para os estudos da etno-anthropologia (que têm como objecto sociedades “exóticas” ou distingue as sociedades ocidentais das sociedades ditas primitivas<sup>1</sup>. Por “etnicidade”, termo que deriva do primeiro, remetemo-nos para o trabalho dos sociólogos que

1. Bastenier, Dassetto, 1995: 118-119.

se debruçam sobre as sociedades pluri-étnicas contemporâneas. A etnicidade pode ser suave ou dura (de acordo com a classificação de A. Touraine, consoante a sua motivação e os seus objectivos. As comunidades étnicas resultam da estabilização dos migrantes e da emergência, na consciência social, da irreversibilidade do processo. É nesta passagem se começam a concretizar os processos de integração e de igualização face aos autóctones. Dada esta constatação de que na origem do mecanismo de formação das comunidades étnicas está a migração e a consciência de processo-em-curso, faz todo o sentido incluir os grupos assim definidos como objecto de análise.

Contrariamente, cidadãos que se poderiam considerar imigrantes de acordo com as definições internacionalmente aceites, ficam fora do âmbito de análise. São estes os membros de estados-membros da União Europeia ou imigrantes oriundos de países pouco significativos na balança das migrações com destino a Portugal. Recorrendo ao senso comum, quando ouvimos falar de imigrantes nos órgãos de comunicação social, a imagem que naturalmente nos vem à cabeça não é a de um norte-americano ou de um japonês radicados em Portugal. Poder-se-ia dizer, genericamente, que as imagens analisadas neste trabalho têm como objecto protagonistas resultantes da sobreposição dos conceitos de imigrantes e de minorias étnicas.

## 1.2. ANÁLISE DOS MEDIA

Uma das conclusões que se pode, desde já, traçar, e que vai servir como ponto de partida do presente trabalho, é que a imagem que temos da imigração chega-nos, essencialmente, através dos meios de comunicação social. A televisão, como *media* mais consumido, é uma das principais transmissoras dessas imagens. É, no entanto, consensual entre os observadores dos fenómenos da comunicação, bem como nos próprios profissionais dos *media* que a televisão facilmente peca por alguma falta de contextualização, sobretudo devido à escassez de tempo disponível. Por outro lado, a análise de televisão apresenta várias dificuldades ao nível da análise metodológica, desde logo no momento da recolha, sobretudo devido ao acesso aos arquivos, e, posteriormente, na análise das características intrínsecas da imagem.

A escolha da análise da imprensa escrita surgiu, portanto, como natural, até porque que, em termos quantitativos, também se registou neste *medium* um aumento das notícias sobre imigração, o que concorre para uma imagem mais completa (ainda que possa ou não ser fiel) da realidade

portuguesa neste domínio. Restringindo-nos às representações mediáticas das mulheres imigrantes, este factor reveste-se de uma importância ainda maior.

Importa, por isso, num segundo momento, traçar as correspondências e as dissonâncias entre a imagem veiculada pela imprensa e a que resulta dos dados estatísticos disponíveis e dos estudos neles baseados. Só assim se poderá averiguar o grau de realidade das imagens apresentadas pelos jornais, neste caso específico, das mulheres imigrantes em Portugal.

Para começar a delinear essa imagem aproximada do “real” recorrendo sobretudo dos dados estatísticos disponíveis, o próximo capítulo apresenta uma síntese (necessariamente pouco exaustiva) das conclusões dos estudos sobre as migrações.

## 2. SER IMIGRANTE

*“Há 40 000 anos não havia humanos na Europa. Somos todos migrantes ou descendentes de migrantes”.*

Bob Sutcliffe

*“A história da humanidade não é mais do que a história de sucessivos fluxos de migração à face da Terra”.*

Marco Martiniello

### 2.1. A “IDADE DA MIGRAÇÃO”

No I Congresso Imigração em Portugal<sup>2</sup>, Demetrios Papademetriou afirmou que existiam (à data) entre 150 e 155 milhões de migrantes (segundo a definição da ONU). Estes números diferem, porém, em cerca de 25 milhões, das estimativas daquela organização. O especialista afirmou que a discrepância se deve ao facto de, com o final do Bloco Soviético, algumas fronteiras terem mudado, tornando as populações por elas limitadas em migrantes que nunca saíram do sítio. Este hiato serve para demonstrar como podem ser falíveis os dados estatísticos referentes às migrações internacionais. O fenómeno agrava-se se considerarmos que os diferentes países utilizam diferentes critérios para definir os “seus” imigrantes. A dificuldade em contabilizar os migrantes ilegais, que não entram nas estatísticas oficiais a não ser na forma de suposições, é outro dos entraves à existência de uma imagem quantitativa fiel da realidade da imigração que, ainda para mais, se encontra em constante mutação. “As estatísticas sobre as migrações internacionais são escassas, mais ou menos fiáveis e sujeitas a problemas de comparabilidade”<sup>3</sup>.

Todas estas considerações só são possíveis, no entanto, dada a existência de uma preocupação crescente com as migrações internacionais. A matéria não é nova mas as novas questões que vai colocando faz com que Stephen Castles e Mark J. Miller tenham dado o nome de *A idade da imigração*<sup>4</sup> a uma das obras que assinam sobre o tema. Este epíteto deve-se a algumas

2. Realizado em Dezembro de 2003 na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa, com organização do Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME).

3. OCDE, 2003.

4. Tradução livre da obra de 1998 *The Age of Migration. International Population Movements in the Modern World*, London: Macmillan Press.

características das migrações internacionais que os autores assinalaram e que prevêem que se assumam como tendências do fenómeno nos próximos 20 anos. Entre elas, destacamos: a globalização da migração, que se traduz no facto de afectar cada vez mais países ao mesmo tempo; a aceleração da migração, que aumenta em todas as grandes regiões; a diferenciação das migrações, que variam dentro dos países de acolhimento; a *feminização* da migração, que constitui um pilar justificativo deste trabalho.

Também Kymlicka<sup>5</sup> concorda com esta designação de “era da migração”, acrescentando que os países têm cada vez mais um carácter poli-étnico, com as consequências que semelhante característica acarreta.

Apesar das dificuldades já referidas<sup>6</sup>, convém situar o presente trabalho nos contextos actuais da imigração.

### 2.1.1. Enquadramento estatístico da imigração nos nossos dias

Retomando os números da ONU, por serem os mais comumente utilizados para efeitos de investigação, os migrantes internacionais constituem cerca de três por cento da população mundial. Esta percentagem esconde, naturalmente, as discrepâncias entre os países que são, tradicionalmente, de acolhimento, e os países de origem. Como mais adiante se verá, a distinção entre *países de imigração* e *países de emigração* é cada vez mais difícil de estabelecer. No entanto, existem países ou regiões do globo que se destacam pela quantidade de população migrante que albergam. É o caso da América do Norte, onde dez por cento da população é imigrante, e se distribui pelos Estados Unidos da América (35 milhões), Canadá (5 milhões) e México (um milhão)<sup>7</sup>. A Europa situa-se ao mesmo nível de acolhimento, com dez por cento da população resultante de fluxos migratórios. Alguns países, como o Liechtenstein ou o Luxemburgo, encontram-se acima desta média, com uma população imigrante que perfaz 35 por cento da população total.

Quanto à composição, poder-se-iam caracterizar os fluxos migratórios como sendo, fundamentalmente (apesar das novas tendências já referidas), masculinos<sup>8</sup>, agregando cada vez mais crianças, graças a outra característica que é a importância crescente da reunificação familiar.

5. RIBEIRO, 2003.

6. Cf., e.g., JACKSON, 1991.

7. Dados divulgados na conferência, já referida, de Demetrios Papademetriou.

8. O que se compreende se considerarmos que uma das principais motivações da migração continua a ser de ordem laboral.

A existência de um número crescente de crianças não deverá ser alheia ao facto de muitos países considerarem como imigrantes os descendentes de imigrantes (*ius sanguinis*), em detrimento da naturalidade desses descendentes (*ius solis*).

Apesar de as migrações serem apontadas pelos antropólogos e sociólogos como parte da natureza humana, e de desde sempre se terem registado fluxos migratórios, o estado de coisas actual, para a maior parte dos teóricos começou a definir-se sobretudo a partir da 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial<sup>9</sup>. Existem correntes, como a de Bastenier e Dassetto, que defendem que este movimento começou logo no século XIX. É genericamente aceite, porém, que no pós-guerra se observam características até então inauditas nos fluxos migratórios.

### 2.1.2. Especificidades da Europa Ocidental

Depois desta introdução genérica às características dos fluxos migratórios nas últimas décadas e antes de um olhar mais atento sobre a realidade portuguesa, convém observar como se comportam os fenómenos das migrações na Europa Ocidental, sobretudo num momento em que as políticas convergem e a União Europeia (UE) se alarga, tendendo a ser cada vez mais sinónimo da Europa-continente. Nesta Europa comunitária, o *Outro* é o “imigrante não-comunitário, sobretudo proveniente de países não-cristãos” (Castels, Davidson, 2000).

É precisamente na Europa que se afirmam com maior relevância as especificidades das migrações depois da 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial, nomeadamente a evolução demográfica, a acumulação de capital e conseqüente procura de mão-de-obra. Acontece ainda que o Velho Continente é o berço de muitas das nações com passado colonial. Esta herança tem como consequência, referida numa diversidade de estudos<sup>10</sup>, atrair a imigração dos países com os quais existiram relações administrativas<sup>11</sup>. Este fenómeno deve-se, naturalmente, aos laços previamente existentes, dos quais se destaca o factor linguístico.

Fazendo a história contemporânea das migrações internacionais com destino à Europa Ocidental a partir do final da 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial, a prin-

9. Cf., entre outros, MARTINIELLO, 1999.

10. Cf., por exemplo, COHEN, 1996.

11. Pierre Messmer, citado em MARTINIELLO, Marco (ed.), (1999), p. 16, afirma que “isto é uma armadilha montada pela história. Na França e na Europa habituámo-nos a colonizar o mundo. Agora os estrangeiros estão a vir a nós”.

principal motivação para o movimento de pessoas residia nas possibilidades oferecidas pela reconstrução dos países devastados pelo conflito. Depois, durante a década de 60, a Europa Ocidental (à exceção da Península Ibérica) apresentava-se como uma espécie de *Eldorado*, cheia de oportunidades, nomeadamente com a perspectiva do advento do mercado comum. Esta época de “migração laboral em massa durou aproximadamente até 1973/74, data da crise petrolífera que fez abrandar o optimismo na Europa e o fim de um ciclo de expansão económica. Seguiu-se, porém, uma fase de reunificação familiar, que acabou por conduzir a períodos de permanência mais longos e ao lançamento das bases da criação e estabelecimento de novas minorias étnicas.

A noção de etnicidade encontrava-se já introduzida no discurso público ocidental. As fracções de população que se enquadravam nesta *etnicidade* eram referidas como “trabalhadores estrangeiros”, aceção que os limitava a uma única vertente, justificando a não concessão de direitos relativos à cidadania (Bastienier, Dassetto, 1995). As minorias étnicas são consideradas como um elemento residual das migrações dos pós-guerra com destino à Europa (Bauböck, 1994). No entanto, a aquisição do estatuto de minorias étnicas não acontece de um momento para o outro: “trata-se de um processo em que os grupos dominantes da sociedade conferem determinadas características (reais ou imaginárias) aos que chegam e as usam para justificar a atribuição de papéis económicos, sociais e políticos específicos” (Castles, Both, Wallace, 1987: 97). Castles (2000) chama a estas minorias os “convidados que ficaram”.

Neste momento de viragem, surgem com crescente visibilidade os sinais de hostilidade da opinião pública autóctone. São os anos de política “imigração zero” na Europa Ocidental. Para justificar, embora de forma camuflada, estas políticas, contribui a classificação das segundas gerações como “bombas-relógio” sociais. Esta imagem é consubstanciada pelas notícias que vão sendo transmitidas pelos *media* e pela proliferação de bairros periféricos, verdadeiros *guettos* da imigração, nas grandes capitais europeias.

No entanto, e se atentarmos ao panorama geral, a UE era até há bem pouco tempo (ainda antes do alargamento a 25 estados-membros, oficializado a 1 de Maio de 2004 e, posteriormente, a 27) um conjunto de 15 países onde residiam 370 milhões de pessoas com centenas de etnias diferentes. Os estados-membros são verdadeiramente multiculturais. Poder-se-á aplicar, neste caso, o conceito de *ethnoscape* (etnopaisagem) introduzido por Appadurai, que se define como “a paisagem de pessoas que constituem o mundo em mudança em que vivemos: turistas, imigrantes, refugiados, exilados, traba-

lhadores estrangeiros e outros grupos e pessoas em movimento que constituem a principal característica do mundo e parecem afectar a política das, e entre, nações a um nível até agora sem precedentes” (Appadurai, 1998: 33).

Segundo os estudos mais actuais<sup>12</sup>, volta a ganhar expressão o interesse demonstrado por muitos países pela imigração laboral, ou seja, ou recrutamento de mão-de-obra migrante. Este fenómeno decorre, essencialmente, do envelhecimento da população nos países ditos desenvolvidos ou industrializados que introduzem alterações nas respectivas legislações, de forma a poder acolher trabalhadores estrangeiros. A este respeito, observam-se duas tendências distintas: por um lado, recrutam-se trabalhadores qualificados e altamente qualificados; por outro lado, noutros países (como Portugal), os trabalhadores necessários destinam-se a sectores que exigem poucas qualificações, como a construção civil, a prestação de cuidados a pessoas idosas e a serviços de limpezas domésticas ou em empresas.

Ainda assim, a migração laboral não constitui a fatia mais significativa do importante aumento dos fluxos internacionais que se regista desde o final dos anos 90. No topo da lista encontramos a reunificação familiar<sup>13</sup>.

Ao mesmo tempo que se regista, por parte de alguns países, a necessidade de absorver fluxos migratórios, grande parte do interesse consagrado às migrações resulta, pelo contrário, do facto de os imigrantes serem “cada vez mais considerados como um enorme perigo que impede a emergência de uma Nova Ordem Mundial” (Martiniello, 1999: 3). A presença de imigrantes é sobretudo dramatizada no discurso político, o que tem como consequência o aumento exponencial, nos últimos anos, de legislação que tem por objectivo a regulamentação das migrações. Simultaneamente, a integração aparece no topo das agendas políticas no que às migrações diz respeito. A par do reforço da segurança nas fronteiras externas, internamente reforçam-se os mecanismos para melhorar recursos linguísticos, promove-se a formação profissional dos imigrantes, implementam-se campanhas contra a discriminação. Em alguns países (como em Portugal), agendam-se períodos de regularização extraordinários para pessoas em situação de clandestinidade que cumpram determinados requisitos. A imigração representa, na UE e não só, um verdadeiro paradoxo: “as democracias ocidentais estão cada vez mais encurraladas entre o seu *ethos*

12. Como o relatório da OCDE *Tendances des migrations internationales*, 2003.

13. Bastante menos expressivos do que se poderia imaginar, considerando os ecos no espaço público, são os números relativos aos pedidos de asilo e aos refugiados que, todos juntos, constituem a terceira maior fatia dos fluxos migratórios, bastante afastada da migração laboral e da reunificação familiar.

liberal e a sua capacidade de controlar eficazmente a imigração” (Foner, Rumbaut, Gold, 2000: 215).

Posta, de forma sintética, a questão da caracterização estatística dos fluxos migratórios da actualidade e da sua perspectivação em termos históricos, compreende-se a riqueza e diversidade da produção teórica sobre este tema. A esta evidência vem juntar-se o facto de os *media* terem vindo a dar cada vez mais relevo a esta matéria, com abordagens bastante abrangentes. Estes fenómenos mantêm uma relação de causalidade recíproca que, por sua vez, tem como consequência imediata a ocupação de um lugar significativo dos temas ligados às migrações no espaço público mediatizado.

### **2.1.3. Enquadramento teórico dos sistemas de migração**

O tema das migrações atravessa uma série de disciplinas, das quais se pode destacar a Sociologia, a Antropologia, a Geografia, além de outras subsidiárias. Os estudos sobre o tema variam entre abordagens *macro*, que pretendem explicar o fenómeno como um todo global, e as abordagens *micro*, restringidas a casos pontuais (numa região, num país, num bairro) de onde se pretendem tirar ilações genéricas.

#### **2.1.3.1. Teorias e polémicas**

A atestar a saúde e vitalidade da investigação está o facto de existirem teorias de substituição, ou seja, que o que ontem era dado como certo, hoje é questionado pelos investigadores que se debruçam sobre as questões das migrações. A par desta justificação, podemos encontrar motivos para o constante devir das teorias da migração nas próprias características do fenómeno. Na verdade, a migração varia, em termos de volume e de composição, consoante o grau de diversidade das áreas dentro de determinado território, conforme a variedade das pessoas, com as flutuações da economia.

A questão que mais tem dividido os teóricos prende-se com os motivos que conduzem à decisão de migrar. Durante um longo período de tempo, aceitava-se a visão (agora conotada como simplista) dita do “puxa-empurra”. O mais importante (até porque pioneiro) destes modelos foi apresentado em 1885 por Ravenstein à Royal Statistical Society, com o título ambicioso de “As Leis da Migração”. Trata-se, em linhas gerais, de um modelo baseado no conceito do *homo oeconomicus*, que responde às pressões discerníveis de forma a maximizar as vantagens e minimizar o desconforto (Jackson, 1991).

Genericamente, os autores contemporâneos<sup>14</sup> contestam esta visão, afirmando que ela não leva em conta variados factores que influenciam os processos migratórios. Entre esses factores “exógenos” aos processos económicos (embora possam estar na base ou ser consequências deles), destacam-se: processos políticos ou demográficos, relações sociais, diferenças entre indivíduos (quando sujeitos ao mesmo ambiente económico, uns decidem pela migração, outros não), as relações internacionais entre os países de imigração e de emigração (nomeadamente, como já referimos, as ligações entre as antigas potências coloniais e as suas antigas colónias). Ainda assim, o modelo de Ravenstein e dos seus seguidores apresentam duas asserções muito válidas para o estudo das migrações: a primeira determina que o desenvolvimento da tecnologia e do comércio conduz, invariavelmente, ao aumento dos fluxos migratórios; a segunda aponta para a motivação económica como a que tem mais peso na decisão de migrar.

Várias correntes teóricas apontam para o crescimento do volume e da taxa de migração ao longo do tempo, o que pode ser explicado à luz de vários factores, mas essencialmente graças ao desenvolvimento das vias de comunicação e de transporte e ao progressivo desequilíbrio entre as várias regiões do mundo<sup>15</sup>. Mas também aqui a polémica tem meio de cultura fértil. Jonas Widgren (Cohen, 1996) é um dos autores que desmontam esta tendência. Este investigador propõe que se tome em consideração um período de 200 anos (de 1800 a 2000) para constatar que o maior fluxo de migração se registou entre 1845 e 1924, com 50 milhões de pessoas (na sua maioria europeus) a movimentar-se. Contudo, aos números absolutos devem juntar-se o peso relativo das migrações: a migração contemporânea é, em quantidades absolutas, maior do que em eras anteriores de migração. Em termos relativos, porém, é um pouco menor (Ghatak, Sassoon, 2001).

### **2.1.3.2. *Tipologia das migrações***

Uma outra área de interesse dos estudos das migrações diz respeito à tipologia da migração. Parte-se do princípio que nem todos os migrantes migram pelos mesmos motivos e que são diferentes as relações que estabelecem com o país que deixaram para trás e com o país para onde se dirigem.

14. Podemos referir, a título de exemplo, Marios Nikolinakos, Alejandro Portes e József Böröcz.

15. Este desequilíbrio pode ser visto como um fosso de desenvolvimento e de prosperidade económica entre o Norte e o Sul se tomarmos em conta que não se trata aqui do “Norte” e do “Sul” estáticos em termos geográficos, mas concordando, em termos metafóricos, que “cada Norte tem o seu Sul”.

Seguindo a construção teórica de Appleyard, que terá consequências na metodologia aplicada no estudo empírico descrito no capítulo VI deste trabalho, podemos distinguir entre imigrantes permanentes (inclui reagrupamento familiar), trabalhadores contratados (normalmente não qualificados ou, pelo menos, a executar tarefas que não exigem grandes qualificações), profissionais transeuntes (normalmente trabalhadores altamente qualificados) que migram temporariamente, clandestinos ou ilegais, pessoas em busca de asilo (com base em fundamentos políticos ou económicos) e refugiados.

Importa a este respeito realçar os motivos que dão origem às correntes migratórias que estão na base dos pedidos de refúgio ou de asilo. De facto, em termos quantitativos, estes representam apenas uma pequena parte dos fluxos migratórios. A sensação de que se trata de um movimento numericamente mais expressivo do que na realidade é releva do facto de ser muito mediatizado e de fazer parte da agenda política de muitos países que são alvo de pedidos de refúgio ou de asilo.

Everett Lee compara a importância das motivações políticas com outras de diferente tipo para concluir da sua pequena expressão: “leis más ou opressivas, impostos elevados, clima não atractivo, redondezas sociais inconvenientes e até compulsão (tráfico e transporte de escravos) produziram e ainda produzem correntes de migração, mas nenhuma dessas correntes se pode comparar, em volume, com a que emerge do desejo inerente à maior parte dos homens de se «melhorar» a nível material” (Cohen, 1996: 15).

Uma das cidades que pode ser considerada como um exemplo vivo desta tipologia, de forma a ilustrar como os diferentes tipos de migrantes convivem no mesmo espaço, é Bruxelas, apresentada por Alain Tarrius como um local onde se cruzam imigrantes pobres em busca de melhores condições de vida e residentes temporários que ocupam lugares cimeiros na hierarquia laboral, como quadros da OTAN ou de instâncias comunitárias (Tarrius, 1992).

### **2.1.3.3. *Tendências actuais***

No momento presente, o enfoque teórico e político de alguns quadrantes começa a apontar para novas direcções. Quer os trabalhos académicos quer o discurso político começam a questionar se a imigração pode ser a solução para algumas das questões prementes com as quais se debatem as sociedades ocidentais contemporâneas, nomeadamente o envelhecimento da população. Um estudo da ONU, publicado em 2001<sup>16</sup>, sustenta que

16. “Replacement Migration: Is it a Solution to Declining and Ageing Populations?”.

o número de imigrantes necessários para evitar declínios na população activa é superior ao número necessário para evitar o declínio da população total. Se, acrescenta o relatório, esses fluxos se verificarem, os fluxos migratórios pós-1995 e seus descendentes representarão uma fatia largamente maioritária da população total em 2050. O défice de população activa na União Europeia, a manterem-se os níveis da taxa de natalidade actuais, está previsto já para 2010. Actualmente, as contribuições dos imigrantes, em termos de impostos pagos nos países que os acolhem, representam já uma parte significativa na balança de receitas dos Estados<sup>17</sup>. O crescimento demográfico na maioria dos países da UE deve-se aos fluxos migratórios que acolhe.

Apesar disso, e como já vimos a propósito da caracterização estatística dos fluxos migratórios da actualidade, a imigração (já não falamos de migrações) é frequente vista como uma ameaça à segurança e à estabilidade nacionais dos países de acolhimento, sobretudo por parte de determinadas facções políticas, que fazem deste tema o seu porta-estandarte. Como resultado da disseminação destas “doutrinas” verificou-se, desde os anos 70, que a proporção dos estados que consideram os seus níveis de imigração altos demais triplicou<sup>18</sup>. A consequência pública mais visível deste facto é a implementação, nesses países, de medidas que fecham as portas à imigração. Menos visível mas também detectável é a eclosão de movimentos nacionalistas com expressão partidária. Em épocas de recessão económica, as populações autóctones ficam mais susceptíveis à aceitação de semelhantes ideologias. Apesar dos inúmeros estudos que afirmam a dissociação entre que o desemprego e a imigração, principalmente porque os trabalhos ocupados pelos imigrantes são, na sua maioria, aqueles que a população nacional não está disposta a aceitar.

Estamos na presença, portanto, de dois entendimentos dicotómicos da questão das migrações internacionais, na perspectiva dos países de acolhimento (aquela que nos ocupa neste trabalho). Por um lado, os imigrantes são vistos como indutores de problemas sociais de vária ordem. Por outro, são apontados como a resolução dos problemas demográficos e, consequentemente, económicos que afligem as previsões das civilizações ocidentais industrializadas.

17. Refira-se, a este propósito, que em Portugal, em 2002, as contribuições dos imigrantes perfizeram 5 por cento das contribuições totais. Contas feitas, em 2001, a diferença entre as receitas fiscais e da Segurança Social provenientes da população imigrante e os gastos do Estado com essa população ultrapassou os 311 milhões de euros. No ano de 2001, cada estrangeiro a trabalhar em Portugal (legalizado ou em vias de o ser) terá sido um contribuinte líquido do Estado em cerca de 1390 euros. Estes números constam do estudo *Impacto da Imigração em Portugal nas Contas do Estado*, de Corrêa d’Almeida.

18. Jonas Widgren, *International Migration and regional stability*, in Cohen, 1996.

As questões políticas assumem, assim, uma relevância extrema. O poder político é, simultaneamente, quem determina (em teoria) as entradas e quem promove, em primeira instância, a integração. As questões da cidadania são compreensivelmente preponderantes na produção teórica acerca das migrações. A fase da consideração da cidadania e dos direitos políticos outorgados aos imigrantes representa já algum reconhecimento da consolidação da imigração. Ou seja, é própria de um segundo e terceiro momento, posterior ao da fixação temporária.

Na terminologia anglo-saxónica (Castels, Davidson, 2000), distinguem-se *citizens*, *denizens* e *margizens*. Aos primeiros corresponderia o cidadão de pleno direito, natural do país onde reside ou que tenha adquirido nacionalidade, que goza de direitos civis, políticos e sociais. Os *denizens*, a que poderíamos chamar “semi-cidadãos”, são definidos como “cidadãos estrangeiros com permanência legal e residência permanente” em determinado país. Normalmente, gozam de direitos sociais e civis, mas é-lhes negado o acesso à tomada de decisões políticas, nomeadamente o direito ao voto. Finalmente, *margizens* será uma contracção entre o marginal e o cidadão para referir os imigrantes sem residência legal, clandestinos ou que buscam asilo ou refúgio. A estes, os direitos já referidos são extremamente limitados (Bauböck, 1994).

Existe ainda uma espécie de categoria intermédia, cuja tendência expectável é a do desaparecimento, mas que ainda tem cabimento no registo teórico relativo à União Europeia. Trata-se de um nível de cidadãos que se situa entre os cidadãos que vivem dentro do estado que lhes dá nacionalidade e os *denizens*: são cidadãos de um estado-membro da UE que estejam a morar em outro estado-membro, os quais ainda gozam de uma igualdade de direitos completa.

Esta introdução de novos conceitos responde, em certa medida, à problemática decorrente das novas etnopaisagens e da globalização, que afecta a autonomia relativa do estado-nação, sobretudo no que diz respeito ao nexo entre poder e lugar (Castels, Davidson, 2000).

Uma das formas de promover a cidadania aplicada aos imigrantes é a apologia da cidadania cívica, forma que abarca direitos e obrigações dos imigrantes perante o país de acolhimento, com o objectivo de fomentar a integração.

Recuperando as palavras de Martiniello, “a migração e as formas em que é socialmente construída constituem uma lente através da qual podemos olhar a cidadania e a identidade etno-nacional de modo a renovar esses

conceitos para que possam ver acrescido o seu poder de explicação num mundo em rápida mudança” (Martiniello, 1999: 5).

Ao mesmo tempo, outros teóricos como John Solomos verificam que a construção de uma identidade (neste caso, europeia) implica um padrão de exclusão do *Outro*, migrante, estrangeiro ou negro.

Em jeito de conclusão desta primeira abordagem às formas de ver o migrante num contexto global, podemos afirmar que, apesar de o fenómeno dos fluxos migratórios não ser recente, as abordagens ao tema têm sido diferentes, no que diz respeito às perspectivas teóricas. A realidade cambiante dos próprios processos migratórios está na origem desta permanente renovação. Os reflexos sentem-se também ao nível das políticas e das formas de pensar a migração por parte da sociedade em geral.

Depois da escala global, mais aproximada à realidade da Europa Ocidental, olhamos de seguida para Portugal, para compreender mais tarde os mecanismos da imprensa nacional quando está em causa a questão das migrações.

### 3. PORTUGAL, PAÍS DE MIGRAÇÃO

*“Um português que é só português  
Não é português”.*

Fernando Pessoa

#### 3.1. EMIGRAÇÃO, IMIGRAÇÃO: DUAS FACES DA MESMA MOEDA

Em Portugal, poder-se-á dizer que a imigração, fundamentalmente nos últimos dez anos, se constituiu como uma transformação já assimilada. Tema recorrente no discurso político, frequentemente a imigração é colocada em contraponto com a emigração portuguesa. Sobretudo quando os enunciados são dotados de um carácter moral e têm como objectivo alertar para a necessidade de integração dos migrantes que escolheram Portugal como destino. A dualidade “país de emigração/país de imigração” é amplamente difundida, sobretudo ao nível dos discurso político, numa justificação das medidas implementadas e também como resposta à existência de movimentos sociais relativamente recentes e que são consequência da realidade de Portugal como país de destino.

Em certa medida, as situações são complementares e justificam-se reciprocamente. Na verdade, os índices de emigração registados em Portugal na viragem do século XX são equivalentes aos que se verificavam nos anos 60, entre as 50 mil e as 100 mil saídas anuais (Cádima, Figueiredo, 2003: 105). Como decorre do exposto, a corrente emigratória está longe de poder considerar-se extinta, ao que acresce o facto de o peso dos emigrantes portugueses radicados no estrangeiro ser “incomparavelmente superior ao dos estrangeiros”<sup>19</sup> residentes em Portugal. Vários autores vêem aliás neste fenómeno emigratório um dos factores que contribuem para a entrada de imigrantes em Portugal. Parte das carências laborais que os fluxos migratórios vêm colmatar são motivadas pela saída de trabalhadores autóctones, que estão a desempenhar o mesmo tipo de serviços, por exemplo, em países do Norte da Europa. Poder-se-ia dizer, com Maria Baganha e Emilio Reynery, que Portugal serve como uma espécie de “câmara de compensação” entre os países de envio de mão-de-obra imigrante e os países que recrutam mão-de-obra (Solé, 2001).

Este é um dos mecanismos complexos da migração em Portugal que ficam, frequentemente, camuflados por estereótipos que grassam no espaço público, como o da “invasão” de Portugal por parte de cidadãos

19. Intervenção de Maria Beatriz Rocha-Trindade, *in* Lages, Policarpo, 2003: 92.

estrangeiros. Outro exemplo é o da realidade laboral dos imigrantes em Portugal, tipicamente conotada com a ocupação de posições na base da pirâmide, tais como a construção civil ou obras pública, no caso dos homens, ou as limpezas domésticas ou de empresas, no caso das mulheres.

De acordo com o relatório da OCDE sobre as migrações internacionais em 2003, distinguem-se dois grupos de países, considerando como ângulo de análise um critério quantitativo – a percentagem de estrangeiros face à população nacional. O primeiro caracteriza-se pela imigração com carácter essencialmente temporário, em que os fluxos representam sistematicamente uma proporção importante em relação aos efectivos. No segundo, em que Portugal se insere (segundo o referido relatório), a imigração constitui um fenómeno recente ou em forte crescimento. Entre os países que pertencem à OCDE são referidos, para além de Portugal, a Irlanda, a Itália e a Grécia. Aponta-se para estes países, pertencentes ao segundo grupo, uma tendência de chegada de novas vagas de imigração, consequência natural do reagrupamento familiar. Talvez quando (e se) esta tendência se registar e se, simultaneamente, se verificarem alterações nos fluxos emigratórios com origem em Portugal venha a fazer sentido tentar classificar o país em termos de imigração ou emigração.

Para já, fará mais sentido consentir que estamos na presença de um país de migrações, para então partir para uma caracterização mais concreta desta realidade. Portugal ocupa, pois, uma “posição única entre os países do Sul ou da periferia da UE (é um país de envio, juntamente com a Irlanda; e de acolhimento, como a Espanha ou a Grécia)” (Baganha, 1998: 36). No caso do presente estudo, trabalhamos apenas os dados relativos às migrações que têm Portugal como destino.

### **3.2. A IMIGRAÇÃO EM PORTUGAL EM NÚMEROS**

Podemos considerar a história da imigração em Portugal dividida em cinco grandes períodos: os três primeiros encontram-se amplamente definidos na literatura sobre o tema e o quarto, mais recente, já foi alvo de alguma investigação. O quinto é apresentado neste trabalho sem que exista ainda apoio teórico para o sustentar, muito devido ao facto de ainda estar a decorrer e por isso ser um objecto de difícil definição e ainda mais árdua delimitação. Ainda assim, não será nenhuma heresia considerá-lo como distinto do período anterior, já que apresenta características próprias nas várias dimensões de que se reveste o fenómeno migratório, até mesmo na vertente mais facilmente analisável – a quantitativa.

Assim, seguindo a caracterização proposta por F. L. Machado (1991) para os três primeiros períodos, podemos afirmar que o primeiro deles (ainda muito mais significativo em termos de emigração do que de imigração) corresponde, *grosso modo*, à década de 60. Nesta época, a imigração surgia como uma forma de compensar a partida dos portugueses que partiam para a Europa do Norte e América; trata-se de uma imigração incipiente e pouco significativa, embora já seja digna de registo por vários autores<sup>20</sup>.

O segundo período da imigração em Portugal inicia-se nos anos 70, com o deflagrar das guerras da independência nas antigas províncias portuguesas em África. Regista-se um movimento de entrada em Portugal de residentes nessas regiões, considerados como imigrantes, apesar de, oficialmente, serem portugueses. Este fluxo torna-se particularmente intenso depois da Revolução de 1974 e a descolonização que se seguiu, que fez com que se verificasse um crescimento médio anual da população estrangeira em Portugal na ordem dos 12,7 por cento (Baganha, Marques, 2001: 11). Chegadas a 1980, havia em Portugal “58.000 residentes estrangeiros, dos quais 48% oriundos de África, 31% da Europa e 11% da América do Sul” (Baganha, Marques, 2001: 15). Este valor não inclui os portugueses retornados das antigas colónias, que protagonizaram um dos grandes desafios que Portugal no âmbito de processos migratórios. Estima-se que cerca de 505.000 cidadãos tenham regressado a Portugal, provenientes sobretudo de Angola (61 por cento) e Moçambique (32 por cento). Este cálculo é feito com base no Censo de 1981, que veio mostrar que mais de 5 por cento da população portuguesa residia a 31 de Dezembro de 1974, nas ex-colónias<sup>21</sup>.

Na verdade, este movimento corresponde a um regresso de emigrantes portugueses radicados nas ex-colónias, sobretudo durante a década de 60. Dado o período prolongado de ausência e ao facto de grande parte dos que regressaram terem já nascido nos territórios administrados por Portugal em África, tomamos a liberdade de considerar, com legitimação de vários autores, o fenómeno como migratório com características de imigração. Tratou-se, portanto, de um verdadeiro processo de integração de pessoas com uma cultura, mentalidade e experiência completamente marcadas pela permanência nas ex-colónias, já para não falar no esforço de integração laboral de uma quantidade de pessoas que correspondia a uma grande percentagem da população portuguesa a residir no continente na época. Registaram-se também alterações profundas ao nível da evolução do

20. Cf., por exemplo, Esteves, 1991.

21. Cónim, Carrilho, 1989: 91.

número de nascimentos, casamentos e um rejuvenescimento global da população portuguesa residente em território nacional (apenas a título exemplificativo, diga-se que o número de indivíduos com menos de 15 anos, entre 1960 e 1981, cresce de 15 por cento da população total para 42 por cento da população total). O repatriamento de portugueses residentes nas ex-colónias veio também aumentar ligeiramente a qualificação da mão-de-obra e revitalizar algumas actividades, nomeadamente empresariais e industriais, um pouco por todo o país.

Neste contexto de alterações profundas, o processo de industrialização em Portugal conhece alguma evolução nos anos 70, depois da recessão económica vivida durante a década anterior. Com a entrada na EFTA, o país abre-se ao investimento estrangeiro e estreitam-se as relações com outros países (Esteves, 1991:20). Portugal começa, pois, a ser um destino mais apetecível aos olhos de imigrantes de vários tipos. Embora seja difícil de contabilizar, é nesta época também que começa a registar-se um fluxo de imigração proveniente dos PALOP. Estes cidadãos eram considerados como portugueses e daí a incapacidade de fornecer números rigorosos relativos a este movimento migratório. Realce-se, no entanto, dois tipos de imigração: a de estudantes que procuram Portugal para fazer estudos superiores (embora em número pouco significativo, corresponde à “fatia” dos futuros dirigentes dos PALOP, o que se reveste de particular significado; a de trabalhadores desqualificados que vêm ocupar lugares especialmente na construção civil, oriundos, sobretudo de Cabo Verde, que fundam em Portugal bases para o estabelecimento de comunidades de imigrantes que vão conhecer um enorme desenvolvimento. Na realidade, a percentagem de população estrangeira empregue neste sector de actividade em 1981 é de 22 por cento (contra os 3 por cento registados em 1960).

A estabilização destas mudanças na sociedade portuguesa marca o início do terceiro período, que podemos situar nas décadas de 80 e 90, em que se registou a continuação dos fluxos provenientes de países lusófonos, com especial destaque para a consolidação da cadeia migratória estabelecida com Cabo-Verde e também com o Brasil (Machado, 1991). Este período é marcado por um crescimento económico que torna Portugal cada vez mais apetecível. A entrada na então CEE, que acontece em 1986, e a chegada dos fundos estruturais comunitários, reforça a ideia de um país em crescimento, com oportunidades. Na realidade, a perspectiva tem todo o cabimento, sobretudo se atentarmos ao facto de terem sido criados, entre 1981 e 1991, 620 mil novos postos de trabalho, ao passo que foram suprimidos 365 mil (Baganha, Góis, Ramalho, 1996-1998).

De fulcral importância neste período é a queda do Muro de Berlim, que vai determinar uma série de alterações ao nível da “ecologia humana” global.

Esta mudança não se vai fazer sentir apenas nos países que deixam de estar sob domínio do bloco soviético, mas também dos países então ditos do Terceiro Mundo. O seu peso no cenário mundial diminui devido à perda de poder negocial nos fóruns internacionais, já que deixam de ser interessantes para os lados contendentes na Guerra Fria (Dirk J. Van de Kaa, em Cohen, 1996). Como consequência deste efeito dominó podemos apontar um certo declínio das condições de vida ou, pelo menos, da esperança de as vir a alcançar. As alterações repercutem-se no fenómeno migratório. Portugal passa a ser destino de um tipo de imigração diferente, que vai marcar decisivamente o início de uma nova era.

O quarto período desenvolve-se nos últimos anos do século XX e é marcado por uma nova baixa na taxa anual média de crescimento da população estrangeira, que passa a situa-se por volta dos 6,4 por cento, com um grande influxo proveniente do Brasil (Baganha, Marques, 2001). Em 1999, existem 190.896 imigrantes registados, sendo 47 por cento dessa população proveniente de África, 30 por cento da Europa, 14 por cento da América do Sul e 5 por cento da América do Norte. Portugal consolida-se, decididamente, como um país capaz de absorver mão-de-obra estrangeira. Convém relembrar que a década de 90 corresponde a uma explosão de obras públicas e da preparação de acontecimentos de monta – Ponte Vasco da Gama, Expo98, Porto2001.

Verificamos, pois, que também Portugal não foge à regra, enunciada no capítulo anterior, que determina que a imigração seja, sobretudo, proveniente de regiões com as quais o país de destino manteve ou mantém relações mais intensas. Aliás, é característico de todo o migrante “procurar, tanto quanto possível, efectuar uma mudança do conhecido para o conhecido” (Jackson, 1991: 83). A língua desempenha um papel fundamental neste processo cognitivo, na identificação do que é o “conhecido”. Daí que se tenha realçado, num momento anterior, o facto de muitos dos futuros dirigentes das nações que se tornaram independentes de Portugal terem realizado os seus estudos superiores em instituições portuguesas.

No entanto, esta concepção tradicional do movimento migratório vai conhecer algumas transformações, como vamos poder observar, talvez devido aos processos de globalização que, genericamente, fazem com que o mundo inteiro seja um lugar cada vez mais conhecido.

Um dos acontecimentos marcantes deste período e que vem exactamente nesta linha de raciocínio é a entrada em vigor do Acordo de Schengen, em 1993. Este marco pode explicar, pelo menos parcialmente, os 30 por cento de população estrangeira proveniente da Europa. Basicamente, o Acordo de

Schengen determinou a existência de fronteiras externas comuns a todos os países da União Europeia. Ou seja, a circulação no interior da UE pode fazer-se livremente, já que as únicas fronteiras fisicamente existentes (e não geopoliticamente, naturalmente) são as que distinguem os então Quinze do resto do mundo. A partir da entrada em vigor do Acordo, registou-se um aumento significativo do volume de imigrantes em todos os países da UE, protagonizado sobretudo por indivíduos provenientes do Leste europeu, e Portugal não foi exceção.

Em termos laborais, as características deste período mostram bem a situação de semi-periferia de Portugal, sobretudo ao nível do funcionamento do mercado laboral que integra os imigrantes: por um lado, “instalam-se em Portugal nacionais de países desenvolvidos da Europa com níveis elevados de qualificação, fluxo qualitativamente simétrico em relação ao da emigração portuguesa de trabalhadores não qualificados durante as décadas de 60 e 70 para esses mesmos países. Por outro lado, Portugal é o destino de milhares de trabalhadores não qualificados oriundos dos PALOP, países para onde, em contrapartida, se dirige um fluxo de trabalhadores portugueses qualificados” (Esteves, 1991: 33). Ou seja, as marcas de uma evolução positiva, visível ao nível da qualificação da mão-de-obra e da melhoria das condições de vida da população em geral vivem lado a lado com a “paralelização da economia e deficiente regularização do mercado de trabalho” (Garcia, 2000: 111).

### 3.2.1. O “quinto período”

No contexto de um certo optimismo relativamente às possibilidades oferecidas por Portugal, talvez seja desejável começar a esboçar um novo período da imigração. A sua característica mais imediata está bem patente na estatística referente à residência de estrangeiros em Portugal. De acordo com o SEF, registou-se um crescimento de 68,8 por cento de estrangeiros legais no território, de 207.607 para 350.503, entre 2001 e 2002. Este fenómeno deve-se à realização de um período extraordinário de legalização, que mais adiante se caracterizará com maior detalhe. Se considerarmos os números referentes a 2003, divulgados pela mesma fonte, verificamos que em quatro anos, o número de estrangeiros a residir em Portugal ou com autorização de permanência aumentou mais de 100 por cento, já que no final de 2003 o SEF registou um total de 434.548.

Em termos de composição “étnica”, desde o final dos anos 90 tem-se registado um aumento da imigração proveniente dos vários países-membros da UE e dos chamados países de Leste, na sua maioria resul-

tantes do desmembramento da ex-União Soviética. A comunidade ucraniana chegou a ser a terceira maior entre as comunidades estrangeiras em Portugal, constituída por 62.834 cidadãos legais (com autorização de permanência), em 2001<sup>22</sup>. Curiosamente, se atentarmos ao número de ucranianos residentes em Portugal em 2003 (de acordo com os dados do SEF), o valor desce para 504 indivíduos, o que indica que a grande percentagem dessa comunidade está em Portugal há relativamente pouco tempo, pelo menos tempo insuficiente para ter o estatuto de residente. Este dado é reforçado pela observação de que, em 1999, existiam 123 ucranianos legais em Portugal (MSST/DEPP, 2001: 41).

Mais recentemente, o Brasil voltou a ganhar importância enquanto país de origem, sobretudo devido ao período extraordinário de legalização destinado, exclusivamente, a cidadãos brasileiros, levado a cabo em 2003.

Uma das características curiosas (embora expectável) da população de imigrantes em Portugal é o facto de representar (de acordo com números de 2002 divulgados no relatório da OCDE relativo a 2003) 3,4 por cento da população residente e 4,5 por cento da população activa<sup>23</sup>. Esta presença no mercado de trabalho relaciona-se directamente com as motivações que estão na base dos processos migratórios e, por isso, merece um desenvolvimento detalhado mais à frente neste capítulo.

Relativamente à composição em termos de sexo da população imigrante em Portugal, registou-se, neste último período, um ligeiro crescimento da proporção de mulheres no total de população estrangeira, de cerca de 41,5 por cento em 1995 para 44 por cento em 2001 (OCDE, 2003: 278). Números mais recentes dão conta desta tendência, sendo que, considerando determinadas nacionalidades, como é o caso da brasileira ou da russa, o número de mulheres que procuram Portugal é já superior ao de homens (dados do SEF relativos à população estrangeira residente em Portugal em 2003).

Um dos objectivos deste trabalho é, precisamente, enquadrar o tratamento dado pela imprensa a este fenómeno, num período que, além do que os números têm de significativo, apresenta um universo de especificidades relativamente aos períodos anteriores. Para tentar dar conta dessas singularidades, pretendemos analisar de seguida uma série de dimensões que ajudarão, na nossa perspectiva, a clarificar a visão acerca da periodização proposta.

22. Dados apresentados no I Congresso da Imigração, já referido.

23. Os dados, no entanto, não são coincidentes com os números divulgados pelo SEF e pelo Ministério do Trabalho e da Segurança Social para a mesma data.

### 3.3. PROCESSOS EXTRAORDINÁRIOS DE LEGALIZAÇÃO E LEGISLAÇÃO

Uma das explicações possíveis para o crescimento da percentagem de população estrangeira legal em Portugal reside na abertura de vários períodos extraordinários de legalização nos últimos anos: em dez anos (entre 1992 e 2002) foram levados a cabo três, que resultaram na legalização de 248.806 cidadãos estrangeiros.

O primeiro período extraordinário de legalização na Europa aconteceu em Itália, em 1988. Não é de estranhar que sejam sobretudo os países do Sul da Europa (Portugal, Itália, Espanha e Grécia) a implementar este tipo de soluções, uma vez que foram confrontados com uma realidade que lhes era desconhecida, mais habituados a ser países de emigração do que de imigração. A própria ligação afectiva a este tipo de situações pode estar na base da construção de sistemas mais permissivos à entrada de imigrantes do que o que acontece em países que lidam com o fenómeno da imigração há mais tempo.

Em Portugal, o primeiro período extraordinário de legalização teve lugar em 1992 e nesse processo foram legalizados 39.166 estrangeiros. Convém referir que, no início dos anos 90, dos cerca de 200 mil imigrantes existentes em Portugal, cerca de 40 por cento encontra-se em situação de ilegalidade (Esteves, 1991). Ou seja, até então não há medidas centrais e significativas para “organizar e regular o processo de vinda dos imigrados”, para combater as redes de tráfico, para promover “a integração cultural” (Garcia, 2000: 111).

Em 1996, o Governo socialista, encabeçado por António Guterres, abriu um novo período no qual conseguiram legalização 35.082 cidadãos.

Em 2001, ainda com o Governo socialista no poder, volta a haver um período extraordinário de legalização, desta vez permitindo a 174.558 pessoas ter acesso à legalidade. O relatório da OCDE já referido chama a esta medida política um “programa de amnistia” para os imigrantes indocumentados na posse de um contrato de trabalho. Ainda segundo o mesmo relatório, beneficiaram desta “amnistia” sobretudo cidadãos provenientes da Europa de Leste (em especial da Ucrânia, da Moldávia e da Roménia), da Rússia, do Brasil e da África lusófona (sobretudo de Cabo-Verde e de Angola).

Com características um pouco diferentes dos períodos anteriores porque limitada a uma única nacionalidade, 2003 é marcado por um novo período de legalização, destinado a cidadãos brasileiros em Portugal em situação irregular. Cerca de 15 mil pessoas foram legalizadas neste processo.

Os períodos extraordinários de legalização não têm como objectivo resolver o problema da imigração ilegal, mas apenas tentar regularizar situações mais ou menos consumadas. Há autores que afirmam, no entanto, que esta pode ser uma forma de aumentar a instabilidade e até mesmo a entrada ilegal nos países que vão abrir este tipo de períodos, com o objectivo de proceder à legalização. Poderemos ainda especular que a necessidade sentida pelo poder político de realizar estes períodos extraordinários de legalização se deve à tensão existente entre as políticas europeias para a imigração, tendentes ao encerramento das fronteiras comunitárias, e a realidade portuguesa, com as suas carências e especificidades.

Bob Sutcliffe observou<sup>24</sup> que a distinção entre imigrantes legais e ilegais não é, frequentemente, muito clara. Por um lado, explica o autor, devido às indefinidas leis de entrada nos países de acolhimento; por outro lado, porque as condições de vida de ambos não são muito diferentes, sobretudo no que diz respeito ao tempo que se perde a tentar conquistar o direito de permanecer no território.

### **3.3.1. Legislação vigente**

Relativamente à legislação existente em Portugal, podemos dizer que tem sido produzido um volume bastante apreciável na tentativa de regulamentar o fenómeno migratório no país. Vários diplomas se foram sucedendo – Lei n.º37/81, Lei n.º59/93, Lei n.º244/98, Decreto-Lei n.º4/2001 – até chegarmos à fórmula mais recente, publicada em Diário da República durante o ano de 2003. Trata-se do Decreto-lei 34/2003, de 25 de Fevereiro.

Como se pode ler no preâmbulo do referido documento, o diploma consagra uma política de imigração assente em três eixos fundamentais: “promoção da imigração legal em conformidade com as possibilidades reais do País, integração efectiva dos imigrantes e combate firme à imigração ilegal”.

Uma das principais alterações introduzidas é a revogação das questões relacionadas com a autorização de permanência, “permitindo que as condições de estada em Portugal resultem apenas da concessão de vistos ou de autorizações de residência, sem prejuízo da protecção das expectativas criadas àqueles que atempadamente apresentaram os seus pedidos de autorização e daqueles que pretendam a sua prorrogação”.

24. Ghatak, Sassoon, 2001.

Outra das novidades diz respeito à instituição do regime de quotas de imigração, um instrumento legal que permite, plurianualmente, fixar o número máximo de imigrantes que Portugal deve acolher, em função das necessidades de mão-de-obra e da capacidade de integração de cada região.

É também instituído um novo tipo de visto, destinado a cidadãos estrangeiros que pretendam levar a cabo actividades de investigação científica em Portugal (procurando, deste modo, atrair mão-de-obra altamente qualificada, que se possa instalar ou, pelo menos, transmitir o capital intelectual de que é detentora).

A reunificação familiar e os direitos das crianças descendentes de cidadãos estrangeiros nascidos em solo português são também contemplados no diploma.

Observamos, porém, que a grande preocupação é com a promoção da legalidade ou, por outras palavras, com o controlo da ilegalidade.

A ilegalidade, em Portugal, é, na maioria dos casos, consequência da expiração dos prazos de validade de vistos de curto prazo, nomeadamente de turismo, mas também de estudo, ou vistos conseguidos por motivos familiares ou comerciais. Existem ainda casos de utilização de documentos falsos que permitem a entrada no país sem conferir legalidade. Ao contrário de outros países da UE e apesar da vasta fronteira marítima, Portugal não regista praticamente casos de clandestinos que tentem chegar de barco e, uma vez cá, tentem que lhes seja concedido asilo. Mais comum é a chegada de avião, no caso dos cidadãos provenientes do Brasil ou dos PALOP (Solé, 2001) e, mais recentemente, do Norte de África, ou por via terrestre, no caso de imigrantes oriundos dos países do Leste da Europa.

Acontece que, frequentemente, a legalidade conseguida através dos processos extraordinários não tem correspondência no mercado laboral, cujas variáveis passamos a apresentar.

### **3.4. MERCADO LABORAL**

De acordo com Carlota Solé, torna-se difícil para os imigrantes em Portugal manter-se na economia formal. A economia subterrânea, também chamada de economia informal ou malva, constitui, aliás, uma grande fatia da economia nacional. Diz ainda a autora que o desemprego praticamente não existe entre imigrantes, sobretudo o desemprego de longo

prazo, devido às necessidades do mercado de trabalho informal e aos laços que existem dentro das comunidades (familiares, de amizade, “étnicos”). Naturalmente que as diferentes comunidade imigrantes apresentam características distintas, sendo que este fenómeno assenta sobretudo nos cidadãos oriundos dos PALOP, sobretudo por terem uma história de imigração para Portugal mais sedimentada. Já no caso dos imigrantes de Leste, só para dar um exemplo, os projectos individuais de imigração já não obedecem à mesma lógica. Os imigrantes asiáticos, por sua vez, principalmente os provenientes da China, obedecem também a um padrão assente na comunidade, embora com especificidades próprias.

Para tentar contrariar a tendência de “informalização da economia”, nomeadamente no que diz respeito aos cidadãos imigrados em Portugal, as condições para a legalização passam, frequentemente, pela apresentação de um contrato de trabalho válido e pela prova do pagamento de impostos e Segurança Social.

A questão da economia subterrânea coloca-se sobretudo ao nível das profissões que exigem menos qualificações, entre as quais a construção civil, actividades agrícolas ou actividades domésticas.

Devido às diferenças de qualificações existentes entre as diferentes comunidades e dentro das comunidades, o problema da informalidade coloca-se mais ao nível de algumas nacionalidades do que de outras. De acordo com os estudos realizados sobre o tema, “a população dos PALOP vê-se remetida para a base da estrutura social enquanto brasileiros e europeus ocupam as posições cimeiras” (Baganha, Marques, 2001: 11). Ou seja, quando comparada com a estrutura profissional da população nacional, “a da população estrangeira revela um enviesamento quer para o topo (estrutura profissional brasileira e europeia) quer para a base (estrutura profissional dos PALOP)” (Baganha, 2001: 36). Este cenário, porém, terá de ser acrescentado de algumas especificidades, decorrentes de discrepâncias dentro das próprias comunidades e de algumas alterações que, desde então, já se verificaram.

Entre os cidadãos oriundos dos PALOP, observamos algumas diferenças ao nível da comunidade cabo-verdiana, que apresenta um largo espectro de qualificações, desde operários especializados a quadros superiores de empresas, incluindo ainda muitos estudantes, como apontam vários estudos feitos em Portugal sob orientação de Maria Baganha.

Relativamente à imigração transoceânica com origem no Brasil, podemos identificar duas vagas distintas, tomando como critério a situação laboral

em Portugal. Uma primeira onda de imigração, que se consolida durante a década de 80 e se prolonga durante a década de 90, que corresponde sobretudo à chegada de profissionais muito qualificados, que se integram sobretudo no topo da pirâmide laboral, provenientes das grandes cidades brasileiras. É a altura da explosão das agências de publicidade e de *marketing* em Portugal, para as quais não havia suficientes profissionais nacionais qualificados e com experiência, mas também da chegada de dentistas e de quadros superiores ligados às áreas financeiras e económicas. Actualmente, verifica-se uma situação diferente, com uma nova onda de imigração brasileira, desta vez com origem em regiões desfavorecidas, sobretudo do interior, com especial incidência para Minais Gerais e Goiânia. Estes novos migrantes vêm ocupar posições diferentes da vaga de imigração que os antecedeu, integrando-se sobretudo no sector dos serviços, na hotelaria e restauração.

Os cidadãos oriundos dos países da Europa de Leste representam, como já tivemos ocasião de referir, uma vaga relativamente recente no processo migratório que tem Portugal como destino. Podia ler-se, a este propósito, relativamente a dados de 1993, que “os portugueses aceitam, na sua esmagadora maioria, com ou sem restrições, imigrantes do Norte de África e da Europa de Leste (...). Não damos muita importância a estes factos porque, em Portugal, o impacte numérico destas correntes migratórias é irrelevante” (Baganha, Góis, Ramalho, 1996-1998: 132). Em apenas dez anos, uma parte da comunidade dos imigrantes vindos do Leste da Europa – os ucranianos – tornaram-se na terceira maior comunidade imigrante em Portugal. A grande característica dos imigrantes de Leste, a nível laboral, parece ser uma maior qualificação profissional, que depois não encontra correspondência ao nível das actividades exercidas.

Os estudos acerca desta nova vaga de imigração e a sua inserção na economia nacional ainda está a ser estudada e podemos esperar para breve alguns resultados reveladores do panorama geral. Arriscamos intuir, no entanto, que continua válida a constatação que afirma que “comparada com a estrutura profissional da população nacional, a população estrangeira revela um enviesamento quer para o topo (estrutura profissional brasileira e europeia) quer para a base (estrutura profissional dos PALOP) da estrutura profissional” (Baganha, Marques, 2001: 36). O papel ocupado pelos cidadãos oriundos do Leste da Europa incluir-se-á, pelo menos neste primeiro momento, na base da estrutura profissional, admitindo-se a hipótese de inversão desta situação.

Paralelamente aos períodos extraordinários de legalização de imigrantes em situação irregular, de que já demos conta nestas páginas, as autori-

dades portuguesas procederam, entre 2001 e 2003 a várias iniciativas com o intuito de adequar os fluxos às necessidades do mercado de trabalho. Entre elas, destacam-se os acordos bilaterais de mão-de-obra estabelecidos entre Portugal e diversos países da Europa de Leste, nomeadamente com a Roménia, Bulgária, Ucrânia e Rússia. Poder-se-á dizer que estes acordos respondem a necessidades laborais existentes em Portugal de sinal contrário: por um lado, a necessidade de trabalhadores para executar trabalhos que os portugueses não se encontram dispostos a executar (pelo menos em Portugal); por outro lado, a necessidade de mão-de-obra especializada em determinados sectores a que o mercado nacional de oferta de trabalhadores não dá resposta cabal. A realização de acordos surge ainda na linha de tentar moralizar e regulamentar o mercado laboral no tocante aos imigrantes. Só com a publicação do Decreto-Lei n.º 4/2001, de 2 de Janeiro, surgem os instrumentos jurídicos necessários a actuar nesse domínio, como afirma Inácio Mota da Silva (MSST/DEPP, 2001). O principal objectivo do legislador é adequar as necessidades da procura de emprego à oferta de mão-de-obra imigrante, tentando limitar os processos consolidados de imigração ilegal angariada à conta do mercado laboral português e as relações profissionais que se reproduzem e implementam na clandestinidade.

### **3.4.1. Mulheres imigrantes e mercado laboral**

Depois de analisar, em termos muito gerais, o panorama do mercado laboral face à imigração, será conveniente traçar algumas especificidades do caso feminino. Como já tivemos ocasião de referir, a motivação laboral é uma das que mais pesam na decisão de imigrar. Esta característica, até determinado momento, era particularmente verdadeira no caso dos imigrantes do sexo masculino já que, por vezes a mulher optava pela imigração em função de uma determinação primeira do marido ou de situação de reagrupamento familiar em que o marido seguia à frente e a mulher apenas se juntava (muitas vezes com os filhos) num momento posterior, ultrapassadas as dificuldades iniciais inerentes ao processo migratório e estabelecimento no país de acolhimento. No entanto, e especialmente no caso de algumas nacionalidades, esta situação tem vindo a conhecer alterações significativas.

Servindo-nos dos números fornecidos por Floya Anthias<sup>25</sup>, podemos verificar que existem 6,4 milhões de mulheres na Europa que não são cidadãs completas do país em que vivem, e que, entre elas, existem mais de um

25. Ghatak, Sassoon, 2001.

milhão de trabalhadoras. “As mulheres são uma componente cada vez mais importante das novas migrações, especialmente em direcção ao Sul da Europa”, acrescenta a autora (Ghatak, Sassoon, 2001: 146).

Apesar de ainda se encontrarem em minoria relativamente aos homens que escolheram Portugal como destino, as “mulheres imigrantes encontram-se sub-representadas no total da população estrangeira mas acham-se – e surpreendentemente – sobre-representadas na população activa” (Baganha, Marques, 2001: 21), o que só vem provar a sua importância no mercado laboral português.

Podem encontrar-se algumas explicações para esta tendência na análise de algumas variáveis interessantes, desde logo a evolução do emprego em função do sexo em Portugal. Durante os anos 80, o emprego masculino registou um decréscimo anual de 0,3 por cento, enquanto o emprego feminino aumentou anualmente 2,4 por cento (Baganha, Góis, Ramalho, 1996-1998). A tendência continua a verificar-se, embora mais atenuadamente, durante a década de 90.

Podem deduzir-se duas consequências directas no comportamento da imigração feminina para Portugal. Por um lado, as mulheres que imigram são inseridas directamente no mercado de trabalho. Por outro lado, e talvez mais expressivo em termos de imigração, já que corresponde a uma tendência que se verifica à escala global, as mulheres autóctones passam cada vez mais tempo fora de casa, necessitando por isso de suprir as necessidades domésticas e de cuidados a idosos e crianças de alguma forma. Dado que o rendimento disponível das famílias é também maior quando mais do que um membro do agregado trabalha fora de casa, a solução frequente é o recrutamento de mão-de-obra. Muitas vezes são mulheres imigrantes a assegurar estas tarefas, como asseguram também outras ao nível da indústria do entretenimento, das limpezas industriais, e outras profissões na base da estrutura laboral. Não deixa de ser significativo que dois terços de todos os trabalhadores em emprego temporário ou a tempo parcial sejam mulheres (Ghatak, Sassoon, 2001).

São, genericamente, três os factores identificados por vários autores<sup>26</sup> para que as imigrantes de países pobres (à excepção das altamente qualificadas) se encontrem a trabalhar em serviços domésticos e na indústria do sexo: 1) o Estado não providencia serviços suficientes para os mais novos e para os mais velhos; 2) aumento significativo de mulheres assalariadas sem

26. Entre os quais se destacam Annie Phizaclea e Truong (Ghatak, Sassoon, 2001).

alteração significativa nos padrões de divisão tradicional do trabalho doméstico; 3) expansão da indústria da hospitalidade, também decorrente do aumento de mobilidade da mão-de-obra masculina.

Dados divulgados pelo Ministério da Segurança Social e do Trabalho (MSST/DEPP, 2001) revelam que os três sectores mais significativos quanto à empregabilidade da população estrangeira em Portugal são a construção civil, os serviços às empresas e a hotelaria. O primeiro, tipicamente, é ocupado por homens, o segundo por mulheres (sobretudo se considerarmos as limpezas) e o terceiro poderá ser considerado como misto. Os serviços pessoais ou domésticos também surgem neste quadro, em 13.<sup>a</sup> posição. Apesar de poder parecer modesta, esta posição é bastante significativa no panorama geral das actividades profissionais desempenhadas pelos imigrantes, sobretudo se atentarmos ao facto de este sector empregar preferencialmente indivíduos e não grupos.

### 3.5. VALORES E ATITUDES FACE AOS IMIGRANTES

Do tudo quanto até agora foi exposto, poderemos avaliar a dimensão e importância do fenómeno da imigração em Portugal. O crescimento da população desde o princípio do milénio não teria existido se não fossem os cidadãos que escolheram o país como destino, fenómeno que se regista um pouco por toda a Europa comunitária pré-alargamento a 25. Também em termos económicos se encontra provada a importância dos imigrantes como motor de desenvolvimento, até mesmo em regiões onde a desertificação ganha terreno.

O fantasma que assombrava as políticas de imigração na Europa, sobretudo nos anos 70, de acordo com o qual os imigrantes ocupariam os empregos disponíveis nas sociedades de acolhimento que, de si, sofriam já de taxas de desemprego elevadas encontra-se dissipado por inúmeros estudos que demonstram a inexistência de relação entre desemprego e imigração<sup>27</sup>.

Apesar do esforço que o poder central afirma desenvolver no sentido da integração da população estrangeira, nomeadamente através da realização de programas especiais e do apoio institucional, no cômputo geral, as contas do Estado têm beneficiado das contribuições pagas pelos imigrantes. Ou seja, contas feitas, os valores que entram nos cofres do Estado por via dos impostos e Segurança Social são superiores aos que são despendidos com os imigrantes<sup>28</sup>.

27. Cf., por exemplo, MSST/DEPP, 2001.

28. Cf. D'Almeida, 2003.

Seria, então, mais ou menos razoável pensar que a atitude genérica da população autóctone face aos estrangeiros fosse marcadamente positiva. No entanto, um inquérito levado a cabo em Novembro de 2002 pela Universidade Católica Portuguesa, encomendada pelo Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, revela que a maioria dos portugueses (3 em cada 4) discorda da vinda de mais imigrantes, independentemente da sua origem: africana (74,4%), brasileira (71,7%) ou do Leste da Europa (73,4%). Os que possuem graus de instrução mais baixos são também os que mais rejeitam novas entradas. São as mulheres inquiridas quem revela mais relutância em admitir a entrada de mais imigrantes em Portugal.

O estudo, divulgado em Junho de 2003, acrescentava, porém, alguns dados que podem complementar esta tendência: a esmagadora maioria dos inquiridos (97,2 por cento), considera que os imigrantes devem ter os mesmos direitos que os portugueses; 93 por cento das pessoas que responderam ao inquérito defende mesmo que os imigrantes legalizados devem trazer as suas famílias; há uma grande sensibilidade relativamente a questões laborais, o que se encontra patente no facto de 92,4 por cento dos inquiridos defender uma maior protecção dos imigrantes dos patrões exploradores; 84 por cento dos questionados acha que a naturalização dos imigrantes devia ser facilitada e 79 por cento acha o mesmo em relação aos processos de legalização.

Uma das explicações possíveis para este fenómeno pode ser encontrada na afirmação de que “Portugal pode ser considerado um exemplo de sociedade que formalmente é anti-racista mas onde persistem atitudes racistas” (Baganha, Marques, 2001: 69). Esta constatação tem origem na observação de novos tipos de racismo ou discriminação, genericamente agrupados sob a designação de racismo subtil, que poderia ser descrito como “um racismo que afirma que não é racismo” (Martiniello, 1999: 45). Trata-se de uma consequência de se ter tornado politicamente incorrecta a afirmação do racismo, sobretudo após a 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial e a afirmação da Declaração Universal dos Direitos do Homem. Poder-se-ia dizer que se reconhecem os direitos, mas que seria melhor que a questão nem sequer se colocasse (no capítulo que aborda as formas de “Ver o imigrante” aprofundar-se-á esta questão).

Outra das explicações que, geralmente, se encontram para justificar estes valores de sinal negativo relativamente aos imigrados, reside na influência dos *media* na transmissão de determinadas mensagens. É precisamente esse o foco que pretendemos analisar no capítulo que se segue, cujo objectivo é precisamente tentar descrever de que forma se constrói a representação do *Outro*, particularmente na imprensa portuguesa. Além

desta análise, pretende-se avaliar em que medida a imagem traçada pelos *media* tem correspondência na realidade. Sabemos, por exemplo, que ao longo de 2003 o tema mais recorrente nas peças publicadas sobre imigração (nos oito jornais que servem de base ao estudo empírico deste trabalho) foi o do *Crime*. Poderemos, pois, estabelecer uma ponte entre este retrato e a atitude que deles na maioria da população portuguesa, atrás referida. Ou seja, podemos deduzir uma associação entre a criminalidade e a população estrangeira, numa leitura feita através das páginas nos jornais.

No entanto, não podemos deixar de reconhecer que “a população estrangeira ainda se encontra sobre-representada em todas as categorias relacionadas com processos legais” (Baganha, Marques, 2001: 65). De acordo com estatísticas referentes a 2003, 17 por cento da população prisional portuguesa é composta por cidadãos estrangeiros. Essa percentagem, como já tivemos ocasião de referir, não coincide com a percentagem de imigrantes que compõem a população total em Portugal. E esta tendência está longe de se encontrar estabilizada, já que “é constante o aumento do número de imigrantes e seus descendentes no sistema prisional português” (Baganha, Marques, 2001: 66).

São estes processos de mediatização e da sua relação com a realidade, e com as várias realidades, tomados em função das práticas próprias ao exercício do jornalismo que nos propomos discutir no capítulo que se segue.

## 4. VER O IMIGRANTE

*“O real não se mostra, demonstra-se”.*

Gaston Bachelard

### 4.1. OS *MEDIA* E A CONSTRUÇÃO DA REALIDADE SOCIAL

Diremos, sem muitas dúvidas que ponham em causa a afirmação, que os *media* fornecem às sociedades contemporâneas ocidentais (pelo menos parcialmente) a matéria-prima a partir da qual se constrói a identidade ou as identidades. Por identidade podemos entender, sem entrar em grandes particularismos, a forma como nos definimos perante o mundo, em todas as nossas dimensões. São particularmente “identitárias” as variáveis que se relacionam com “classe, etnicidade e raça, nacionalidade, sexualidade, «nós» e «eles»”, como afirma Kellner. O autor vai mais longe e considera inclusivamente que as “imagens dos *media* ajudam a formatar a nossa visão do mundo e os nossos valores mais profundos: o que consideramos bom ou mau, positivo ou negativo, moral ou perverso” (Dines, Humez, 1995: 5).

Poderemos concluir, pois, que os *media* constituem um instrumento precioso para a análise das questões da identidade. Com o espantoso desenvolvimento dos *media*, fruto das sucessivas “revoluções” da comunicação, o campo de trabalho é, praticamente, inesgotável. O próprio conceito de *media* supõe esta situação de alguma forma privilegiada de intermediário entre uma realidade e aqueles que se socorrem dos meios de comunicação social para terem conhecimento dela. Considerando os *media* como intermediários, facilmente se compreenderá que o jornalismo se encontra no topo dos instrumentos através dos quais é possível fazer essa mediação. Embora manifestamente pobre e insuficiente, a teoria do jornalismo como espelho da realidade não deixa de descrever a relação que muitos dos consumidores mantêm com a informação veiculada através dos *media*, até porque “a «realidade» não pode deixar de ser um factor determinante do conteúdo noticioso” (Traquina, 2002: 77).

Embora de forma mais atenuada, a teoria do *gatekeeper* (termo introduzido pelo psicólogo social Kurt Lewin e adaptado à literatura académica sobre o jornalismo por David Manning White) continua a fazer dar conta deste ascendente do jornalismo sobre a realidade, afirmando que as escolhas feitas por profissionais da comunicação social no decurso do processo de produção da informação enquadram e formatam a janela dos consumidores de informação sobre o mundo. Será dos jornalistas a responsabilidade da

visão que os espectadores, leitores ou ouvintes têm da realidade. Ou seja, “os *media*, se não nos dizem como é que devemos pensar, indicam-nos, pelo menos, sobre o que devemos pensar” (Rebello, 2000: 17).

Já as teorias construtivistas dos anos 70 (desenvolvidas também pelo estruturalismo e pelo interaccionismo) vêem as notícias como uma construção da realidade. Criticando sobretudo a teoria do espelho, vários autores afirmam que os *media* são os construtores de uma nova realidade, a partir da realidade dos acontecimentos. Tal fenómeno deve-se, sobretudo a três factores: os *media* reflectem uma realidade da qual são parte, o que gera, *a priori*, problemas de representação; a linguagem neutra é impossível; a organização própria dos meios de comunicação social, nomeadamente ao nível da produção de notícias (Traquina; 2002). Compreenderemos melhor ainda esta última ideia se atentarmos a que “a acção mediadora do jornalista exerce-se no contexto de diversos factores constitutivos de uma rede complexa de condicionalismos e constrangimentos que, no termo do processo, fazem com que as notícias tenham um determinado conteúdo, uma determinada forma e assumam, globalmente, um determinado ou determinados modelos” (Correia, 1997: 18). Do exposto poderemos inferir que, de acordo com as teorias construtivistas, os *media* não reflectem a realidade mas criam uma nova realidade, o que não deve ser, no entanto, negligenciado. Como afirma Gaye Tuchman, “a notícia (...) é uma realidade construída possuidora da sua própria validade interna” (Traquina, 1993: 73-90).

Evidentemente que não ficam completamente à margem desta produção as considerações relativas à relação dos *media* com o poder. Se, por um lado, os *media* têm o poder de representar, de apresentar perspectivas da realidade, de conformar determinados aspectos do mundo, por outro lado, eles são instrumentos do poder. De acordo com os autores das críticas, sobretudo da área da teoria da acção política, mas também dos contextos sócio-culturais e históricos em análise, os *media* podem ser contra-poder, ou meros reprodutores do *status quo*, ao serviço dos poderes instituídos, do *establishment*.

Poderíamos ainda entrar em linha de conta com as variáveis decorrentes do facto de as notícias se destinarem para o consumo, que se efectua num momento em que intervêm uma série de condicionantes, nomeadamente ao nível da interpretação e da significação (utilizada aqui no sentido da pragmática de Searle).

Sem aprofundar estas matérias, porque esse não é o objectivo deste trabalho, mas sempre com o pano de fundo destas considerações muito

presente, poderemos dizer que a relação entre a “realidade do acontecimento” e a “realidade” veiculada pelas notícias é uma questão que se situa na ordem da representação. A representação pretende ser, em última análise, uma produção de sentido. Para além da representação, um dos efeitos das notícias sobre a nossa cognição pode ser a “construção da realidade social”, como propõe Enric Saperas na sua tipologia dos efeitos cognitivos da comunicação de massas (Saperas, 1993). Esta abordagem bebe em inúmeros autores que, inspirados na fenomenologia de Husserl, dão origem às teorias da sociofenomenologia (defendida e praticada por ilustres teóricos como Schutz, Luckmann ou Berger). De acordo com estas teorias, a informação funciona como construção da realidade uma vez que se trata de um processo de objectivação “regido tanto por práticas institucionalizadas (a tipificação, as rotinas), como por mecanismos de auto-legitimação” (Saperas, 1993: 139). Na base deste processo de construção está, no entanto, o mecanismo de representação inerente à produção de discursos, logo também de notícias que são, nas palavras de Tuchman “uma janela para o mundo” (Tuchman, 1983: 13).

Também na Psicologia Social encontramos uma sólida base para enquadrar a questão da representação na Teoria das Representações Sociais, sobretudo na obra desenvolvida por Serge Moscovici. Este autor diferencia três tipos de representações sociais: as hegemónicas, partilhadas, não discutíveis, sobre as quais assentam os fundamentos de uma sociedade; as emancipadas, que permitem diferenciar grupos divergentes; as polémicas, que correspondem a visões divergentes entre grupos com interesses opostos e posicionamentos diferentes face ao objecto da representação. Em qualquer um dos casos, como vemos, a representação faz-se sempre na relação com o *Outro* ou, pelo menos, na assunção de características diferenciadores em relação ao *Outro*.

#### 4.2. REPRESENTAÇÃO, IDENTIDADE E DIFERENÇA

Por representação entende-se, genericamente, e recorrendo à perspectiva da semiótica, a relação entre significante e significado. Neste domínio, a perspectiva dos Estudos Culturais (*Cultural Studies*) colheu abundantes frutos estudando a relação entre identidade, diferença e representação, sobretudo a que se produz através dos *media*.

Para produzir discursos acerca da identidade ou para afirmar determinada identidade, a diferença em relação a *Outro* é um dos instrumentos fundamentais. Ou seja, não pode haver identidade sem haver diferença, por ser precisamente a diferença que está na base de toda e qualquer identi-

dade: “A diferença é um elemento central dos sistemas classificatórios por meio dos quais os significados são produzidos” (Silva, 2000: 67). O *Outro* é também essencial para a produção de sentido.

Identidade e diferença encontram-se, necessariamente, dependentes da representação. “É por meio da representação, assim compreendida, que a identidade e a diferença adquirem sentido. É por meio da representação que, por assim dizer, a identidade e a diferença passam a existir” (Silva, 2000: 91).

Quer identidade quer diferença são, por um lado, activamente produzidas, não existem naturalmente; por outro lado, são criadas por actos de linguagem. Lembrando Saussure, a linguística é um sistema de diferenças, baseado em oposições binárias. Assim, a identidade parece surgir, via acto de língua, da contraposição entre “Eu” e o “Outro”, entre “Nós” e “Outros”. “A identidade e a diferença são o resultado de actos de criação linguística” (Silva, 2000: 76).

Sendo a linguagem o instrumento primordial de todo e qualquer acto de comunicação (logo, também da comunicação social), a produção de identidade e de diferença joga-se, ao nível dos *media*. “Quem tem o poder de representar tem o poder de definir e determinar a identidade. (...) Questionar a identidade e a diferença significa, nesse contexto, questionar os sistemas de representação que lhe dão suporte e sustentação” (Silva, 2000: 91).

#### 4.2.1. A identidade europeia e o *Outro*

Fazendo convergir conceptualização teórica e realidade palpável e mais próxima, poderemos afirmar que a consideração e produção da identidade se coloca com particular incidência na questão europeia. De acordo com Martiniello (1999), o ambiente de construção de uma identidade europeia implica, inevitavelmente, um padrão de exclusão do *Outro*, quer seja imigrante, estrangeiro ou preto. Talvez esta afirmação de “exclusão” seja excessiva, mas corresponderá a uma certa estereotipização (portanto, necessariamente e por definição, uma generalização) como forma de manter a ordem simbólica (Hall, 1997) que estabelece fronteiras simbólicas entre o normal, o desviante, o patológico, o aceitável, o inaceitável, entre o endogrupo e o exogrupo, para utilizar a terminologia dos Estudos Culturais.

Se considerarmos o micro-sistema da União Europeia (UE), podemos ler, logo no Tratado de Maastricht (1992), que institui a própria UE, que um dos

objectivos declarados da União é “a afirmação da sua identidade na cena internacional através da execução de uma política externa e de segurança comum” (Título 1, Artigo B). Poderemos afirmar que a abolição das restrições à livre circulação de pessoas, mercadorias, capitais e serviços interna à UE, ou seja, a construção de uma identidade comum, conduziu à afirmação de uma diferença em relação ao *Outro* que se encontra do outro lado da fronteira comunitária. Como recentemente tivemos ocasião de constatar com o alargamento da UE a mais dez países, essas fronteiras não são inamovíveis, mas uma vez definidas estabelecem quem pertence ao “Nós” e quem pertence aos “Outros”.

Poderemos dizer que os nacionalismos dos vários países da Europa (em geral ultrapassados e quase amaldiçoados desde a 2.ª Guerra Mundial), na medida em que é necessária a afirmação da identidade, foram substituídos por uma ideia de Europa, ou melhor, de pertença europeia.

De acordo com Dominique Wolton, existe neste projecto de identidade muito de realidade institucional e pouco de realidade simbólica. Neste sentido, “a comunicação é (...) um meio de criar uma identidade ainda incerta” (Wolton, 1999: 323). A própria heterogeneidade de culturas (e, portanto, de identidades) dentro da UE faz com que seja mais importante ainda afirmar essa identidade comunitária (mas não comum), demarcando-a daquilo que é “exterior”. Aliás, a questão da identidade à escala individual e à escala colectiva tem sido bastante problemática na cultura Ocidental, já que opõe “a luta pela emancipação individual” ao “modelo cultural europeu” (Wolton, 1999: 338). Neste sentido, podemos distinguir também duas dimensões do discurso relativo à diferença em termos de identidade europeia: por um lado, o *Outro* fica “do outro lado da fronteira”, localizado para lá da União; por outro lado, o *Outro* circula também dentro do espaço comunitário, na figura dos cidadãos imigrados.

### 4.3. OS MEDIA E O DISCURSO SOBRE A DIFERENÇA

Esta disposição da identidade face à diferença adquire maior expressão se tivermos em conta que nos anos mais recentes, “nos países mais desenvolvidos, na Europa Ocidental e nos Estados Unidos, existe entre a população um sentimento de uma chegada sem precedentes de imigrantes na última década, de uma autêntica invasão, para utilizar a terminologia de alguns órgãos de comunicação social” (Borja, Castells, 1997: 115). Podemos dissecar esta afirmação em duas ideias fundamentais – a da inclusão dos imigrantes no exogrupo por parte dos chamados “países de acolhimento” e a do papel dos *media* na difusão e ampliação da carga negativa destes

“Outros”. Com efeito, “a migração produz identidades plurais, mas também identidades contestadas, em um processo que é caracterizado por grandes desigualdades. A migração é um processo característico da desigualdade em termos de desenvolvimento” (Silva, 2000: 21). Como afirma Martiniello, os imigrantes são, genericamente, acusados de ser fonte de insegurança, focados enquanto ilegais ou clandestinos, sobretudo quando são oriundos do Leste ou do Sul do globo, ou quando são refugiados ou procuram asilo (Martiniello, 1999).

No entanto, esta abordagem de certa forma negativista dos autores referidos não subsiste *per se*, já que também o discurso sobre a diferença (retomando a perspectiva binária saussuriana, se constrói entre dois pólos: o da discriminação e o da diversidade (Albuquerque *et al.*, 2000).

O discurso sobre a diferença constrói-se, geralmente, sobre as características exteriores visíveis, o que corresponde à tendência “para que as minorias definidas por atributos étnicos, culturais ou religiosos sejam alvo de discriminação, quer por parte das franjas, quer por parte do bloco central do poder político” (Martiniello, 1999: 43). São exemplos comuns nos meios de comunicação social a identificação de autores de crime através da referência à sua nacionalidade ou às suas características fenotípicas. Este tipo de discurso colhe receitas no chamado “racismo científico”, que começa a difundir-se no final do século XVIII e que radica na ideia de “uma diferença essencial, inscrita na própria natureza dos grupos humanos” (Wieviorka, 2002: 21). Esta teoria procede a uma hierarquização dos grupos humanos que supõe a superioridade dos indo-europeus, seguidos dos semitas ou chineses, para chegar aos chamados “primitivos”. Naturalmente que este “racismo científico” cai em completo descrédito após a 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial, devido sobretudo à devastação produzida pelo nazismo, aos movimentos de descolonização que se seguiram ao conflito e às descobertas dos geneticistas. Persiste, no entanto, o chamado “racismo institucional” que funciona com base em mecanismos que não são percebidos socialmente. Mais do que as características biológicas, o racismo institucional baseia-se nas transcrições de situações sociais em que existe grupos superiorizados e grupos inferiorizados<sup>29</sup>. Podemos encontrar referências, nomeadamente no estudo empírico que serviu de base deste trabalho, de discursos em que o valor-notícia decorre precisamente do facto de ter sido um *Outro* a praticar esses mesmo crimes. As próprias notícias

29. Wieviorka apresenta exemplos de práticas de racismo institucional como o facto de pais não inscreverem filhos na escola pública do bairro onde habitam porque a consideram inferior, uma vez que frequentada por alunos que são descendentes de imigrantes. Frequentemente as manifestações do racismo institucional se aproximam das manifestações de sexismo, acrescenta ainda Wieviorka.

sobre actos de discriminação, mesmo que se revistam quase do carácter de denúncia, podem servir propósitos de discriminação, através de mecanismos que ocorrem do lado do receptor da informação.

Já o discurso que releva a diversidade pode expressar-se de múltiplas formas e decorrer de várias motivações. Poderemos inclusivamente afirmar que o discurso da diversidade assenta, por vezes, num novo tipo de racismo, de tipo subtil, classificado por Barker<sup>30</sup> como “racismo cultural”. Esta forma particular de racismo faz incidir a hierarquia nas práticas culturais, nomeadamente a língua, a religião, as tradições e os costumes. O racismo cultural baseia-se no sentimento de ameaça à suposta homogeneidade cultural do grupo dominante. O *Outro* passa a ser conotado com uma expressão particular da natureza humana “nem superior, nem inferior: diferente” (Wieviorka, 2002: 37). Mesmo o aparente interesse por esta diferença, traduzida em expressões como a do exotismo, pode ser uma das máscaras de uma certa forma de racismo, um pouco como preconiza Edward Said no célebre ensaio sobre o discurso orientalista.

Será, portanto, uma autêntica armadilha construir discursos sobre a imigração. E são precisamente esses discursos, que são necessariamente sobre o *Outro*, que este trabalho se propõe analisar. Não só o *Outro* imigrante, expressão mais imediata desta “alteridade”, mas também o *Outro* como mulher já que, como veremos no próximo capítulo, a pertença ao sexo feminino constitui uma outra forma de ser *Outro*.

#### 4.3.1. O racismo nos *media*

Não nos podemos furtar, pois, a uma breve referência à forma como os *media* podem ser veículos ou detractores do racismo, seja ele de que tipo for. Do exposto podemos inferir que o racismo clássico está fora de moda mas que se manifesta sob formas de racismo subtil. Teremos de adoptar, em relação aos *media*, uma postura de equidistância crítica, até porque é precisamente esse o âmbito de análise do estudo empírico apresentado neste trabalho.

Por um lado, alguns autores (como Teun Van Dijk) defendem que os *media* reproduzem e perpetuam estereótipos existentes na sociedade, o que não será de estranhar dada a sua função de objecto de comunicação do que existe. A explicação para este facto pode residir na suposição de partilha de universos entre emissores e destinatários: “quando os jornalistas comu-

30. Cf. *The New Racism*, 1981.

nicam com a sua audiência, esboçam um mundo de significados que presumem serem partilhados entre eles e a sua audiência. Estes significados não têm de ser soletrados, são dados como garantidos, e servem como ponto de partida para mais elaboração teórica. É a este nível de significados supostamente partilhados que uma perspectiva do mundo ou uma ideologia societalmente ancoradas podem ser encontradas” (Martiniello, 1999: 107).

Por outro lado, outros teóricos não têm dúvidas em afirmar que são os próprios *media* a produzir extensões de fenómenos racistas, já que as condições de produção jornalísticas se encontrariam desligadas das necessárias relações sociais. Teremos, porém, de admitir que os *media* são apenas um elo numa cadeia de construção da realidade que funciona antes e depois da sua acção. Isto quer dizer que a informação veiculada pelos *media* interage, antes de mais, com aquilo a que Searle chama de “informação pragmática geral”, ou seja, o conjunto de crenças, conhecimentos e pressupostos de cada indivíduo no momento em que se dá a interacção verbal (no caso concreto, que decorre do contacto com os *media*). Além disso, o próprio registo em que se opera a transmissão das informações pode ser determinante para a produção de significação<sup>31</sup>, nomeadamente ao nível das variáveis de forma, conteúdo e discurso que determinam o produto final da notícia. Finalmente, tudo o que se passa posteriormente à recepção da notícia pode influenciar a sua descodificação, nomeadamente a opinião de líderes, cristalizada teoricamente no sistema do *two step flow of communication*.

Podemos, no entanto, chegar à conclusão de que a análise dos *media* nos pode fornecer uma imagem, resultado de uma construção social, da imigração, ainda que daí não se possam deduzir todas as consequências dessa construção.

#### 4.4. A IMIGRAÇÃO ENQUANTO NOTÍCIA

A primeira pergunta a fazer chegados a neste momento será “porque é que os *media* se interessam pela imigração enquanto tema?”. Tentando chegar a uma resposta cabal, recorreremos aos valores-notícia, ou seja, aquilo que transforma um acontecimento em notícia, conforme foram enunciados por Galtung e Ruge, adaptando-os à realidade portuguesa. De acordo com os autores, os valores-notícia, em número de doze, são: a frequência, a amplitude, a clareza, a significância, a consonância, o inesperado, a

31. Como refere Wieviorka, há que distinguir o registo da emoção, dos afectos, da paixão, do medo ou da sedução do registo da análise, dos argumentos, da informação que se quer factual (Wieviorka, 2002).

continuidade, a composição, a referência a nações de elite, a referência a pessoas de elite, a personalização e a negatividade. Este é modelo mais sistemático de tipificação dos valores que já foi alvo de inúmeras críticas e de alguns acrescentos. Para o efeito prático de avaliar se a imigração é enquadrável modelo é, porventura, o que mais se presta. Assim, dentro do macro-tema da imigração encontramos uma diversidade de sub-temas, como poderemos ver na construção das variáveis para a análise de notícias que foi feita no âmbito do trabalho empírico. Podemos desde já avançar que, na grande maioria das vezes, a imigração é tratada enquanto acontecimento e não como problemática, o que não é de estranhar, visto que campo jornalístico “tem maiores dificuldades na abertura de problemáticas” (Traquina, 2002). No entanto, e dadas as especificidades da imigração, parece existir uma tentativa de responder um tratamento continuado à temática, o que, por sua vez, vai fazendo com que o valor-notícia seja cada vez mais elevado.

Podemos afirmar que a imigração já ganhou uma espécie de lugar cativo entre as páginas dos jornais portugueses. Prova disso é a existência de alguns estudos no âmbito da Sociologia e das Ciências da Comunicação que tentam precisamente analisar a forma como a imigração chega ao espaço público através dos meios de comunicação social. E tais estudos não poderiam ser feitos sem matéria-prima que os alimentasse. O interesse pela notícia enquanto forma de construção da realidade social foi suscitado pela Sociofenomenologia (Grossi, 1985), que entende como válidas para análise e para delas se retirem consequências, as imagens que são transmitidas pelos *media*. “A análise de imprensa pode constituir um meio adequado de reconstituição das representações vigentes no âmbito de uma sociedade, desde que as publicações em análise sejam produzidas dentro de determinadas condições. Pode ser assim considerado como um indício válido das representações de uma sociedade o discurso de um meio de comunicação social cuja produção é suportada pelo mecanismo económico do mercado” (Esteves, 1991: 73). Quer isto dizer que se um órgão de comunicação social subsiste na lógica de mercado, tal acontece porque as informações dadas são compatíveis com a experiência de quem as consome e porque o discurso produzido corresponde aos seus interesses (e, talvez até, opiniões).

#### **4.4.1. Análises de imprensa com a imigração como tema**

A evolução da forma como a imigração em Portugal se tem situado na opinião pública em Portugal poderá, então, ser desenhada (com as devidas limitações) a partir das notícias publicadas ao longo dos anos sobre a matéria.

O presente trabalho pretende ser mais um contributo para esse objectivo, mas convém fazer uma breve resenha dos estudos (que têm por base a imprensa escrita) que o antecederam fazendo, simultaneamente, a história das notícias sobre imigração em Portugal.

Antes de mais, procedemos a uma breve panorâmica sobre o desenvolvimento dos meios de comunicação social em Portugal nas últimas décadas. Desde as mudanças introduzidas a partir do 25 de Abril de 1974 e até ao primeiros anos da década de 80, não existe praticamente nada a registar em termos de produção de notícias que seja digno de relevo (para o âmbito de estudo deste trabalho, naturalmente) ou que não decorra das transformações tecnológicas operadas no aparato que envolve a produção de notícias. A televisão é controlada pelo Estado, que detém os dois únicos canais existentes, e a imprensa, embora com algumas flutuações de títulos, regista como principal alteração a nacionalização dos principais títulos.

O estado das coisas é alterado, no entanto, no princípio dos anos 80, com a erupção das chamadas “rádios piratas” (Traquina, 1997), de forma anárquica e quase incontrolável. O monopólio estatal da televisão começa também a ser desafiado durante a mesma década, sobretudo em consequência do aparecimento de novas tecnologias como o satélite e o vídeo, que levam a que existam margens de escolha para alguns espectadores. Claro que o número de pessoas com acesso a estes *gadgets* era ainda minoritário, mas a semente da mudança está a ser irremediavelmente espalhada. O controlo estatal da televisão começa a ser questionado e os principais partidos políticos (PSD e PS) concordam com o seu fim. Com a revisão constitucional do final dos anos 80 e com a lei da televisão de 1990, estão lançados os alicerces para uma reestruturação do panorama audiovisual em Portugal. A rádio, com a fragilização das estações públicas provocada pela concorrência das “piratas”, está também na mira de alterações profundas. Os jornais nacionalizados nos anos da revolução são reprivatizados. Durante esta década há a registar dois fenómenos interessantes na imprensa: por um lado, o sucesso atingido por títulos de orientação claramente populista – *A Capital*, *Correio da Manhã* e *Tal & Qual*; por outro lado, a consolidação dos principais jornais de referência – *Expresso*, *O Jornal*, *o Semanário* e *O Independente* (*Breve Retrospectiva Histórica*, Instituto da Comunicação Social).

Na década de 90 registam-se novamente grandes transformações no panorama mediático português. Por um lado, os operadores privados de televisão entram na corrida às audiências (até então inexistente), com a SIC a começar a emitir em Outubro de 1992 e a TVI em Fevereiro de 1993. A grande concorrente da RTP passa a ser a SIC (a TVI não representava

ainda uma real ameaça, dadas as suas especificidades à data da criação, nomeadamente o facto de se afirmar como tendo inspiração cristã). Para fazer frente à “guerra” que se avizinha, a RTP artilha-se com todos os trunfos de que dispõe e a grelha altera-se significativamente em relação a anos anteriores. No entanto, o último ano de lucro da RTP foi precisamente o último ano de monopólio, então na ordem dos 500 mil contos (Traquina, 1997). Até Outubro de 1992, 100 por cento do investimento publicitário na televisão era feito na RTP; 9,5 milhões de pessoas viam, regularmente, o Canal 1. Dois anos depois, o valor médio do *share* caiu para 50 por cento. O resto da publicidade era distribuído pelos dois novos canais – SIC e TVI. De referir ainda que no início dos anos 90 é também abolida a taxa de televisão em Portugal, o que retira à empresa não só uma importante fonte de receita como também um vínculo directo “à comunidade dos cidadãos/contribuintes” (Cádima, 2002: 11).

A principal mudança introduzida pela SIC decorre dos novos formatos televisivos que inaugura na televisão portuguesa, nomeadamente ao nível dos *reality shows* e dos *talk shows*. Passada uma fase inicial de consolidação, a SIC consegue marcar pontos na informação, sobretudo através de inovações ao nível da imagem, da proximidade em relação aos acontecimentos, na composição das grelhas. A informação é, aliás, uma grande aposta do canal e isso é visível no número de horas de emissão que lhe são consagradas, consideravelmente superior ao dos outros canais tomados isoladamente, e isso é particularmente visível durante o *prime-time*.

É de extrema importância a delimitação, ainda que muito sumária<sup>32</sup>, da paisagem audiovisual portuguesa nestes anos de mudança para compreender o que se passa também em outros domínios da comunicação social. A televisão, nesta luta pela audiência, acaba por ditar os rumos da generalidade do panorama mediático, na medida em que as agendas da televisão são seguidas por outros órgãos de comunicação social, mesmo que seja seguida a lógica ditada pela máxima “a televisão mostra, a imprensa explica, a rádio anuncia”. A informação tem cada vez mais a forma de entretenimento. O valor-notícia adquire novos contornos. Os efeitos do que se passa na televisão fazem-se sentir em todos os *media*, pelo efeito do arrasto. Ganham, neste contexto, particular importância novos actores sociais e novos temas, tais como as questões directamente relacionadas com a vida quotidiana dos cidadãos de que os transportes, a

32. Entendemos que não traz mais-valia significativa para este trabalho uma minuciosa descrição das alterações no panorama audiovisual português a partir dos anos 90, até porque o nosso âmbito de análise se centra na imprensa. No entanto, convém ter em consideração que essas alterações foram essenciais para a construção do cenário mediático português tal como hoje o conhecemos.

habitação, o ambiente, a segurança e a criminalidade são apenas alguns exemplos.

Devemos realçar ainda o aparecimento do jornal *Público*, em 1990, que veio materializar a resposta a uma necessidade de uma jornal com novas características gráficas, e com uma nova abordagem em relação à sociedade portuguesa e à sua inserção na Europa e no mundo, como aliás se encontra expresso no estatuto editorial da publicação.

Também durante a década de 90, em 1998, surge uma nova publicação, o *24 Horas*, obedecendo a uma lógica popular-sensacionalista. A novidade trazida deste jornal prende-se com o facto de ser a mais clara manifestação da tabloidização na imprensa portuguesa, quer ao nível do formato, quer ao nível dos conteúdos e do tratamento que lhes é dado.

Durante a década de 90 surgem várias publicações que se inserem na área das revistas de informação de qualidade – *Grande Reportagem* (criada ainda em 1989), *Visão* (1993) e *Focus* (1999).

Antes de prosseguir com o estabelecimento da necessária relação entre as especificidades do panorama mediático e as notícias sobre imigração, convém assinalar a média de circulação total dos jornais (vendas, assinaturas e ofertas) a cuja análise procedemos neste trabalho no ano em causa, 2003.

Títulos	Circulação média total
<i>Público</i>	56.239
<i>Diário de Notícias</i>	50.794
<i>Jornal de Notícias</i>	105.242
<i>Correio da Manhã</i>	114.643
<i>A Capital</i>	7.314
<i>24 Horas</i>	50.824
<i>Expresso</i>	138.109
<i>O Independente</i>	16.622
<b>Total</b>	<b>539.787</b>

Fonte: INE

#### 4.4.1.1. *Os estudos sobre a imigração nos media em Portugal*

Deve realçar-se que os primeiros estudos reportam-se a notícias recolhidas na década de 80. Este facto deve ser lido em função da descrição das particularidades do fenómeno da imigração em Portugal, descritas no capítulo III, mas também da nova realidade da paisagem mediática, também já referida.

O primeiro estudo de que encontramos registo intitula-se “A opinião pública face aos estrangeiros” (Esteves; 1991) e insere-se no âmbito do projecto *A Imigração na Europa do Sul da CEE*. Foram analisadas notícias do *Diário de Notícias* e do *Expresso* (uma visão assumidamente parcial, mas entendida como relevante quanto à “percepção que os portugueses têm dos estrangeiros”), publicados entre Janeiro de 1983 e Julho de 1989 (*Diário de Notícias*) e Janeiro de 1987 e Julho de 1989 (*Expresso*). A primeira observação a fazer é que os textos sobre imigração não são frequentes já que foram analisados para esse período de tempo 12 textos identificados como reportagens (excluindo as notícias breves). De acordo com os autores, predominava aquilo a que chamaram de “reportagem social”. Não foram encontrados editoriais nem artigos de cariz político, tão-pouco números especiais ou dossiês temáticos, constituindo-se as reportagens como “actos isolados” (ao contrário do que já se verificava, na época, em diversos países da Europa comunitária). Os autores do estudo constataram a ausência de uma “representação global que abranja todos os estrangeiros residentes”, que fizeram corresponder à “não existência, no debate público português, de um problema *estrangeiros*”, facto também traduzido na inexistência de “abordagens políticas do fenómeno dos estrangeiros residentes” (Esteves, 1991: 65). Os autores concluem que a opinião pública portuguesa dá pouca atenção aos estrangeiros residentes, justificada por uma falta de preocupação face “ao que teria proporções de um problema social” (Esteves, 1991: 65). Em termos de observações gerais realçadas pelo estudo, constata-se que no uso comum, as expressões *cabo-verdiano* e *africano* são, praticamente, sinónimos. Quanto à perspectiva temática apresentada, ela diz sobretudo respeito a dois eixos: o do “mundo desconhecido” em que se movimentam estes imigrantes (bairros, hábitos, condições de vida, etc.) e o da violência. Relativamente à atitude dos portugueses face a estes imigrantes, verifica-se a incidência do racismo, ligado à questão da criminalidade. As restantes comunidades estrangeiras são apresentadas de forma residual, o que os autores justificam, nas conclusões do trabalho, com uma certa indiferença, decorrente do “número relativamente baixo de pessoas que compõem” essas comunidades (Esteves, 1991: 73). Em relação aos redactores, identifica-se uma atitude de “simpatia e curiosidade”.

Da apresentação dos resultados deste trabalho poder-se-á dizer que, com autores que estudam a imigração em Portugal, que “na opinião pública portuguesa, os imigrantes chegam a Portugal vindos dos PALOP, contratados por imigrantes ou cidadãos dos seus próprios países, para trabalhar sem contrato ou sem direitos nas principais obras públicas em curso, e para serem ladrões, gatunos, pedintes ou carteiristas” (Baganha, Góis, Ramalho, 2001: 161).

Os mesmos resultados são apresentados no artigo “Imigração e Racismo: 10 anos nos *media*”, da autoria de Isabel Ferin Cunha, publicado numa obra colectiva editada pela SOS Racismo em 2002. Trata-se de uma resenha do trabalho desenvolvido por uma equipa dirigida pela referida investigadora que analisou a presença de notícias sobre a imigração nos *media* (imprensa) ao longo de dez anos<sup>33</sup>. Neste estudo (notável pela sua duração, permitindo estabelecer importantes relações de comparação) afirma-se que “nos dados disponíveis do período de 1992-1995, referentes ao tema imigração e racismo, é perceptível a confusão feita pelos jornalistas (...) entre imigrantes e pessoas de cor, socialmente desfavorecidos, configurando-se este procedimento como discriminatório, frente a estes indivíduos”<sup>34</sup>. Neste período, continuam os autores, “os *media* parecem não ter, ainda, uma percepção clara dos fenómenos da imigração e sequer consciência das leituras racistas que determinados enquadramentos de matérias podem adquirir”<sup>35</sup>.

Neste período, são ainda assinaladas algumas ocorrências que levaram a imigração para as páginas nos jornais, nomeadamente a entrada em vigor dos Acordos de Schengen, a promulgação de novas leis dos Estrangeiros e Lei de Asilo, a divulgação dos relatórios do SIS que empolam os índices de delinquência juvenil, associando-os a jovens imigrantes, que na verdade correspondem a segundas gerações de imigrantes já nascidas em Portugal. Neste sentido, argumenta o estudo, a violência juvenil e o tema dos *gangs* africanos passa a fazer parte da agenda temática com grande recorrência, sobretudo durante a *silly season*, sobretudo por falta de outros temas interessantes para encher as páginas das diversas publicações.

A par da questão da delinquência associada à imigração, surge também referência a casos de sinal contrário, mais positivo, mais humanizado, como acontece em 1994 com o chamado “Caso Vuvu”, o “1.º caso de

33. Os resultados desta pesquisa foram inicialmente publicados na obra *Os Africanos na Imprensa Portuguesa: 1992-1995, 1996*, Lisboa: CIDAC.

34. Cunha I. F., *Imigração e Racismo: 10 anos nos media*, in SOS Racismo, 2002: 414.

35. *Idem*.

imigração tratado em função da nova realidade concorrencial dos *media*<sup>36</sup>. Trata-se da abordagem noticiosa de uma problemática, a do reagrupamento familiar (em estreita ligação com a nova lei da imigração de 1993), a partir de um acontecimento – a situação de Vuvu.

Em 1995, dá-se um novo caso mediático associado à imigração, o chamado “Caso Bairro Alto”, ou “Caso Alcino Monteiro”, que constituiu, segundo este estudo, o “1.º caso de racismo mediatizado”<sup>37</sup>.

Em suma, a imigração surge neste período 1993-1995 associada sobretudo aos temas da habitação, da violência policial, delinquência juvenil e da legislação.

Um novo período inaugura-se em 1996 (até 2002, data do final do estudo em análise). Este é o ano em que se realiza o período de legalização extraordinária que funcionou como uma das primeiras medidas carismáticas no recém-empossado governo socialista de António Guterres. Talvez por este motivo, as notícias sobre imigração demonstram a “opção de dar voz apenas às instituições de poder”<sup>38</sup>, sendo que raramente falam os imigrantes ou os seus representantes.

Entre 1997 e 1999 acentua-se a guerra de audiências. Neste período, o estudo regista um incremento das notícias sobre ciganos, tráfico de droga, criminalidade e violência policial.

Além destes chamarizes, acentua ainda o trabalho dirigido por Isabel Ferin Cunha, “nos jornais diários, os temas relativos às questões Trabalho, Acidentes de Trabalho e Condições de Trabalho ganham nova dimensão”<sup>39</sup>. São, como vimos no capítulo que se dedica à caracterização do fenómeno da imigração em Portugal, os anos das grandes obras públicas – Expo98, Ponte Vasco da Gama, A2 para o Algarve.

O estudo refere a existência de um maior cuidado dos jornalistas no tratamento deste tipo de notícias, sobretudo ao nível dos enquadramentos, do tom e da preocupação em evitar estereótipos.

Em 2001, a imigração volta à ribalta noticiosa por obra de um novo período de legalização extraordinária, em que são particularmente discutidas auto-

36. Cunha, I. F., *Imigração e Racismo: 10 anos nos media*, in SOS Racismo, 2002: 415.

37. *Idem*: 415.

38. *Idem*: 416.

39. *Idem*: 417.

rizações de permanência, com enfoque nas necessidades laborais de Portugal. A discussão centra-se na questão política e ao nível das associações de imigrantes, assinalando-se uma diferença significativa que se traduz na busca de novas fontes de informação por parte dos jornalistas (ao contrário do que aconteceu anteriormente, como já referimos). Salienta o trabalho que os jornais diários e semanais dedicam espaços consideráveis à imigração, focando condições de trabalho, segurança no trabalho, *estórias* da vida dos trabalhadores e também novas questões como a das máfias de Leste. Correspondendo a uma nova realidade da imigração em Portugal, também nos jornais os cidadãos oriundos dos países de Leste ganham visibilidade. Parece finalmente ter chegado aos *media* a consciência de que Portugal é, definitivamente, um país de imigração, que se enquadra nas estatísticas demográficas internacionais, frequentemente referidas.

A questão da imigração clandestina reforça esta ideia. É com a realização da Cimeira Europeia de Sevilha, em Junho de 2002, consagrada às questões da imigração e asilo na Europa dos Quinze (nomeadamente ao reforço de fronteiras da União) que o tema se torna mais visível. As preocupações de cariz securitário reflectem-se na imprensa através de uma presença constante em destaques, dossiês e reportagens.

O estudo aponta, finalmente, para um nítido começo de interesse pelo *Outro*, sobretudo pelo *Outro* muçulmano, tendo como pano de fundo os atentados do 11 de Setembro e a conseqüente Guerra do Afeganistão.

Finalmente, damos conta dos resultados de um estudo publicado pelo Observatório da Imigração<sup>40</sup> e que coincide com o último período de análise já referido, dado que se reporta a notícias publicadas entre 1 de Janeiro de 2001 e 31 de Março de 2002. Foram recolhidas cerca de 4000 notícias (o que constitui um *corpus* muito considerável) entre jornais e revistas de distribuição nacional e regional.

Das conclusões deste estudo, pode deduzir-se uma clara mudança em relação a resultados de estudos anteriores, nomeadamente no que diz respeito aos imigrantes mais referidos, que deixam de ser os “africanos” para ser os imigrantes de Leste. Os cidadãos oriundos dos PALOP surgem apenas em 4.º lugar, depois dos “imigrantes” (em termos genéricos, sem referência à proveniência), e dos ciganos. Em quinto lugar surgem os imigrantes provenientes da América do Sul, com especial incidência dos cidadãos brasileiros.

40. Cádima, Rui, Figueiredo, Alexandra, *Representações (Imagens) dos Imigrantes e das Minorias Étnicas nos Media*, 2003, Lisboa: Observatório da Imigração.

Relativamente à questão das fontes da informação, são identificadas como sendo principais a “Sociedade Civil e as instituições privadas” (o que não é de estranhar porque a imprensa analisada trata e mistura dados da imprensa regional, de inspiração cristã, e a imprensa de âmbito nacional), seguidos dos “Poderes do Estado e instituições públicas”. Contrariamente ao registado em estudos anteriores, os imigrantes e minorias étnicas surgem nas estatísticas (em 7,8 por cento dos casos).

Quanto aos temas encontrados, os “Delitos” são o mais recorrente, embora esta tendência seja mais própria da imprensa nacional do que regional, em que este tema é suplantada pelo “Acolhimento”. Outros temas a merecer registo nas conclusões do estudo são a “Convivência” e “Exploração e Máfias”. Cruzando a variável tema com as minorias representadas, encontramos à frente da lista os imigrantes de Leste, mas também os imigrantes africanos e os cidadãos de etnia cigana.

Em termos gerais, o estudo encontrou mais destaque (ainda que com uma diferença pouco significativa) dado aos temas considerados como “Avanços” (43,2 por cento) do que os temas considerados como “Dificuldades” (40,9 por cento).

Apesar de não haver estudos especificamente consagrados ao cruzamento das questões de género com as questões étnicas, encontramos algumas referências em alguns artigos que constituem embriões de investigações mais alargadas. Exemplo disso é o artigo publicado na *Observatório* número 5 (Maio de 2002), que pretende divulgar as primeiras conclusões de uma investigação levada a cabo no âmbito da rede europeia do *Observatory Against Ethnic and Sexual Discrimination*. A pergunta formulada em relação às questões de género enquanto parte integrante da representação da imigração na imprensa portuguesa<sup>41</sup> centra-se na hipótese da existência de discriminação e pretende avaliar se os *media* dão mais visibilidade à discriminação étnica ou à discriminação das mulheres. Conclui-se que ao conjunto de questões relacionadas com a discriminação étnica é dada mais atenção, o que é notório, desde logo, pelo número de peças a ela consagrado. Um dado curioso prende-se com o facto de os jornais considerados como sendo de referência darem mais importância às questões da discriminação (étnica e com base no sexo) do que os jornais ditos populares. Outra conclusão que vale a pena referir, a propósito da visibilidade das mulheres imigrantes, diz respeito ao facto de os *media* analisados esquecerem aquilo a que as autoras chamam os “paradoxos da situação das

41. Foram analisadas seis publicações – *Público*, *Diário de Notícias*, *A Capital*, *24 Horas*, *Expresso* e *O Independente*.

mulheres em Portugal”; frequentemente é dada visibilidade ao grupo de mulheres “que têm protagonizado a mudança”, no sentido de uma certa discriminação positiva. No entanto, não podemos deixar de apontar realçar que este é um estudo em que as mulheres aparecem como uma questão subsidiária e apenas na perspectiva de avaliar a medida da discriminação.

Quais serão, afinal e mais em concreto, as especificidades deste subgrupo e que questões se colocam na sua representação? O próximo capítulo pretende lançar alguma luz sobre o tema das mulheres imigrantes, para melhor analisar, em seguida, os resultados obtidos pelo estudo empírico que está na base desta dissertação.

## 5. SER MULHER, VER A MULHER

*“Vejo-te no mundo que não pára  
como um grande lenço rubro desfraldado*

*...  
Vejo-te na vida em marcha,  
nas mãos estendidas*

*...  
Vejo-te mãe de milhares de homens novos,  
de rosto calmo e olhos firmes,  
através das labaredas e do fumo,  
sem país e sem lar, a caminho da vida  
– na descoberta constante”.*

Poema da Mulher Nova  
*Sol Nascente*  
Mário Dionísio

*“... as a woman I have no country. As a woman I want  
no country.  
As a woman my country is the whole world”.*

Virginia Woolf

### 5.1. ESTUDOS SOBRE A(S) MULHER(ES)

Podemos dizer, genérica e comparativamente com outros países, que existe ainda uma relativa escassez de trabalhos enquadráveis no domínio dos Estudos Sobre a Mulher em Portugal, apesar do crescente desenvolvimento desta área do conhecimento nos últimos anos.

Ainda em 1995 Maria Irene Ramalho constatava a inexistência da institucionalização da área no âmbito do ensino superior. A situação, entretanto, começava a conhecer algumas alterações, nomeadamente com a criação de centros de Estudos da Mulher em algumas instituições, tais como o Centro de Investigação Faces de Eva – Estudos sobre a Mulher (da Universidade Nova de Lisboa), o Grupo de Estudos Feministas (na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra ou o Núcleo de Estudos Feministas (no Centro de Estudos Sociais, também em Coimbra). Isto significa, tal como se pode ler no 3.º Programa de Acção Comunitária “Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens – 1991-1995” que a situação das mulheres começa a ser perspectivada “em termos globais e interdisciplinares” (CIMD, 1993: 11).

A produção de trabalhos no âmbito dos Estudos da Mulher é actualmente bastante expressiva, mas ainda não se estende a todas as áreas. Em concreto, a forma como a mulher é representada na imprensa (em particular nas peças noticiosas) não se encontra ainda muito explorada (apesar de excepções de que daremos conta mais à frente neste trabalho).

Por Estudos Sobre a Mulher (ou Estudos da Mulher) entendem-se aqueles que realçam o “protagonismo (ou a supressão) das mulheres na história, cultura e sociedade através dos séculos” (Ramalho, 1995). De acordo com a mesma autora, este domínio de investigação implica também uma teorização da diferença sexual e dos papéis sociais, retirando as consequências necessárias dessa teorização na produção e reprodução do conhecimento.

Na história da investigação em Portugal, registam-se, fundamentalmente, três momentos de pesquisa ao nível universitário: os anos 70, marcado por iniciativas esporádicas; os anos 80, em que se dá a institucionalização; os anos 90, palco de um aumento considerável do número de trabalhos universitários sobre mulheres (Bock, Cova, 2003). Esta explosão retardada no último decénio do séc. XX deve-se, fundamentalmente, ao atraso genérico registado em Portugal ao nível das ciências sociais, provocado em grande medida pela vigência e duração do regime salazarista. Só com a democracia é que este campo de conhecimento e de investigação (assim como muitos outros) começa a conhecer um desenvolvimento mais acentuado<sup>42</sup>.

Relativamente à década de 80, mais especificamente em 1983, convém assinalar a realização do primeiro seminário de “Estudos sobre as Mulheres” em Portugal, organizado pela então novel Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres (CIDM).

Existem, não só em Portugal como a nível internacional, vários óbices apontados a estes estudos, nomeadamente o facto de, em grande medida, se reportarem quase exclusivamente em mulheres caucasianas ocidentais (Valdivia, 1995). Na mesma lógica de investigação, os estudos étnicos e raciais escolheram como objecto privilegiado as populações consideradas como minorias étnicas, usando os homens como grupo-foco preferencial. Desta forma não serão ainda muito abundantes os estudos que cruzem as variáveis étnica e de género.

42. Nos EUA, em Inglaterra e em França, países que se destacam na produção de trabalhos de investigação na área dos Estudos sobre a Mulher, o desenvolvimento deste domínio das ciências sociais começou nos anos 60 e rapidamente evoluiu para a criação “de cursos, de departamentos, de graus, de centros autónomos de investigação”, como afirmou Maria Regina Tavares da Silva no seminário sobre Estudos da Mulher realizado em 1993, por iniciativa da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.

Neste sentido, o presente trabalho pretende ser um modesto contributo para o desenvolvimento desta área do conhecimento em Portugal. O Capítulo V pretende traçar, em linhas gerais, as especificidades da representação e da construção da identidade da Mulher (nomeadamente na imprensa) para seguidamente se debruçar com maior pormenor sobre as características da imigração no feminino, especialmente em Portugal.

Utilizaremos, indiscriminadamente, os termos “sexo” e “género” para nos referirmos ao objecto de análise constituído pelas diferenças entre homens e mulheres, já que a deslocação do conceito não correspondeu a uma mudança de modelo de análise [Amâncio, 1998].

## 5.2. DIFERENÇA, IDENTIDADE E REPRESENTAÇÃO DA MULHER

Como foi referido no capítulo anterior, as representações sociais são teorias implícitas sobre objectos sociais relevantes e, desta maneira, funcionam como modalidade de conhecimento através da qual se pode proceder à apreensão, avaliação e até explicação da realidade.

Neste sentido, importará dar conta da forma como as mulheres, e mais especificamente as imigrantes, são objecto desta representação social em Portugal.

Convém, a propósito, referir que o estudo das diferenças nos sexos (essencialmente no domínio da psicologia) foi inicialmente baseado na procura pela fundamentação de mitos. Aliás, o estudo das diferenças não é exclusivo do sexismo mas também no racismo e no eurocentrismo da ciência [Amâncio, 1998]. Assim, algumas características físicas, como o tamanho do cérebro alimentavam a ideia da superioridade da quantidade, contribuindo para a superiorização dos homens relativamente às mulheres e à perpetuação dos mitos. Apenas estudos realizados na década de 70 vêm demonstrar que muitas das diferenças encontradas entre raparigas e rapazes só se tornam consistentes a partir dos onze anos, sendo que até aí os indícios e características diferenciadoras dos sexos se devem mais à expressão de comportamentos socialmente adequados ao grupo de pertença, gratificante para as crianças que já interiorizaram a permanência da pertença sexual<sup>43</sup>. A célebre frase de Simone de Beauvoir, em *O Segundo Sexo*, vem precisamente ao encontro desta construção social e económica da mulher: “Uma pessoa não nasce, torna-se, mulher”.

43. Estudos de Maccoby e Jaklyn, e de Gouveia Pereira, Jesuino e Joyce-Moniz, citados por Amâncio, 1998.

Do até agora exposto poderemos, pois, inferir que a mulher, como o imigrante (ou o estrangeiro, no caso concreto, extra-comunitário), se constitui também como um *Outro* relativamente à figura hegemónica e dominante masculina. Esta dominância no plano simbólico é comum às teorias e aos dados empíricos e está associada ao poder exercido pelos homens sobre a esfera feminina e a organização social em geral. Existe, como denuncia Lígia Amâncio, uma “incapacidade da integração do comportamento das mulheres nos modelos teóricos, sem ser numa perspectiva de exclusão e especificidade” (Amâncio, 1998: 27).

É a “assimetria dos papéis tradicionais dos dois sexos que relega as mulheres para uma condição de grupo minoritário não só pela sua posição social objectiva, na esfera pública, mas também no plano subjectivo, e que pode explicar a sua discriminação enquanto categoria social” (Amâncio, 1998: 32).

A respeito da representação, ou dos vários tipos de representações que têm por objecto a mulher, poderemos dizer que tiveram como autor exclusivo, com algumas excepções e até há bem pouco tempo, o autor masculino. Isso mesmo referem Georges Duby e Michelle Perrot a propósito das imagens pictóricas que povoam a história da arte. Recuperando esses estereótipos, dizem os autores que “três figuras obsessivas habitavam o espírito dos homens quando estes imaginavam a mulher: a figura da companheira, nos jogos eróticos, a da mãe protectora e consoladora (...), finalmente a figura da associada indispensável, como reacção defensiva, todavia rigorosamente mantida em situação subalterna e submissa” (Duby, Perrot, 1992: 19). O mesmo se poderia constatar em relação à literatura e até mesmo à imprensa.

Nesta linha de pensamento, e adiantando um pouco o que mais à frente se desenvolverá, podemos associar a construção da identidade da mulher a uma ideia profunda de reprodução, de vários tipos de reprodução, desde a literal, biológica, à reprodução simbólicas (de valores, culturas, etc.). Desta forma, surge como bastante complexa (no sentido de intimamente relacionada) a relação da mulher com a cidadania e com a nacionalidade. Não resistimos, pois, a exemplificar como a figura da nação é tão frequentemente associada com uma figura feminina. Poderemos dizer, com Pettman<sup>44</sup>, que “numa jogada complexa, o estado é sexizado macho e a nação sexizada fêmea”. Basta lembrar a Mãe Rússia, a Mãe Índia, ou a figura da Pátria (apesar da etimologia da própria palavra...) durante a revolução francesa – uma mulher a dar à luz uma criança.

44. Citado por Wilford, Miller, 1998: 1.

Talvez fosse possível encontrar nestes factos uma explicação para o facto de as mulheres, sobretudo as que pertencem a uma nacionalidade ou etnia diferente, poderem representar uma ameaça tão significativa que conduz a uma dupla discriminação. Afinal, não é por acaso que em situações de guerra se produzem na história dos conflitos tantas violações perpetradas pelos soldados nas mulheres do lado inimigo: cada mulher ofendida é símbolo da colectividade ofendida. E existe sempre a possibilidade latente de a mulher violada vir a gerar um filho do seu inimigo, numa perpetuação perversa do ódio e do triunfo.

Como veremos mais à frente, a mulher imigrante pode ser vista como a encarnação reprodutora de uma “ameaça” que vem de fora, um *outro* particularmente perigoso porque passível de gerar ainda mais alteridade. Antes, porém, de avançarmos para uma caracterização da imigração no feminino, sobretudo em Portugal, convirá intentar esforços no sentido de compreender a realidade das mulheres no país que, pelo menos parcialmente, explica algumas das especificidades dessa mesma imigração. Assim, os direitos de cidadania são mais dificilmente outorgados às mulheres – a sua exclusão é uma intrincada consequência de discursos e práticas em que se misturam não só o género, mas também a racialização e a classe (Castels, Davidson, 2000).

### 5.3. SITUAÇÃO DAS MULHERES EM PORTUGAL

Mais recentemente, em Portugal, um estudo liderado por Adélia Costa e publicado em 1991 pela CIDM deu conta, através dos resultados de um inquérito nacional, da perspectiva de homens e mulheres relativamente a diversas dimensões da vida social (família; escola; trabalho; vida política e sindical; cultura desporto e lazer; modos de vida e mentalidades). Importará, para o nosso trabalho, realçar alguns dos valores obtidos neste inquérito. Por exemplo, nas questões que se prendem com o trabalho, a autora verifica que há “indícios muito fortes de que está a emergir uma imagem diferente da mulher, já não apenas mãe e dona de casa” (Costa, 1991: 70)<sup>45</sup>. Não deixa de ser curioso que esta imagem surja em Portugal apenas no início da década de 90, facto que está inequivocamente relacionado com a presença de mulheres imigrantes no país. No entanto, a imagem construída sobre os vencimentos auferidos demonstra que 68,3 por cento dos inquiridos entende que os homens ganham mais do que as mulheres. Poder-se-á dizer, então, que de certa maneira, a desigualdade entre os sexos se perpetua nesta dimensão, bem como a questão da progressão na

45. Não podemos deixar de referir que, de acordo com o mesmo estudo, cerca de metade da população não consegue ainda conceber a ideia de uma mulher capaz de não abandonar o seu posto de trabalho em circunstância alguma (Costa, 1991).

carreira, já que 68,1 por cento das pessoas que participaram no inquérito acham que os homens têm mais oportunidades de serem promovidos.

Relativamente à participação na vida política e sindical, é unânime a percepção em Portugal de que “não existe uma participação muito activa das mulheres nas actividades políticas” (Costa, 1991: 101).

Uma interessante reflexão que decorre do estudo relaciona-se com os atributos associados pelos inquiridos à representação do masculino e do feminino. Assim, “os homens são essencialmente fortes, com sucesso, inteligentes, competitivos, perseverantes e trabalhadores”, ao passo que as mulheres são “ternas, belas, frágeis, pacientes, poupadas e inteligentes”.

Outros dois estudos realizados em Portugal, sob coordenação de Lígia Amâncio, que têm como objecto os estereótipos relativos a mulheres e a homens, apresentam conclusões que apontam no mesmo sentido<sup>46</sup>. Convém reter outro dado, que diz respeito à imagem da mulher como objecto de desejo, sendo que esta vertente erótica é acentuada *per se* no caso do sexo masculino e conotada com um comportamento orientado para a sedução do sexo oposto pelas próprias mulheres.

### 5.3.1. Papéis sociais das mulheres

É consensual entre vários autores<sup>47</sup> que Portugal apresenta um quadro legal bastante avançado no que diz respeito à presunção de igualdade entre homens e mulheres<sup>48</sup>, quer nas responsabilidades familiares, como profissionais e cívicas. A prática, no entanto, contraria as expectativas teóricas. Observamos que em Portugal se registam as mais elevadas taxas de actividade feminina mal remunerada na UE, que existe um claro défice de participação cívica e política por parte das mulheres<sup>49</sup> e que existem

46. Atentando no quadro dos estereótipos apresentado em Amâncio, 1998, deparamo-nos com os seguintes resultados: Estereótipo feminino – afectuosa, bonita, carinhosa, dependente, elegante, emotiva, feminina, frágil, maternal, meiga, romântica, sensível, sentimental, submissa; Estereótipo masculino – ambicioso, audacioso, autoritário, aventureiro, corajoso, desinibido, desorganizado, dominador, empreendedor, forte, independente, machista, paternalista, rígido, sério, superior, viril.

47. Cf., *e.g.*, Ramalho, 1995; Ferreira, 1998.

48. Consagrada na Constituição da República Portuguesa desde 1976.

49. Comparativamente a outros países membros da UE (antes do alargamento a 25 países), as mulheres portuguesas revelam um certo alheamento relativamente a questões de participação na vida política, o que é visível na baixa percentagem de mulheres que declaram ler um jornal diário ou pertencer a uma associação (respectivamente, 13 por cento e 18 por cento, de acordo com Virgínia Ferreira).

escassos equipamentos colectivos de apoio a crianças e idosos, o que acarreta consequências não despicientes para as mulheres.

Concretizando, constata-se a existência de paradoxos na sociedade portuguesa que originam dualismos e segmentações em função do sexo. O mais flagrante será, porventura, aquele que diz respeito ao mercado de trabalho. Por um lado, observamos a feminização crescente dos sistemas de ensino, formação e emprego<sup>50</sup> (Ferreira, 1998); por outro lado, observa-se que as mulheres ocupam parte substancial do mercado de trabalho paralelo, contribuindo significativamente para a economia subterrânea ou informal. Estes factos concorrem para uma situação complexa no mercado laboral português no que diz respeito à composição sexual: apesar de não se registarem diferenças significativas entre a situação de mulheres e homens, regista-se um diferencial crescente entre mulheres e outras mulheres. Poderemos, então, afirmar que as mulheres se destacam na ocupação de lugares na base da pirâmide laboral, mas também no topo, onde a percentagem de mulheres (sobretudo nas áreas administrativas e técnico-científicas) é elevada mas que se traduz em números absolutos ainda não muito expressivos.

Ao contrário do que acontece em outros países da UE, existe em Portugal um défice de mulheres a trabalhar naquilo a que poderemos chamar, com Virgínia Ferreira, as “categorias intermédias”.

Outra característica paradoxal da situação da mulher no mercado de trabalho diz respeito à elevada taxa de inserção e da diminuta taxa de partilha de actividades domésticas com os homens<sup>51</sup>.

Podemos aqui encontrar um paradoxo relativo aos números que dão conta da presença das mulheres no ensino superior em Portugal. Na verdade, a feminização do ensino superior em Portugal encontra-se acima da média da UE<sup>52</sup> – 56 por cento contra 51 por cento. Se atentarmos em todas as

50. Desde meados dos anos 80 que a população estudantil universitária é constituída, maioritariamente, por mulheres.

51. Apenas a título de curiosidade, refira-se um inquérito levado a cabo por Virgínia Ferreira a 1520 indivíduos de ambos os sexos em que as tarefas mais apontadas pelos homens como sendo da sua responsabilidade são: 1.º conduzir a família em viagens; 2.º lavar e cuidar do carro; 3.º realizar pequenos arranjos dos equipamentos domésticos; 4.º ir a repartições públicas; 5.º fazer os churrascos; 6.º levar as crianças a espectáculos desportivos; 7.º engraxar os sapatos. A autora realça que a especificidade da maior parte destas actividades prende-se com o seu carácter descontínuo e a distância em relação à casa, o que não acontece com as tarefas verdadeiramente domésticas desempenhadas por mulheres.

52. Cf. Castro (dir.), 2003.

áreas de ensino, verificamos que, relativamente ao ano lectivo de 1994-1995, a presença de mulheres é superior em quase todos os domínios do saber, com excepção de Religião e Teologia (34,2 por cento), Arquitectura e Urbanismo (44,7 por cento), Matemática e Informática (46,4 por cento) e Ciências da Engenharia (26,2 por cento)<sup>53</sup>. As estatísticas da frequência do ensino superior são confirmadas pelo *Anuário Estatístico* de 1998, que dá conta dos diplomados por Ramo de Ensino, com a feminização a registar-se em todos os domínios à excepção dos já acima referidos.

O Eurobarómetro 2003 sobre a situação social nos países da UE, apesar de apresentar dados relativos ao ano de 2001, poderá ajudar a lançar alguma luz sobre a situação das mulheres em Portugal. De acordo com este estudo, as mulheres são mais afectadas pelo desemprego do que os homens, em todos os escalões etários e independentemente do nível de instrução. Este fenómeno regista-se em praticamente todos os estados-membros, à excepção de Itália, Suécia e Reino Unido. Outro dado curioso que consta deste relatório é o lugar ocupado pelas mulheres na tomada de decisão (entenda-se, decisão política) no seio dos países que, à data, faziam parte da UE: Portugal encontra-se na cauda da tabela, com a menor percentagem de mulheres (menos de dez por cento) participantes nos governos nacionais (na Primavera de 2001). No que se refere à participação no Parlamento e no Parlamento Europeu, as mulheres portuguesas sobem um pouco na classificação relativa aos parceiros europeus, mas registam ainda uma percentagem de presença que se situa nos 20 por cento<sup>54</sup>.

Esta caracterização, ainda que muito sumária, da inserção das mulheres no mercado de trabalho em Portugal está intimamente relacionada com a situação das mulheres imigrantes no país já que, como vimos anteriormente, a motivação laboral pesa de forma preponderante na decisão de procurar outro país.

### 5.3.2. Mulheres na imprensa

Relativamente ao estudo das representações das mulheres imigrantes em Portugal, não encontrámos qualquer quadro teórico específico. Assim sendo, reportamo-nos a uma obra de 1976, da autoria de Maria Isabel Barreno, que dá conta da “Imagem da mulher na imprensa”. É, no entanto certo que, à data, a questão da imigração praticamente não existe ao nível do espaço público, em virtude das suas características singulares. Não

53. Fonte: *Estatísticas da Educação 95*.

54. A percentagem mais expressiva é alcançada na Suécia, com 45 por cento de mulheres com assento no Parlamento nacional e 50 por cento de deputadas no Parlamento Europeu.

deixa, porém, de ser interessante dirigirmos a nossa atenção para os resultados obtidos. O *corpus* de análise é constituído por 895 recortes de todos os jornais portugueses diários e semanais publicados de Janeiro a Abril de 1975. Nesse ano comemorou-se o Ano Internacional da Mulher, motivo pelo qual terá sido escolhido. Os recortes reportam-se “a tudo o que dizia respeito à Mulher: artigos, notícias, anedotas, publicidade, todas as situações em que apareciam mulheres e todas as utilizações de rostos ou figuras de mulheres nos jornais” (Barreno, 1976: 7). Neste estudo, não surge qualquer referência à mulher imigrante na imprensa, a não ser, e apenas eventualmente porque não é referido o contexto em que é apresentada, a imagem de “uma mulher negra usando latas de sumo como rolos de cabelo, sorrindo” (Barreno, 1976: 16).

Fazendo a ponte com as imagens das mulheres (em geral) em Portugal, este trabalho mostra ainda uma clara preocupação com a questão laboral (também fora de casa) e do papel que as mulheres são chamadas a desempenhar nesse mercado. As conclusões apresentadas referem que às mulheres são, na época, consagradas as funções de “«produtoras de filhos» e «produtoras» de trabalho doméstico – função tradicional, geralmente atribuída às mulheres; produtoras de trabalho oficialmente reconhecido como tal – função que é apresentada na classe burguesa como uma «novidade» potencialmente transformadora; «consumidoras» – parte aparente e reconhecida da função doméstica” (Barreno, 1976: 83). A frase com que termina a obra é particularmente significativa: “Saindo dos estereótipos as mulheres ficam, culturalmente, despidas” (Barreno, 1976: 89).

#### 5.4. MULHERES E IMIGRAÇÃO

As mudanças no papel das mulheres nas sociedades industrializadas, nomeadamente o aumento do trabalho, a queda da taxa de natalidade e o aumento dos divórcios estão na base de grande parte da “feminização” da migração internacional<sup>55</sup>. A mulher ocidental está fora de casa a maior parte do tempo, pelo que se torna necessário um fluxo de imigrantes que assegurem os serviços domésticos<sup>56</sup>.

Esta situação, como já tivemos oportunidade de referir, também se verifica em Portugal, sobretudo devido às especificidades da inserção das mulheres

55. Naturalmente que a situação no país de origem é absolutamente determinante. O fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento da População estimava, em 1999, que 70 por cento dos pobres do mundo eram mulheres. No entanto, a oferta no país de acolhimento também joga um papel fundamental nesta complexa teia.

56. *Theories of International Migration*, in Cohen, Robert (ed.), (1996).

no mercado de trabalho, não só as autóctones, como as imigrantes, como veremos a seguir.

Podemos dizer que os fluxos migratórios têm características próprias dependentes do sexo, que começam logo ao nível das motivações. Podem encontrar-se algumas pistas para compreender os mecanismos que estão na origem destes fluxos no facto de as categorias que contemplam os estados civis decorrentes do divórcio, separação ou viuvez se encontrarem mais preenchidas por mulheres do que por homens. Podemos, pois, constatar que existem muitas mulheres desligadas de vínculos familiares a engrossar as fileiras da imigração feminina. Mirjana Morokvašić afirma as motivações tradicionais na base da imigração, tais como a oferta de emprego ou o diferencial de salários registado entre as zonas de partida e a zonas de acolhimento apenas podem ser tomados em conta num contexto mais vasto de factores de reprodução social nas zonas de emigração.

A intersecção do sexo e da raça no âmbito do trabalho tem de ser compreendida “empiricamente no contexto da internacionalização do mercado de trabalho” (Anthias, Yuval-Davis, 1992: 118). As autoras argumentam ainda, consolidando o que ficou dito na primeira parte deste trabalho, que a população em minoria étnica preenche lugares que as populações indígenas não estão dispostas a desempenhar, o que é particularmente visível nos postos ocupados por mulheres imigrantes.

#### **5.4.1. Características da imigração feminina**

##### **5.4.1.1. *A relativa invisibilidade das mulheres imigrantes***

Os estudos sobre a imigração focados, ou que distingam, as questões relacionadas com o género, são relativamente recentes, embora existam actualmente com alguma abundância. Com efeito, a consciência da necessidade destes estudos começa com a constatação, por parte de algumas representantes do movimento feminista no Ocidente, de que as mulheres se encontravam ausentes dos relatos históricos (Willis, Yeoh, 2000).

A par desta “invisibilidade” – que apenas existe devido a um certo retardamento histórico, podemos considerar que as mulheres imigrantes constituem uma categoria sub-representada. Trata-se de uma especificidade própria das mulheres em geral<sup>57</sup>, mas que no caso das mulheres migrantes encontra uma explicação que, no entanto, tem cada vez menos peso.

57. Morokvašić, 1984.

Podemos considerar, a partir da emergência dos estudos sobre a imigração, que até aos anos 90, o estereótipo da mulher migrante conotava-a com o estatuto de esposa ou mãe. O termo “imigrante” estava, normalmente, reservado ao homem (a quem se outorgava a decisão de imigrar), limitando as mulheres ao subgrupo das “famílias”. Esta situação fica, em larga medida, perpetuada nas estatísticas e nos estudos, contribuindo para uma relativa invisibilidade da imigração no feminino ou, pelo menos, das suas características específicas.

Só a partir de 1975 encontramos investigação credível focada nos movimentos internacionais das mulheres, começando o conceito de migrantes laborais a ser alargado também ao sexo feminino, que deixa de ser apenas contabilizado na categoria onde se enquadram os chamados “dependentes”. Fundamentalmente, é durante a década de 80 que se regista um aumento da visibilidade das mulheres que imigram com um projecto a *solo* (Willis, Yeoh, 2000). Na Europa, este fenómeno é particularmente notório, já que os países que se destacaram na “importação” de trabalhadores estrangeiros admitiam, sobretudo, homens, dadas as especificidades dos trabalhos disponíveis.

Esta “invisibilidade” feminina pode, no entanto, ser contrabalançada com as taxas de fertilidade elevadas normalmente registadas pelas mulheres imigrantes. Também nos países de acolhimento elas desempenham funções de reprodução, não só biológica, mas também social e cultural, dentro das comunidades a que pertencem.

Podemos dizer, então, que as mulheres imigrantes desempenham uma dupla função de produção e de reprodução, dada a sua importância, respectivamente, no mercado de trabalho e nas comunidades. Esta singularidade repercute-se, naturalmente, no tipo de funções que podem desempenhar, sendo as mulheres imigrantes empurradas (num círculo vicioso) para actividades na economia paralela ou que não se encontram oficialmente registadas (Anthias, Yuval-Davis, 1992). Dentro das actividades consideradas como reprodutivas desenvolvidas pelas mulheres imigrantes, podemos ainda referir o papel que são chamadas a desempenhar junto das crianças filhas das mulheres nativas dos países de acolhimento, ou seja, o de lhes prestar cuidados e as educar na ausência das mães durante o horário de expediente.

A invisibilidade pode também ser justificada ao nível dos estereótipos dominantes acerca das mulheres pertencentes a minorias étnicas, como referem Floya Anthias e Mira Yuval-Davis, citando um estudo de Parmar segundo o qual esses estereótipos as representam como passivas e subor-

dinadas, “ignorando as diferenças de cultura, geração e classe” (Anthias, Yuval-Davis, 1992: 125).

Wilford afirma mesmo que estes são sintomas de que as mulheres podem participar e participam efectivamente nos processos étnicos e nacionais de variadas formas. O autor admite, porém, a existência de obstáculos consideráveis no percurso de cidadania, que é “sexizado e racializado” (Wilford, Miller, 1998: 15). As diferenças de classe, estatuto e etnicidade exercem, pois, graus de influência variáveis em determinadas categorias de mulheres, em diferentes áreas, incluindo o mercado de trabalho.

#### **5.4.1.2. Mulher imigrante e mercado laboral**

As mais recentes tendências ao nível dos fluxos imigratórios globais, nomeadamente a já referida “feminização”<sup>58</sup>, patente a partir dos anos 90<sup>59</sup>, podem também ser parcialmente compreendidas à luz desta relativamente nova realidade, já que existe uma clara evolução da participação das mulheres imigrantes no mercado de trabalho patente na deslocação de actividades domésticas para os sectores da indústria e dos serviços. Isto quer também significar que se pode registar um aumento da visibilidade, já que as mulheres deixam situações de trabalho em que se encontram em frequente irregularidade. Ainda que a entrada das mulheres imigrantes nos países de acolhimento possa ser ditada, em alguns casos e num primeiro momento, por questões de reunificação familiar, a grande parte delas acaba por se inserir no mercado de trabalho local.

Naturalmente que estas linhas conhecem variações de região para região. Em Portugal, por exemplo, como em outros países do sul da Europa, este movimento poderá ser entendido como mais tardio, já que grande parte da imigração feminina ainda se encontra adstrita a actividades domésticas ou de prestação de serviços do mesmo em empresas. Tal fenómeno deve-se ao facto de nestes países a condição feminina autóctone ter conhecido também desenvolvimentos mais tardios.

Podemos falar, então, em “maternidade transnacional”, para utilizar um termo de Pierrette Hondagneu-Sotelo e Ernestine Avila<sup>60</sup>. Por um lado, a situação nos países de acolhimento é aquela que já descrevemos; por

58. Cf., *e.g.*, Castles, Miller, 1998; Willis, Yeoh, 2000.

59. De acordo com os números da SOPEMI, em 1993 entre 30 e 48 por cento da força de trabalho imigrantes era constituída por mulheres.

60. *in* Willis, Yeoh, 2000.

outro lado, nos chamados países de envio, as crianças crescem sem as mães, que emigraram para tratar dos filhos de outras famílias.

A nível internacional podemos dizer, no entanto, que se verifica uma “emergente divisão internacional do trabalho de reprodução”. Evidentemente que esta divisão do trabalho se intersecta com outras variáveis tais como a classe, a etnicidade e a idade, mas existe um “aparato transcultural homogéneo que define a reprodução social como um domínio feminino” (Willis, Yeoh, 2000: 67).

Poderemos, pois, concluir que actualmente uma das leis da imigração enunciadas por Ravenstein (que foi, no entanto pioneiro, ao adiantar a possibilidade de existirem diferenças entre a imigração masculina e a imigração feminina), de acordo com a qual as mulheres parecem predominar entre os migrantes de curta distância<sup>61</sup>, se encontra, no mínimo, desactualizada.

Vários estudos referem que a experiência migrante não é, com frequência, recompensadora para as mulheres que a levam a cabo<sup>62</sup>. O seu enquadramento na economia informal ou em actividades profissionais sem perspectivas de mobilidade na cadeia hierárquica são alguns dos factores que motivam este desfasamento entre as expectativas e os resultados. Muitas mulheres migrantes acabam por ver reproduzidas no país de acolhimento situações em que se encontrava no país de origem.

No mercado laboral e muito devido a esta situação de inserção no mercado informal, “as mulheres imigrantes são vítimas de discriminação quer como mulheres quer como imigrantes, e são-lhes frequentemente negados direitos adquiridos por trabalhadores nas democracias ocidentais” (Morokvašić, 1984).

Outro fenómeno bastante visível ao nível da imigração feminina nos países de destino é a perpetuação de situações de alocação laboral com base no sexo, só que protagonizadas por mulheres migrantes e já não por mulheres nativas.

Como refere Grace Chang, as mulheres imigrantes sofrem, continuamente, as falhas dos sistemas de segurança social: nos seus próprios países, o que acaba por constituir um dos factores que “empurram” para a imigração; nos países de acolhimento, já que vão preencher as lacunas da segurança

61. Citado por Everett S. Lee em Cohen, Robert (ed.), 1996: 15.

62. Cf., *e.g.*, Morokvašić, 1984

social local na prestação de cuidados a populações envelhecidas e a crianças, muitas vezes por salários bastante baixos. Ou seja, a sua vida adapta-se constantemente às “medidas de austeridade” dos países de origem e à “reforma social” no “Primeiro Mundo” (Chang, 2000: 125-126).

As mulheres imigrantes, apesar de trabalharem, frequentemente são consideradas como estando fora da força de trabalho (Willis, Yeoh, 2000). Este facto deve-se, precisamente, ao tipo de tarefas que desempenham, já que o trabalho que efectuam, quando realizado por mulheres autóctones no seio das suas casas, também é frequentemente desconsiderado enquanto trabalho legítimo. Esta situação conduz ainda a que as mulheres imigrantes sejam consideradas subsidiárias, e o nível dos seus salários tomado como complementar ao que é auferido pelos homens. Em suma, “as mulheres fornecem a flexibilidade que o capital global necessita” (Ghatak, Sassoan, 2001: 155).

#### **5.4.1.3. *Comércio sexual***

Atentando na situação específica da Europa, depois da vaga de reunificação familiar que se seguiu aos anos de “trabalhadores estrangeiros convidados”, com as portas de entrada de imigrantes cada vez mais estreitas, verificamos que as mulheres imigrantes são empurradas para situações de irregularidade (Willis, Yeoh, 2000). Por um lado, as agências a disponibilizar mulheres para casamentos representam um negócio florescente em muitos países, com as “noivas” a serem sobretudo provenientes dos antigos países soviéticos. Por outro lado, em situação extrema, as mulheres entram em redes de tráfico humano e de prostituição. Muitas mulheres chegam aos países de acolhimento com promessas de emprego e acabam por se ver envolvidas em teias de autêntica escravatura humana. Estas situações foram amplamente documentadas durante os anos 80 na imprensa nos países europeus com mais antiguidade no posto de países de acolhimento, tais como a Alemanha ou a Holanda (Willis, Yeoh, 2000). Neste último país, por exemplo, estima-se que cerca de 40 por cento das mulheres que trabalham na indústria sexual são “importadas”. Como poderemos avaliar no capítulo seguinte, também esta realidade das mulheres imigrantes está bem viva nas páginas dos jornais portugueses.

As possíveis explicações para este facto poder-se-ão encontrar em várias dimensões. Por um lado, talvez não seja demasiado especulativo relacionar esta imagem das mulheres imigrantes a um estereótipo de erotismo exótico ligado à mulher estrangeira. São amplamente conhecidas as visões “orientalistas” (usando a expressão no sentido que lhe foi dado por Edward

Said) da mulher, praticamente limitada a ser sexuado e sexual. A mesma interpretação pode ser feita em relação a mulheres provenientes de “países tropicais”, como sejam algumas nações africanas e, naturalmente, o Brasil. A ideia da mulher “quente” e “sensual” está, de certa forma, enraizada em determinadas zonas do imaginário colectivo, numa evidência clara da noção de *outro*, neste caso, *outra*. “As minorias das minorias são vistas como exóticas e disponíveis” (Castles, Davidson, 2000).

Por outro lado, existem estatísticas não negligenciáveis que demonstram como as mulheres que pretendem imigrar de forma autónoma, perante as restrições de entrada dos países de acolhimento e a sua própria condição de fragilidade, se vêem frequentemente enredadas em esquemas de tráfico, acabado por se tornar vulneráveis aos grupos que organizam a imigração clandestina e à violência<sup>63</sup>.

Poderíamos ainda entender este fenómeno como um comportamento que, sendo marginal, será simultaneamente, e apenas em certa medida, normal e expectável, de acordo com a afirmação de que “em princípio, um grupo imigrante, abalado pela transferência cultural, *deve* produzir desvios sociais” (Todd, 1996: 385). No entanto, isto não quer dizer que a existência de casos marginais leve à construção de estereótipos fora dos quais não se consegue conceber a mulher imigrante. Estes estereótipos e pré-conceitos podem ficar a dever-se à discrepância entre a prostituição que, de facto, existe (e que, como já vimos, até pode ser considerada como expectável) e a imagem que dela é transmitida através dos *media*. Como poderemos constatar no próximo capítulo, onde é apresentado o estudo empírico que analisa as peças sobre imigração em que as protagonistas são mulheres, esta discrepância é abissal e aí reside, porventura, a grande fonte de este-reotipização e até de práticas discriminatórias, também elas descritas em algumas peças jornalísticas.

## 5.5. IMAGENS DE MULHERES IMIGRANTES

Ao contrário do que acontece com os estudos da imigração, que tendem a ser neutrais relativamente ao género<sup>64</sup>, o que acabará por se traduzir num foco colocado ao nível dos homens imigrantes, o presente estudo parte do princípio que existem diferenças no tratamento noticioso dado ao tema da imigração, consoante os protagonistas sejam do sexo feminino ou do sexo masculino.

63 Estas questões foram amplamente debatidas em 1999, em Bari, num seminário internacional sobre a violência contra as mulheres, do abuso doméstico à escravatura.

64. Ghatak, Sassoon, 2001.

A primeira investigação empírica sobre estereótipos na história da psicologia social (realizada na década de 30 por Katz e Braly) teve como objecto de análise os grupos migrantes de origem europeia e asiática para o Novo Mundo, o que não deixa de ser significativo. Os autores utilizaram como base de trabalho textos extraídos da imprensa e da literatura e fornecidos por estudantes de uma universidade norte-americana.

A par dos grupos migrantes, também as mulheres constituíam uma base preferencial para a construção de estereótipos pela imprensa. Isso mesmo denunciam vários estudos críticos, antes mesmo de existir uma crítica feminista organizada aos *media* (que surge apenas na segunda metade dos anos 70). Além da questão dos estereótipos relacionados com os papéis desempenhados por cada um dos sexos, esse conjunto de críticas emergentes aponta também baterias à sub-representação das mulheres no conteúdo das notícias e na programação dita séria, bem como na tomada de decisões ao nível do *gate-keeping* (Valdivia, 1995).

A maior parte dos estudos adapta o conceito de *hegemonia*, conforme ele foi enunciado por Gramsci, identificando a cultura hegemónica com as elites masculinas e a classe dominante com as mulheres. Os *media* desempenhariam, neste contexto, o papel de perpetuadores das relações de género existentes na sociedade. No entanto, uma parcela dos estudos tentava, simultaneamente, encontrar formas de utilizar os instrumentos fornecidos pelos órgãos de comunicação de massas para veicular os interesses das mulheres. No seio do feminismo socialista, a voz corrente era a da crítica à sedução exercida pelos *media* sobre as mulheres conducente ao consumismo, e à limitação existente à influência criativa das mulheres sobre os conteúdos dos órgãos de comunicação de massas.

Podemos compreender o surgimento destas teses à luz das práticas existentes nos *media*. Independentemente das diferenças entre os vários estudos, conforme a sua filiação teórica, parece ser consensual que as notícias, historicamente, têm subrepresentado e representado de forma errada as mulheres (Valdivia, 1995). Este facto poderá ter estado na origem das reacções teóricas acima sumariamente enquadradas. Carolyn M. Byerly afirma inclusivamente que, a nível mundial, tem-se registado uma evolução pouco significativa ao nível da quantidade e da qualidade das notícias que são produzidas sobre mulheres. Mohanty afirma mesmo, com base num estudo realizado antes da década de 90, que quando as mulheres chegam aos *media*, as suas imagens são “previsivelmente sexuais ou confinadas à espera privada do lar” (Valdivia, 1995: 109).

Não será, portanto, de estranhar, que os *media* se constituam como lugares onde “o movimento das mulheres, como outros movimentos identitários<sup>65</sup>” lutam pelo “reconhecimento público dos seus direitos e necessidades” (Silveirinha, 2001). Maria João Silveirinha afirma ainda que é na arena dos *media* que se joga a luta simbólica pelo significado e pelas interpretações, sendo que através deles “os significados são produzidos, posicionando-nos como sujeitos, criando novas possibilidades do que somos e do que podemos vir a ser”.

Considerando as mulheres imigrantes como sujeitos da imprensa portuguesa, partimos de seguida para o estudo empírico que funciona como fulcro do presente trabalho, em que se pretende avaliar como é que as notícias publicadas poderão produzir efeitos sobre a realidade, não perdendo de vista que se trata de um processo biunívoco: os *media* têm influência no espaço público, logo na opinião pública, mas, em certa medida, também reproduzem o que esta tem como adquirido.

65. E aqui podemos, sem dúvida, incluir os movimentos sociais compostos por imigrantes e minorias étnicas.

## 6. IMAGENS DA MULHER IMIGRANTE NA IMPRENSA PORTUGUESA

### 6.1. EXPLANAÇÃO DE PROPÓSITOS

A ideia de analisar as notícias publicadas sobre imigração em que as protagonistas sejam do sexo feminino tem como principal objectivo identificar as eventuais características comuns a essas notícias, no caso de elas existirem sob uma forma estável.

O processo encontrado para o fazer, também numa tentativa de legitimar as conclusões que porventura adviessem desta análise, foi um tratamento essencialmente quantitativo da informação disponível.

Os dados utilizados para análise são o resultado directo do projecto *Media, Imigração e Minorias Étnicas*, encomendado pelo Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME) ao Instituto de Estudos Jornalísticos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, coordenado pela Prof. Isabel Ferin, e no qual tive o prazer de participar como investigadora bolsreira.

O referido projecto teve como âmbito de análise todas as notícias publicadas em 2003 em oito jornais – *Público*, *Diário de Notícias (DN)*, *Jornal de Notícias (JN)*, *Expresso*, *O Independente*, *Correio da Manhã (CM)*, *A Capital* e *24 Horas*, e também as peças televisivas emitidas em *prime-time* pelos quatro canais transmitidos, à data, em sinal aberto – *RTP1*, *RTP2*, *SIC*, *TVI*.

Os resultados desta investigação foram apresentados publicamente no dia 25 de Março de 2004, numa sessão de trabalho que decorreu no auditório do Centro Nacional de Apoio ao Imigrante, em Lisboa. A sessão originou a publicação dos resultados em livro editado pelo Observatório da Imigração e cuja apresentação teve lugar no dia 18 de Maio, em Lisboa.

Bebendo, pois, dos dados desse projecto, o presente trabalho pretende aprofundar a temática da imigração no feminino, na medida em que analisa as variáveis definidas (e que são descritas mais à frente) em função de uma delas, ou seja, das peças que se referem explicitamente a mulheres imigrantes. Optámos por nos limitarmos à análise das peças publicadas na imprensa, de modo a restringir o *corpus*, tornando-o mais homogéneo e permitindo maior profundidade de estudo.

De acordo com as justificações que podemos encontrar em *Media, Imigração e Minorias Étnicas*, a escolha dos jornais já mencionadas foi considerada como representativa das publicações nacionais. Por um lado, abrange

periódicos diários e semanários, concorrendo assim para um visão transversal ao nível da periodicidade; por outro lado, inclui jornais ditos de referência e jornais ditos populares, o que permite detectar eventuais diferenças ao nível do tratamento noticioso. Para efeitos de análise dos dados, considerou-se que são jornais de referência *Público*, *DN*, *JN*, *Expresso* e *O Independente* e que os restantes (*CM*, *A Capital*, *24 Horas*) têm características de jornais populares ou, utilizando a terminologia anglo-saxónica, tablóides<sup>66</sup>. Recorrendo ainda à justificação aduzida no capítulo IV (Esteves, 1991), poderemos dizer que a escolha dos jornais se prende também com as expectativas dos seus leitores, na medida em que o facto de serem comprados poderá significar que os conteúdos que veiculam reflectem, pelo menos parcialmente, as ideias ou opiniões do público.

## 6.2. METODOLOGIA UTILIZADA

O método encontrado para analisar o *corpus* em questão encontra-se justificado no Projecto *Media, Imigração e Minorias Étnicas*<sup>67</sup>. Para cada peça de imprensa foram encontradas 25 variáveis, que podem ser enquadradas em três eixos de análise: Forma, Conteúdo e Discurso. Podemos ler na introdução do referido estudo referido que “a identificação das variáveis e a atribuição de valores aos códigos fundamentaram-se nas Teorias dos Media e do Jornalismo (variáveis que integram o grupo referente ao Meio, Imprensa e Televisão),<sup>68</sup> em estudos sobre as Migrações e Minorias (variáveis

66. “Considera-se imprensa de referência a imprensa de âmbito nacional, vocacionada para o tratamento de temas nacionais e internacionais, possuidora de um corpo estável de profissionais especializados, não vinculados a uma orientação partidária ou religiosa, cujo público se encontra predominantemente interessado na discussão e reflexão sobre a *res publica*; Considera-se imprensa popular e de características mais tablóide a imprensa vocacionada preferencialmente para o tratamento de temas de carácter espectacular, procurando abordagens emocionais e utilizando uma linguagem imagética acentuada, estando dirigida para públicos pouco escolarizados. Confrontar: Sparks, C. (2000), “The panic over tabloid news” in C. Sparks & J. Tulloch (Eds.) *Tabloid Tales: global debates over media standards*: pp. 1-40”. Esta justificação consta do relatório do projecto *Media, Imigração e Minorias Étnicas*.

67. FERIN *et al.*, 2004.

68. Foram tidas em consideração as seguintes obras e autores enunciados por ordem alfabética: Berkowitz, D., 1997, *Social Meanings of News*, London: Sage; Casey, B. *et al.*, 2002, *Television Studies: the Key Concepts*, London: Routledge; Cohen, S., J. Young (eds.), 1973, *The Manufacture of News*, London: Constable; Goodwin, A., Whannel, G., 1997, *Understanding Television*, London: Routledge; Kunczik, M., 1988, *Conceitos de Jornalismo*, São Paulo: Edusp; Patterson, T.E., 2003, Tendências do jornalismo contemporâneo: estarão as notícias leves e o jornalismo crítico a enfraquecer a Democracia?, *Revista Media e Jornalismo*, n.º 2, 2, Coimbra: Minerva: pp. 19-47; Traquina, N., 1993, *Jornalismo, Questões, Teorias, ‘Estórias’*, Lisboa: Vega; Tuchman, G. 2001, As notícias como realidade construída, in Esteves, J.P., 2001, *Comunicação e Sociedade*, Lisboa: Horizonte: 91-104.

veis que integram o grupo referente ao Conteúdo, Imigração e Minorias Étnicas),<sup>69</sup> na teoria da Análise do Discurso (variáveis que integram o grupo referente ao Discurso )”.

Seguindo esta linha de pensamento metodológico, as mesmas variáveis foram utilizadas para a análise das peças de imprensa que têm como protagonistas as imigrantes que são notícias em Portugal. De realçar ainda que as variáveis encontradas numa primeira fase foram sujeitas a um teste exploratório (através da análise de cem peças que considerámos constituírem uma amostra significativa, já que representativa de mais de 6 por cento do corpus total) em que se pretendeu avaliar se as modalidades encontradas para cada variável serviam os propósitos da análise. Antes de avançar com a análise do *corpus* completo, foram introduzidas as alterações resultantes deste teste exploratório. As variáveis, modalidades e codificações finais serão descritas ao longo deste capítulo.

Em resumo, o que nos propomos com este estudo empírico analisar as peças em duas dimensões fundamentais: 1. cada variável é trabalhada considerando exclusivamente o género feminino (excepto quando se considerar pertinente uma comparação com as peças que retratam o género masculino); 2. após a apresentação dos dados estatísticos tenta-se estabelecer a ponte com a realidade (aquela que nos é dada a conhecer, ou seja, a “realidade estatística” da imigração feminina em Portugal).

As notícias recolhidas para o Projecto *Media, Imigração e Minorias Étnicas* (num total de 1538) respeitantes ao período de 1 de Janeiro de 2003 a 31 de Dezembro de 2003 foram submetidas a tratamento informático (com recurso ao programa SPSS (Statistical Package for Social Sciences), o que permitiu isolar as peças consideradas como pertencendo ao género “feminino”, ou seja, as peças que são protagonizadas, exclusivamente, por mulheres imigrantes. Da análise feita para o presente trabalho foram excluídas todas as peças identificadas como tendo protagonistas de ambos os sexos, as peças com protagonistas do sexo masculino e ainda todas

69. Foram tidas em consideração as seguintes obras e autores enunciados por ordem alfabética: Baganha, M.I. e Marques, J.C., 2001, *Imigração e Política: o caso português*, Lisboa: Fundação Luso-Americana; Bastos, J.G. e Bastos, S.P., 1999, *Portugal Multicultural*, Lisboa: Fim de Século: 12-14; Cádima, R. e Figueiredo, A., 2003, *Representações (Imagens) dos Imigrantes e das Minorias étnicas nos Media*, Lisboa: ACIME; Ferin Cunha, I. et al., 2002, *Media e Discriminação: um estudo exploratório do caso português*, *Revista Obercom*, n.º 5: 27-38; Lages, M. e Policarpo, V., 2003, *Atitudes e Valores perante a Imigração*, Lisboa: ACIME; Miranda, J., 2002, *A Identidade Nacional: Do Mito ao sentido Estratégico*, Oeiras: Celta; Pires, R. Pena, 2003, *Migrações e Integração*, Oeiras: Celta; Vala, J., Brito, R., Lopes, D., 1999, *Expressões dos racismos em Portugal*, Lisboa: ICS.

aquelas às quais não pode ser registado qualquer elemento distintivos no que se refere ao género/sexo dos imigrantes referenciados.

### 6.2.1. Definição das variáveis

As variáveis encontradas, como já foi referido, enquadram-se em três eixos de análise fundamentais: Forma, Conteúdo e Discurso<sup>70</sup>.

Da análise dos resultados obtidos para as diversas variáveis pretende-se traçar a imagem que a imprensa portuguesa traça das mulheres imigrantes e tentar aferir as dissonâncias e convergências dessa imagem com aquilo a que já chamámos a “realidade estatística” da imigração feminina em Portugal.

## 6.3. APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS E DEFINIÇÃO DE MODALIDADES

O primeiro resultado que urge assinalar, para tentar obter uma perspectiva panorâmica do tema que nos propomos tratar, é a quantidade de notícias que, no cômputo geral, apresentam mulheres como protagonistas. Do total de peças analisadas, 210 identificam-se com o género feminino e 216 com o género masculino. Estabelecemos, pois, que o *corpus* específico deste trabalho é constituído por 210 peças publicadas em oito jornais (*Público*, *Diário de Notícias*, *Jornal de Notícias*, *Expresso*, *O Independente*, *Correio da Manhã*, *A Capital* e *24 Horas*) no decurso do ano de 2003.

Verificamos, a partir deste primeiro resultado (o único que não é inédito relativamente ao *Projecto Media, Imigração e Minorias Étnicas*), que a quantidade de peças exclusivamente masculinas é superior do que aquelas que abordam, especificamente, o género feminino, apesar de a diferença não ser muito significativa. No universo das notícias analisadas, as notícias “femininas” representam 13,7 por cento do total, enquanto as notícias “masculinas” correspondem a 14 por cento do total.

Apesar desta constatação, a situação de superioridade numérica de peças com protagonistas masculinos inverte-se em alguns jornais, como podemos ver no Quadro 1, que se reporta à variável 2 (jornal em que foi publicada a peça):

70. A distribuição das variáveis em função das categorias e respectiva justificação teórica encontram-se no final deste capítulo, uma vez que se entendeu que, por esta matéria já ter sido publicada em livro (Ferin, 2004), não faria sentido incluí-la no corpo deste trabalho.

**Quadro 1**

	<i>Público</i>	<i>DN</i>	<i>JN</i>	<i>Expresso</i>	<i>Independente</i>	<i>CM</i>	<i>Capital</i>	<i>24 H</i>	<i>Total</i>
Feminino	44	21	53	11	3	48	16	14	210
	21%	10,0%	25,2%	5,2%	1,4%	22,9%	7,6%	6,7%	100%
Masculino	30	28	43	5	2	66	13	29	216
	13,9%	13,0%	19,9%	2,3%	0,9%	30,6%	6,0%	13,4%	100%
Misto	39	13	41	4	0	21	19	7	144
	27,1%	9,0%	28,5%	2,8%	0,0%	14,6%	13,2%	4,9%	100%

Podemos observar que os jornais considerados como sendo de referência apresentam uma maior tendência para a publicação de notícias sobre mulheres. No *Público*, *JN*, *Expresso* e *O Independente*, existem mais notícias dedicadas a protagonistas do sexo feminino do que do sexo masculino. Dos jornais considerados como sendo de referência, apenas o *DN* escapa à tendência.

Se dividirmos os resultados em função da caracterização dos jornais, observamos que nos jornais de referência, as notícias sobre imigrantes mulheres ganham em quantidade, com 132 peças, o que corresponde a uma percentagem relativa à totalidade de peças (em que é indicado o sexo) nos jornais de referência de 39,2 por cento.

**Quadro 2**

Jornais de referência	Frequência	Percentagem válida
<b>Feminino</b>	<b>132</b>	<b>39,2</b>
Masculino	108	32,0
Misto	97	28,8
Total	337	100,0
Sem dados	618	
Total	955	

Nos jornais populares, por sua vez, são os protagonistas masculinos que somam maior quantidade de peças, no total de 108, o que perfaz 46,4 por cento do total de peças em que é identificável um género.

**Quadro 3**

Jornais populares	Frequência	Percentagem válida
Feminino	78	33,5
Masculino	108	46,4
Misto	47	20,2
Total	233	100,0
Sem dados	350	
Total	583	

Poder-se-ia, desde já, afirmar que existe uma certa correspondência entre os resultados obtidos e algumas tendências registadas na sociedade portuguesa relativamente aos números da imigração.

De acordo com os números divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), existiam em Portugal, em 2003, 136.555 estrangeiros do sexo masculino residentes em Portugal e 110.530 mulheres estrangeiras na mesma situação. Ou seja, em termos gerais, existe correspondência entre a realidade estatística e a sua representação na imprensa. Podemos ainda verificar que, para algumas nacionalidades, a situação se inverte em termos estatísticos, o que também se verificará nas páginas dos jornais analisados. Mais à frente neste capítulo voltaremos a este tema, nomeadamente para observar os fenómenos verificados ao nível da representação das nacionalidades e minorias.

### **6.3.1. Resultados e modalidades referentes à *Forma***

Passamos, de seguida, à análise dos resultados enquadrados na categoria a que pertencem, começamos pelas variáveis que se agrupam no eixo identificado como *Forma*.

#### **6.3.1.1. *Data***

No que diz respeito à *data* em que as notícias que incidem sobre o género feminino foram publicadas (variável em que não se encontram definidos modalidades nem códigos, uma vez que se trata de uma variável em que os resultados são expressos em texto, do tipo DD/MM/AAA), podemos observar que foi em Outubro que se registou o maior pico em termos de quantidade de peças. Observamos a distribuição ao longo de 2003 analisando o Quadro 4:

Quadro 4

Meses	Peças
Janeiro	31
Fevereiro	18
Março	27
Abril	9
Maio	22
Junho	25
Julho	4
Agosto	10
Setembro	3
Outubro	43
Novembro	17
Dezembro	1
Total	210

Os três picos observáveis ao nível da quantidade de notícias em que as mulheres imigrantes são protagonistas registam-se em Outubro, em Janeiro e em Março. Adiantando possíveis explicações para este resultado, não podemos, de maneira nenhuma, alhear-nos da agenda dos *media* no decurso de 2003. O ano foi particularmente rico ao nível de notícias sobre imigração, começando, logo em Janeiro, com a Presidência Aberta levada a cabo por Jorge Sampaio dedicada à imigração. Neste contexto, a explosão de peças é compreensível, tendo as mulheres imigrantes sido levadas à ribalta noticiosa por um certo efeito de arrastamento. Se atentarmos nos temas (Quadro 12), constatamos que existem 12 referências à Presidência Aberta. Podemos, pois, colocar a hipótese de a Presidência Aberta ter colocado a imigração na agenda dos *media*.

Esta constatação leva-nos a algumas breves considerações sobre a questão de aferir se os *media* abordam a questão da imigração, nomeadamente feminina, enquanto *acontecimento* ou como *problemática*.

Da análise da distribuição das peças ao longo do período em causa, a que se junta a ponderação da agenda dos *media* e do que podemos encontrar ao cabo do cruzamento com a variável tema, poderemos pensar que a imigração, enquanto *problemática* surge associada a um *acontecimento*. Ainda que a tentativa dos jornais ou dos jornalistas seja a de encontrar um ângulo que dê conta da questão da imigração enquanto *problemática*, isso só acontece quando existe aquilo a que poderemos chamar um “gancho” informativo, ou seja, uma âncora noticiosa que justifique essa abordagem.

Naturalmente que esta é uma questão que, não sendo exactamente residual, é, pelo menos, minoritária, já que a maior parte das peças analisadas, como veremos, não respondem permitem responder a esta questão.

### 6.3.1.2. Espaço

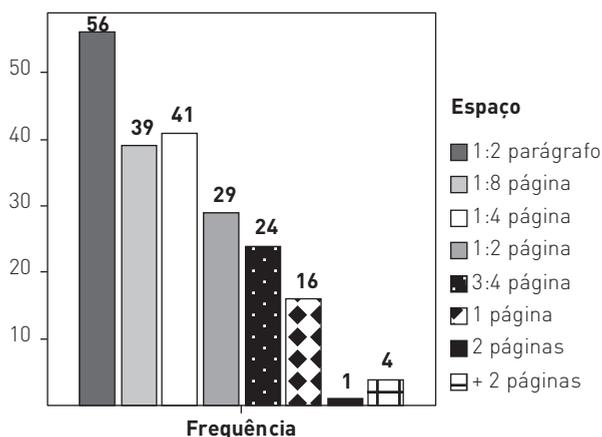
Relativamente ao espaço ocupado pelas notícias (variável 6), encontramos a seguinte definição de modalidades (os números na coluna da esquerda dizem respeito aos códigos atribuídos para efeitos de análise estatística):

**Quadro 5**

código	espaço
1	1 ou 2 parágrafos
2	1/8 página
3	1/4 página
4	1/2 página
5	3/4 Pág.
6	1 página
7	1 página 1/2
8	2 páginas
9	+ 2 páginas
10	Outro

Podemos observar a preponderância das peças de pequeno porte, patente no Gráfico 1 (de registar que não foram encontradas peças enquadráveis nas modalidades correspondentes aos códigos 7 (1 página 1/2) e 10 (Outro)).

**Gráfico 1**



Relativamente ao espaço que ocupam, a grande fatia das peças relativas a mulheres imigrantes ocupa um ou dois parágrafos, 1/8 de página e 1/4 de página. Se agruparmos estas três modalidades da variável em análise, obtemos um total de 136 peças, o que representa uma percentagem de 64,8 por cento das peças. Ou seja, encontramos sobretudo peças de pequena envergadura. Temos apenas quatro peças que ocupam mais de duas páginas. Com uma página encontramos 16 peças, correspondentes a 7,6 por cento do total de artigos.

É, também, de particular interesse (até para tentar confirma a hipótese do tratamento do macro-tema em análise ser feito enquanto *acontecimento*) o cruzamento dos resultados desta variável com a variável que analisaremos de seguida: a que se ocupa do tipo de peça.

### 6.3.1.3. *Tipo de peças*

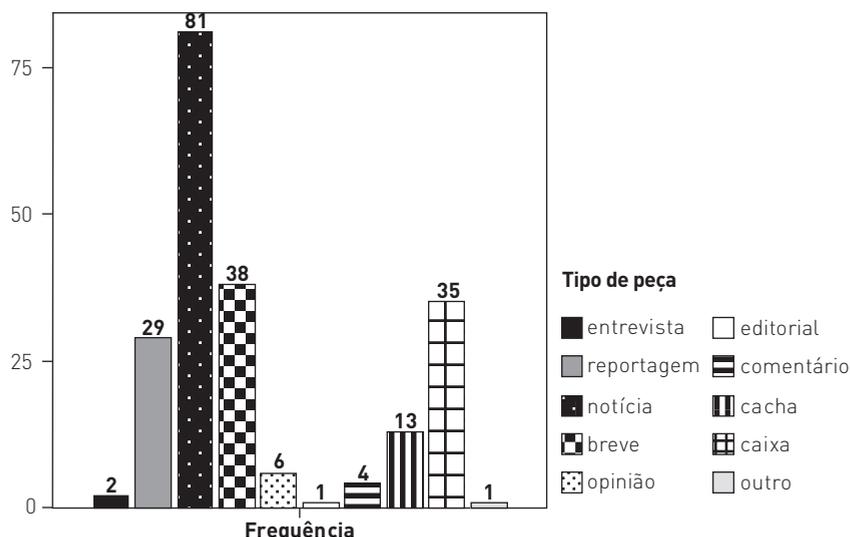
Passamos, seguidamente, à análise dos resultados obtidos em função do tipo de peças (variável 8), que se constitui das seguintes modalidades:

**Quadro 6**

código	tipo de peça
1	Entrevista
2	Reportagem
3	Notícia
4	Breve
5	Opinião
6	Editorial
7	Comentário
8	Cacha
9	Estatística
10	Caixa
11	Outro

Nesta variável, apenas não encontramos peças enquadráveis no tipo *Estadística*. Os resultados distribuem-se de acordo com tendência observável no Gráfico 2

Gráfico 2



Da interpretação desde gráfico verificamos que a modalidade *notícia* é aquela que se destaca, juntamente com a modalidade *breve*. Interpretando o Gráfico 2 em conjunto com o Gráfico 1, podemos deduzir que a grande maioria das peças em que as protagonistas são mulheres consiste em notícias ou breves relativamente pequenas. Podemos, pois, concluir que o espaço ocupado pelas peças está directamente relacionado com o tipo de que as peças se revestem.

Convém realçar o resultado obtido pela modalidade *Caixa*. Trata-se de um modalidade que surge da necessidade de dar resposta a novas tendências registadas nas páginas dos jornais, cada vez mais construídos à semelhança das páginas *web*, numa tentativa de simular o hipertexto. Acontece frequentemente surgirem “janelas” (para utilizar uma terminologia cara ao universo informático), a que chamámos caixas, que funcionam como recipientes de informação adicional relativa à peça principal, ao “texto-tronco”. No caso concreto das *caixas* em que as protagonistas são mulheres imigrantes, o que sucede é que os textos que aí encontramos são, frequentemente, “casos da vida”, *faits-divers* ilustrativos da realidade de que a peça principal dá conta.

Voltando à questão da imigração feminina ser abordada como *problemática* ou como *acontecimento*, à luz dos resultados agora apresentados, poderemos afirmar que a preponderância quantitativa do género *notícia* ou *breve* é mais consentânea com uma abordagem do tipo *acontecimento*.

**Quadro 7**

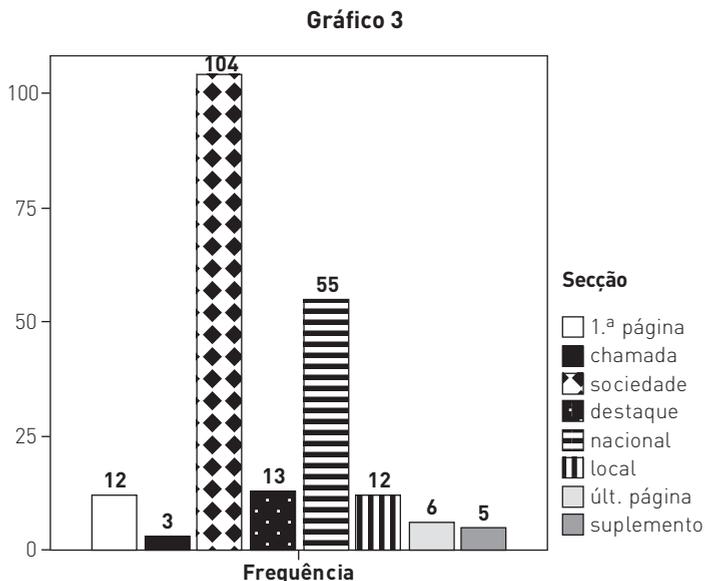
tipo de peça	Espaço								Total
	1 ou 2 parágrafos	1/8 pág.	1/4 pág.	1/2 pág.	3/4 pág.	1 pág.	2 pág.	+ 2 pág.	
Entrevista	0	0	1	0	1	0	0	0	2
Reportagem	1	0	2	6	7	9	0	4	29
Notícia	0	24	21	18	12	5	1	0	81
Breve	37	1	0	0	0	0	0	0	38
Opinião	0	0	3	1	2	0	0	0	6
Editorial	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Comentário	2	1	1	0	0	0	0	0	4
Cacha	5	1	2	2	2	1	0	0	13
Caixa	10	12	10	2	0	1	0	0	35

Apresentamos, seguidamente, os resultados do cruzamento da variável tipo de peça com a variável espaço.

Podemos, da análise do Quadro 7 concluir que as peças de maior fôlego (mais de duas páginas) pertencem à modalidade *reportagem*. Não deixa de ser curioso, porém, realçar que as 29 reportagens existentes (representando 13,8 por cento do total de peças) se apresentam em praticamente todos os tipos de espaços registados. Isto quer dizer que mesmo a reportagem, entendida vulgarmente como um género jornalístico mais vocacionado para o tratamento de *problemáticas*, é frequentemente um instrumento a serviço de outro tipo de abordagem, já que se considerou como reportagem aquelas peças que exigem trabalho do autor da peça *in loco*.

### 6.3.1.4. Secção

Quanto à secção em que se encontram as peças analisadas, verificamos um predomínio da *sociedade*, como se pode observar no seguinte gráfico:



Observamos que a modalidade *sociedade* é aquela em que se enquadra o maior número de peças – 104 – que correspondem a 49,5 por cento da totalidade das peças analisadas, ou seja, aproximadamente metade do total. Este resultado corresponde ao facto verificável de que a maior parte das peças que têm por tema a imigração surgirem enquadradas nesta secção da imprensa. Este valor pode ser justificado também pelo tipo de argumentação que, como podemos verificar mais à frente (Gráfico 12), é a modalidade sob a qual se reúnem mais peças. Observando também o gráfico que dá conta do enquadramento (Gráfico 10), em que as peças correspondentes à modalidade *dramática* são em número de 25, ou seja, 11,9 por cento do total de peças. As peças registadas sob esta modalidade normalmente são conta das condições de vida ou de situações vividas por mulheres imigrantes sempre apresentadas na secção que aqui designamos na modalidade *sociedade*.

A modalidade em segundo lugar no *ranking* corresponde à secção *nacional*. Este facto deve-se, pelo menos parcialmente, ao facto de algumas peças corresponderem a notícias no sentido mais técnico e estrito do género jornalístico, e se identificarem com o interesse nacional. Neste caso,

alguma justificação poder-se-ia encontrar nos resultados obtidos na variável localização geográfica (Gráfico 5), em que observamos que o maior número de peças se encontra registado sob a modalidade *nacional*, ou seja, notícias que não têm um enquadramento geográfico específico, que não são “histórias” territorialmente localizadas, mas que dizem respeito ao país como um todo.

### 6.3.1.5. Fotografia

Para terminar a análise dos resultados obtidos em função da categoria Forma, resta-nos dar conta da variável 25, que diz respeito à presença de Fotografia (ou outras formas de ilustração) nas peças.

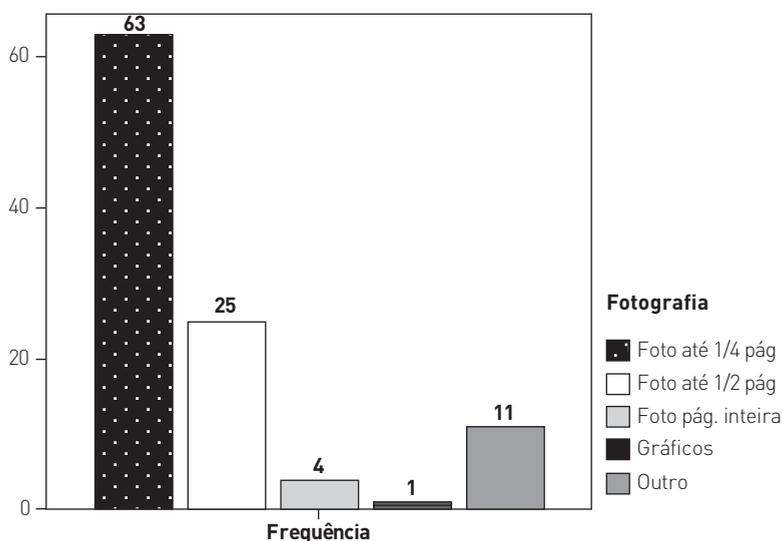
A distribuição das modalidades faz-se de acordo com a codificação presente no Quadro 8:

**Quadro 8**

código	fotografia
1	Fotografia até 1/4 página
2	Fotografia até 1/2 página
3	Fotografia de página inteira
4	Gráficos
5	Outro

Relativamente ao Quadro 8, convém explicitar o significado de duas das modalidades apresentadas, nomeadamente a que diz respeito aos *gráficos* e a *outro*. Entende-se por *gráficos* qualquer ilustração presente nas peças que não possa ser classificada como fotografia. Incluem-se, portanto, neste modalidade, quadros, infografias, mapas, etc. Relativamente a *outro*, trata-se de uma modalidade que foi utilizada par situações em que existem mais do que uma fotografia ou uma mistura de fotografia com *gráficos*.

Gráfico 4



Verificamos, então, que menos de metade das peças analisadas (mais exactamente 104, o que corresponde a 49,5 por cento do total) possuem fotografias ou outro tipo de informação gráfica.

A grande maioria das fotografias registadas (63 peças, 60,6 por cento das peças com fotografia ou informação gráfica) têm tamanho inferior a  $\frac{1}{4}$  de página. Este facto poder-se-á relacionar com a variável que dá conta do espaço ocupado pelas peças nos jornais. As notícias com um ou dois parágrafos (que, quanto ao tipo de peça, se classificam como *breves*) e as notícias que ocupam  $\frac{1}{3}$  de página, normalmente, não são ilustradas. A informação gráfica é “reservada” a peças de maior fôlego. Poder-se-ia, então, dizer que existe uma relação entre a importância outorgada ao tema e a atribuição de informação gráfica complementar, sob a forma de fotografia ou outra.

Podemos atentar no Quadro 9 para avaliar o grau desta relação.

**Quadro 9**

Espaço	Fotografia					Total
	Até 1:4 pág	Até 1:2 pág	Pág. inteira	Gráficos	Outro	
1 ou 2 parágrafos	7	0	0	0	0	7
	11,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	6,7%
1:8 página	4	2	1	0	0	7
	6,3%	8,0%	25,0%	0,0%	0,0%	6,7%
1:4 página	21	0	0	0	1	22
	33,3%	0,0%	0,0%	0,0%	9,1%	21,2%
1:2 página	17	8	0	1	1	27
	27,0%	32,0%	0,0%	100,0%	9,1%	26,0%
3:4 página	10	8	1	0	2	21
	15,9%	32,0%	25,0%	0,0%	18,2%	20,2%
1 página	4	7	1	0	3	15
	6,3%	28,0%	25,0%	0,0%	27,3%	14,4%
2 páginas	0	0	0	0	1	1
	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	9,1%	1,0%
+ 2 páginas	0	0	1	0	3	4
	0,0%	0,0%	25,0%	0,0%	27,3%	3,8%
Total	63	25	4	1	11	104
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Verificamos, pois, que das 56 peças que têm entre um e dois parágrafos, apenas sete são ilustradas com informação gráfica complementar e que nesses sete casos temos fotografias que ocupam menos de ¼ da página de jornal. Podemos adiantar que esses casos se referem a notícias localizadas na primeira página, correspondendo a cachas, pelo que se justifica a utilização de fotografias.

A grande concentração de elementos gráficos encontra-se em peças que ocupam ½ página, ¼ de página ou ¾ de página. Podemos verificar também que as peças de maior fôlego (duas páginas e mais de duas páginas) apresentam a maior abundância de elementos gráficos, o que não constitui de todo, uma surpresa. Reforça, porém, a ideia já afirmada que a informação gráfica surge como um complemento da informação escrita numa proporcionalidade directa.

### 6.3.2. Resultados e modalidades referentes ao *Conteúdo*

#### 6.3.2.1. *Localização geográfica*

Começamos por localizar a acção das peças recorrendo à variável 9, que enquadra a localização geográfica da acção descrita, que apresenta as seguintes modalidades:

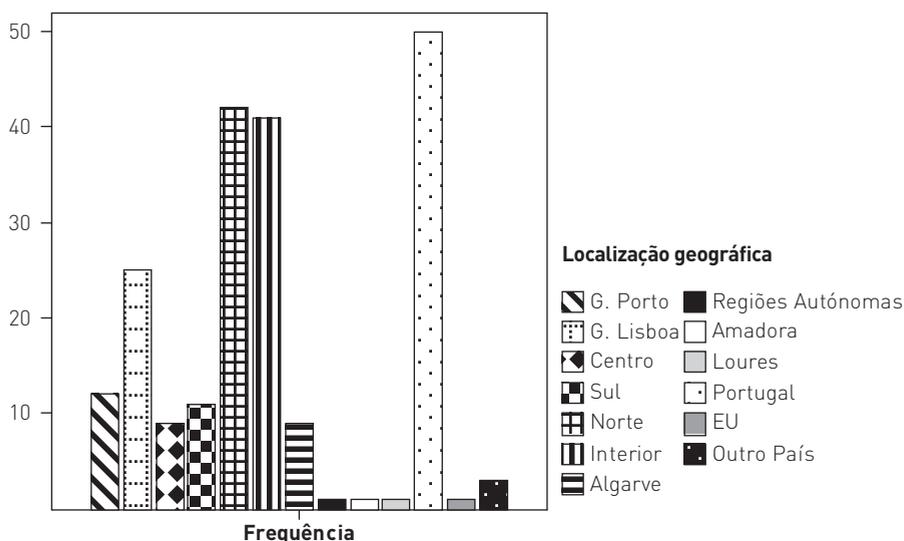
**Quadro 10**

código	localização geográfica
1	Grande Porto
2	Grande Lisboa
3	Centro
4	Sul
5	Norte
6	Interior
7	Algarve
8	Regiões Autónomas
9	Amadora
10	Loures
11	Oeiras
12	Setúbal
13	Outra Região
14	Portugal
15	Alemanha
16	Bélgica
17	Espanha
18	França
19	Inglaterra
20	UE
21	Outro País

Da observação do Gráfico 5, que se apresenta de seguida, podemos concluir que muitas destas modalidades não encontram correspondência em qualquer das peças analisadas, nomeadamente *Oeiras*, *Setúbal*, *Outra Região*, *Alemanha*, *Bélgica*, *Espanha*, *França* e *Inglaterra*. Podemos constatar, atentando no Quadro 10, que algumas das localizações geográficas propostas nas modalidades, de certa maneira, se sobrepõem, como é o caso de *Amadora*, *Loures*, *Oeiras* e *Setúbal* em relação a *Grande Lisboa*.

Acontece que muitas vezes a acção se encontra na *Grande Lisboa*, sem que seja exactamente definida a localização. Por *Sul* entende-se o Alentejo, por *Norte* a região correspondente ao *Minho e Alto Douro* e a *Interior* corresponde a região de *Trás-os-Montes*, bem como a *Beira Alta e Beira Interior*, o que faz com que *Centro* seja entendido como *Beira Litoral e Estremadura* (excepto as zonas que se encontram consignadas em modalidades próprias). Feitas estas observações relativas à codificação, passamos à análise do Gráfico 5.

Gráfico 5



Esta variável é de particular interesse para o nosso estudo, pois apresenta resultados que, à partida, não seriam expectáveis num estudo sobre as imagens da imigração na imprensa. O facto de o nosso objecto de estudo se restringir às mulheres imigrantes e, em particular, ao ano de 2003, faz com que estes resultados sejam especialmente singulares e reveladores.

Verificamos, em primeiro lugar, que praticamente todas as peças analisadas são geograficamente localizadas (206 em 210, o que corresponde a 98,1 por cento das peças). A localização mais frequente encontra-se expressa na modalidade *Portugal*. Quer isto dizer que grande parte das peças diz respeito a todo o território nacional. Poder-se-ia então deduzir que a imagem dada pela imprensa é a de que o fenómeno da imigração feminina no país se encontra disseminada de Norte a Sul, do Litoral ao Interior. Ou então que as peças não localizam a acção com especificidade.

Considerando a primeira hipótese, poder-se-á afirmar que, na realidade, os imigrantes (e aqui falamos tanto de mulheres como de homens) não se encontram tão concentrados nas grandes metrópoles como se verificava nos anos 80 e, também, ao longo dos primeiros anos da década de 90. Existe uma dispersão geográfica real da imigração e os jornais reflectem esta mudança. Os dados do SEF relativos ao distrito de residência da população estrangeira em Portugal mostram já esta mudança, apesar de ainda ser evidente uma concentração no distrito de Lisboa (que se situa em quatro lugar no de ocorrências nas peças analisadas). Num total de 250 991 estrangeiros residentes no país, 134 675 encontram-se em Lisboa, o que corresponde a 53,7 por cento do total. Os dois distritos que se seguem são Faro (32 858 estrangeiros) e Setúbal (26 675 estrangeiros).

No entanto, observamos que as zonas que correspondem às modalidades *Norte e Interior*, no nosso estudo, registam também um grande número de peças, superior ainda ao registado por *Lisboa* (mesmo se acrescentássemos os valores obtidos pelas modalidades *Loures e Amadora*). Este facto, além de reforçar a ideia da dispersão geográfica do fenómeno migratório para fora das grandes metrópoles, é revelador de uma imagem da imigração feminina ligada a uma certa vivência das localidades do Norte e Interior do país.

Com efeito, estes resultados não chocam com o retrato estatístico da imigração em Portugal, já que os dados existentes da distribuição por distritos é limitada aos estrangeiros residentes. Como seria de esperar, Lisboa regista uma grande presença de estrangeiros com este estatuto, muitos dos quais não são abrangidos por este estudo, como é o caso de cidadãos oriundos de países da União Europeia (num total de 29 425). As situações de autorização de permanência e, sobretudo, de clandestinidade, não são passíveis de ser contabilizados em função da sua localização geográfica, até porque a mobilidade dentro do território é considerável.

Naturalmente que a constatação dos valores elevados obtidos pelas modalidades *Norte e Interior* não pode ser desligada de alguns acontecimentos que entraram na agenda dos *media* em 2003, nomeadamente o movimento das chamadas “Mães de Bragança” e a capa da edição europeia da revista norte-americana *Time*, em Outubro (e, como já referimos neste trabalho, estes acontecimentos têm repercussão na distribuição das peças ao longo do ano, como podemos constatar no Quadro 4). Na sequência temporal destes acontecimentos, registou-se uma série de rusgas a estabelecimentos nocturnos localizados nas referidas zonas do país, o que também contribui para a grande expressão alcançada pelas modalidades a que correspondem essas regiões. Este facto poderá ser constatado

cruzando os dados obtidos nesta variável com os resultados patentes no Quadro 15 que dão conta da Personalização presente nas peças, ou seja, dos actores que encontramos, a par com as protagonistas imigrantes. Verificamos, então, a preponderância do grupo composto pelas modalidades *SEF, PSP, GNR, PJ e forças de segurança*, a que poderemos chamar, genericamente, *polícias*.

Esta tentativa de explicação vem reforçar o que já foi dito acerca do estatuto jurídico das imigrantes consideradas nas peças e aqueles que são considerados na elaboração das estatísticas referidas. Assim se poderá compreender melhor a enorme discrepância registada nesta variável.

Só para referir um exemplo final, em Bragança existem 485 estrangeiros residentes, somando homens e mulheres.

### 6.3.2.2. Objecto 1 – Estatuto jurídico

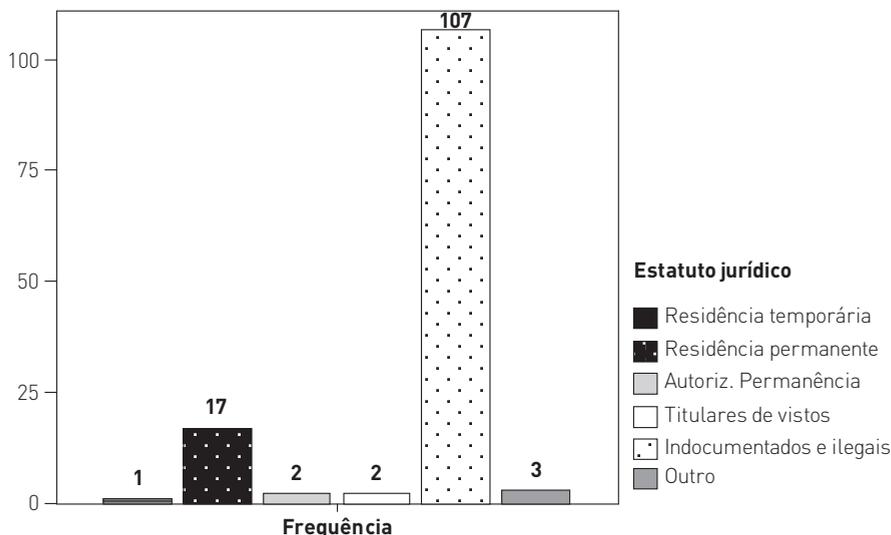
Na variável estatuto jurídico foram consideradas as modalidades que constam no Quadro 11:

**Quadro 11**

código	estatuto jurídico
1	Residência temporária
2	Residência permanente
3	Autorização de Permanência
4	Titulares de vistos
5	Indocumentados e ilegais
6	Asilados, refugiados e apátridas
7	Outro

Recordamos que a grelha das modalidades foi construída com base na legislação vigente. Para efeitos de análise, a modalidade *residência permanente* é atribuída também a cidadãos portugueses, que surgem enquadrados neste trabalho enquanto minorias étnicas. O extremo desdobramento das modalidades desta variável traz alguns problemas ao nível da análise das peças, uma vez raramente existem referências muito específicas à situação legal da imigrante, à excepção de um caso, como podemos ver no Gráfico 6.

Gráfico 6



O estatuto mais referido é o das mulheres imigrantes em situação de clandestinidade ou ilegalidade. Os restantes enquadramentos jurídicos têm expressões insignificantes.

É de particular interesse realçar que, no cômputo geral das peças (incluindo peças identificadas com os géneros masculino, misto e sem género definido), o estatuto dos imigrantes e minorias étnicas é referido em 45,7 por cento das peças. Isto pode querer dizer que quando os protagonistas são “elas”, parece haver um maior “interesse público” em identificar com maior rigor o seu enquadramento legal (relativamente ao imigrantes considerados como um todo). Simultaneamente, a percentagem de peças em que as mulheres imigrantes são “classificadas” como ilegais ou indocumentadas é de 51 por cento (este valor, considerando as peças na sua totalidade, desce para 31,4 por cento).

A consideração desta variável é bastante reveladora no que diz respeito à caracterização feita através das peças de imprensa das imigrantes em Portugal.

Podemos constatar, em primeiro lugar, que o estatuto jurídico das imigrantes é referido em 62,9 por cento das peças, uma percentagem que já referimos ser significativa no cômputo geral das peças sobre imigração. No entanto, se considerarmos o universo de peças em que é referido o estatuto jurídico, observamos que 81,1 por cento das referências se reportam a imigrantes indocumentadas ou ilegais.

Poder-se-ia levantar a hipótese de a situação jurídica só ser referida nos casos em que é mais fácil de identificar, ou seja, nas situações de ilegalidade. Se cruzarmos estes dados com os resultados da variável tema, que são apresentados no Quadro 12 verificamos que esta hipótese tem bastante força, já que os temas mais abordados correspondem às modalidades *Prostituição, Clandestinidade e Exploração*.

Traçando linhas de correspondências entre estes resultados e a realidade estatística, podemos concluir, desde já, que existe uma enorme discrepância entre o retrato apresentado pela imprensa e a realidade dos números, no que diz respeito às mulheres imigrantes em Portugal. Dado que os dados relativos à imigração ilegal não existem, por a sua obtenção ser de extrema dificuldade, investigadores e teóricos da imigração assumem que, em condições normais, a taxa de imigração ilegal corresponde a cerca de 10 por cento da imigração em situação regulamentar. Ou seja, no caso português, considerando os números do SEF, que regista a existência de 434.538 estrangeiros em Portugal, entre residentes e detentores de autorizações de permanência, existirão cerca de 43.500 imigrantes na clandestinidade.

Poder-se-ia argumentar que esta discrepância se relaciona com os valores-notícia e que o que foge à normalidade, logo o que é marginal, clandestino, ilegal, é mais apetecível como notícia. Podemos opor, no entanto, a esta argumentação, que não existe, nos *media* analisados, pelo menos de forma sistemática e significativa, uma contextualização da problemática, pelo que o retrato da imigração ilegal resulta ampliado.

Podemos também dizer que, por corresponder a uma tendência que se acentua, este tipo fenómeno poderia merecer atenção redobrada. Com efeito, como afirmam vários teóricos da imigração, sobretudo os que se especializam em questões de género<sup>71</sup>.

71. Cf., por exemplo, Floya Anthias, *in* Ghatak, Sassoon, 2001.

### 6.3.2.3. Objecto 2 – Minorias

Analisamos, seguidamente, a variável 11, que quantifica as nacionalidades (ou minorias) referenciadas nas peças submetidas a análise.

Foram identificadas as modalidades descritas no Quadro 12.

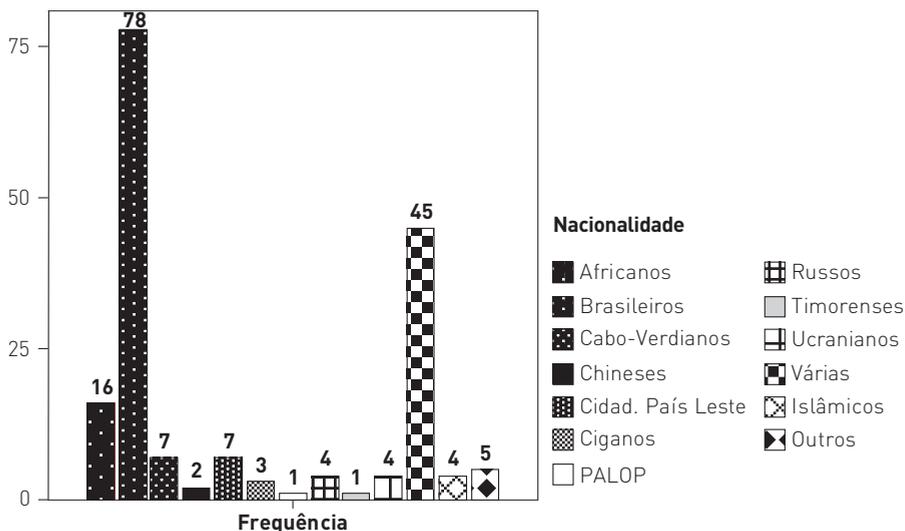
**Quadro 12**

código	minorias/nacionalidade
1	Africanos
2	Angolanos
3	Árabes
4	Brasileiros
5	Cabo-Verdianos
6	Chineses
7	Cidadãos de Países de Leste
8	Ciganos
9	Guineenses
10	Indianos
11	Magrebinos
12	Moçambicanos
13	Moldavos
14	PALOP
15	Paquistaneses
16	Russos
17	S. Tomenses
18	Timorenses
19	Ucranianos
20	Várias
21	Islâmicos
22	Outros

Conforme se pode verificar, algumas “minorias” são apresentadas em modalidades grupais (*africanos, cidadãos de países de leste, PALOP, islâmicos*), o que é justificado pela forma como os imigrantes são referidos nos *media* e que revela, desde já, um caracterização que pode ser qualificada como pouco definida e inespecífica.

Como se pode observar no Gráfico 7, várias das modalidades descritas não foram encontradas em nenhuma peça, nomeadamente *angolanos, árabes, guineenses, indianos, magrebinos, moçambicanos, moldavos, paquistaneses e S. Tomenses*.

Gráfico 7



Encontramos a nacionalidade brasileira no topo das referências, com 78 peças, o que corresponde a 37,1 por cento do total de peças e a 44,1 por cento do total de peças em que é referida uma nacionalidade ou minoria específica. Observe-se, a este respeito, que a menção a nacionalidade ou minoria é feita em 84,3 por cento das peças sobre mulheres imigrantes, o que representa uma percentagem bastante significativa.

O valor atingido pela modalidade *várias* (45 peças, correspondentes a 21,4 por cento do total de peças) atinge também um valor expressivo. Convém, neste ponto, clarificar que, ao identificar a modalidade com este código, nos reportamos a referências feitas, na mesma peça, a diversas nacionalidades ou minorias étnicas. Trata-se, afinal, de uma prática bastante comum na abordagem da questão da imigração, tanto nas peças exclusivamente sobre mulheres como nas restantes.

De salientar a pouca expressão das imigrantes de Leste no panorama geral das peças analisadas – adicionando os resultados das modalidades *cidadãos de países de leste, russos e ucranianos*, obtemos um total de 15 peças, o que corresponde a 7,1 por cento do total de peças. Esta tendência

não se verifica no que diz respeito às peças masculinas, em que a comunidade russófona surge em destacado 1.º lugar. Uma das hipóteses explicativas é o facto de, frequentemente, se encontrarem referências a estas comunidades enquadradas com outras, o que fará com que se situem na modalidade *várias* que, como já referimos, é a segunda mais expressiva.

O mesmo pode ser constatado para os países africanos. Agrupando os resultados obtidos pelas modalidades *africanos*, *cabo-verdianos* e *PALOP* obtemos 24 ocorrências, o que corresponde a 11,4 por cento do total de peças o que, ainda assim, representa um valor mais significativo do que o obtido pelas cidadãs russófonas.

Observamos que existe, de alguma maneira, uma correspondência com o que os indicadores estatísticos apontam.

**Quadro 13**

Estrangeiros residentes	Mulheres	Homens
INE	110 530	136 555
SEF	112 680	138 311

Com efeito, apesar do que já referimos em termos de residentes legais, o número de cidadãos brasileiros que pediram residência permanente, segundo o INE, foi de 6240 homens e 6977 mulheres. E, de acordo com as estatísticas do SEF relativas a 2003, nesse ano o número de mulheres brasileiras a residir em Portugal era já superior ao de homens da mesma nacionalidade (respectivamente 13 469 e 13 082). Poder-se-á dizer que os *media* estão já a antecipar uma tendência? Talvez seja dizer demais, já que as notícias, como seguidamente poderemos aferir pela observação da variável tema.

#### 6.3.2.4. Tema

Relativamente ao tema das peças analisadas, atentemos no Quadro 14, que descreve as modalidades registadas. Verificaremos, ao cotejar os resultados com a lista das modalidades, que várias delas não foram registadas para as peças sobre mulheres imigrantes, nomeadamente *acidentes*, *família*, *reagrupamento*, *sem-abrigo* e *estatística*.

**Quadro 14**

<b>código</b>	<b>tema</b>
1	Acidentes
2	Agenda
3	Campanhas públicas
4	Clandestinidade
5	Condições Sociais
6	Crime
7	Desemprego
8	Educação
9	Exploração
10	Expulsão
11	Família
12	Habitação
13	Legalização
14	Máfia
<b>15</b>	<b>Presidência Aberta</b>
16	Prostituição
17	Reagrupamento
18	Religião
19	Sem-abrigo
20	Saúde
21	Trabalho
22	Violência
23	Cultura
24	Naturalização
25	Legislação
26	Racismo
27	Estatística
28	Segurança
29	Integração
30	SEF
31	Outro

A apresentação dos resultados obtidos para esta variável (Quadro 15) denota uma vicissitude inerente ao tratamento da própria variável, que foi sujeita a um desdobramento, de forma a permitir que, para cada peça, pudessem ser registados dois temas, necessidade que se tornou imperiosa

depois do estudo exploratório da amostra que descrevemos na secção dedicada à metodologia aplicada.

**Quadro 15**

Temas	Frequência	Percentagem no total dos temas	Percentagem no total das peças
Agenda	1	0,3	0,5
Campanhas Públicas	4	1,1	1,9
Clandestinidade	50	13,6	23,8
Condições Sociais	11	3	5,3
Crime	26	7,1	12,4
Desemprego	1	0,3	0,5
Educação	2	0,5	1
Exploração	24	6,5	11,4
Expulsão	4	1,1	1,9
Habitação	1	0,3	0,5
Legalização	8	2,2	3,8
Legislação	3	0,8	1,4
Máfia	3	0,8	1,4
Presidência Aberta	10	2,7	4,8
Prostituição	124	33,7	59
Religião	7	1,9	3,3
Saúde	13	3,5	6,2
Trabalho	25	6,8	11,9
Violência	6	1,6	2,9
Cultura	7	1,9	3,3
Naturalização	2	0,5	1
Integração	17	4,6	8,1
Racismo	3	0,8	1,4
Segurança	4	1,1	1,9
SEF	1	0,3	0,5
Outro	11	3	5,3
Total temas	368	100	
Total peças	210		100

Observamos, pois, que os temas que mais se repetem nas peças recolhidas em 2003 dizem respeito a *prostituição*, *clandestinidade* e *crime*. Associando estas modalidades, obtemos o valor de 200. Naturalmente que este

número se aproxima do número de peças analisadas (210), o que é facilmente compreensível se atentarmos ao facto de que, para cada peça, a análise permite encontrar dois temas, como já foi referido. Assim sendo, podemos concluir que uma combinação de dois destes três temas surge com uma frequência considerável.

De realçar, ainda, os valores obtidos pelas modalidades *trabalho* (identificado em 25 peças) e *exploração* (referenciados em 24 peças). Se o segundo poderá ser enquadrável com o primeiro grupo já referido (*prostituição, clandestinidade e crime*), o primeiro terá uma relação mais directa com a questão das agendas dos *media* de 2003, nomeadamente a questão da “Presidência Aberta” dedicada à Imigração. Como já observámos, a Presidência Aberta fez com que um foco de atenção incidisse sobre as mulheres imigrantes, ainda que nem sempre directamente vinculado com o acontecimento (ou pseudo-acontecimento, na acepção de Boorstin) presidencial. O tema *trabalho* terá, certamente, beneficiado deste interesse já que o Presidente visitou várias empresas para dar relevo a “boas práticas” de integração de imigrantes. As mulheres surgem neste contexto, como protagonistas de histórias que “ilustram” esta situação.

Não convém, a propósito, deixar passar em claro o valor registado pela modalidade *integração*, que alcançou 17 ocorrências (8,1 por cento do total de peças), o que corresponde a uma tendência para dar atenção a este tema, embora nem sempre com um tom positivo: cruzando o tema com o tom da pela observamos que cinco ocorrências correspondem a *positivo*, seis a *negativo* e seis a *neutro*.

### 6.3.2.5. *Ocupação*

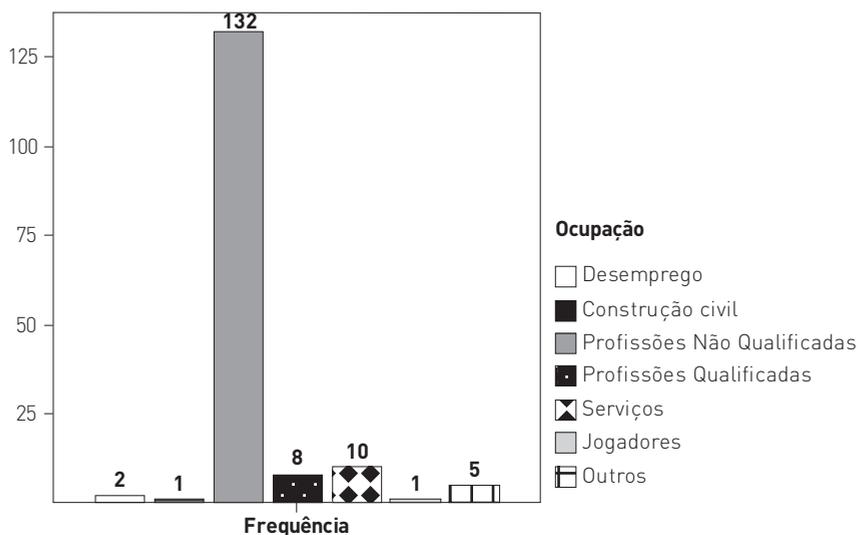
A variável ocupação consagra as modalidades enumeradas no Quadro 16.

**Quadro 16**

código	ocupação
1	Desemprego
2	Obras Públicas
3	Construção civil
4	Profissões Não Qualificadas
5	Profissões Qualificadas
6	Serviços
7	Jogadores
8	Outros

A análise da ocupação (trabalho desempenhado pelas imigrantes, nos casos em que ele é identificável, ou seja, em 179 peças, correspondentes a 75,7 por cento do total) segue a tendência apontada no Gráfico 8. Verificamos, à partida, por comparação com o elenco de modalidades, que *obras públicas*, é a única situação que não surge na análise das peças em que as protagonistas são mulheres imigrantes.

Gráfico 8



Podemos constatar também que apenas duas modalidades apresentam valores que podem ser considerados como estatisticamente relevantes, a saber: *profissões não qualificadas*, com 132 peças, que correspondem a 62,9 por cento do total de peças analisadas; e bastante distante ao nível do volume de ocorrências, encontramos a modalidade *serviços*, com 10 peças a representar 4,8 por cento do total.

Para compreender a quantidade de referências a *profissões não qualificadas*, há que atentar ao facto de a prostituição ter sido enquadrada nesta modalidade. Este facto pode ser justificado com o facto de esta actividade ser já sujeita a tributação, como “actividade mal-definida”, apesar de permanecer como prática ilegal em Portugal. Este valor pode, então, ser lido à luz dos resultados obtidos na variável tema (Quadro 12). Recordamos que este tema foi identificado em 124 peças, o que quer dizer que a diferença entre o total de peças onde as mulheres imigrantes desempenham profissões não qualificadas (132) e este valor, diz respeito a ocupações profissionais não qualificadas, fora da prostituição.

Também a análise dos resultados obtidos nesta variável vem reforçar o que foi dito a propósito da variável estatuto jurídico. Apesar de ser altamente improvável que a maioria das cidadãs brasileiras imigradas em Portugal se dedique à prática da prostituição, este universo é mais apelativo e, portanto, susceptível de chegar às páginas dos jornais. Há que considerar, no entanto, que 2003 foi um ano atípico no que diz respeito a acontecimentos ligados à prostituição brasileira em Portugal, muito devido ao abaixo-assinado do movimento das chamadas “Mães de Bragança” e ao facto de Bragança ter sido capa da edição europeia da revista *Time*, com o epíteto de “Europe’s New Red Light District”.

O valor obtido pela modalidade *serviços* corresponderá a uma tendência observável em vários estudos sobre a empregabilidade de cidadãos brasileiros em Portugal<sup>72</sup>. Apesar de se ter registado, nos últimos anos, uma certa inversão na tendência, no que diz respeito ao tipo de serviços realizados. As primeiras vagas de imigração brasileira vieram ocupar lugares onde se verificava uma carências de profissões portuguesas, nomeadamente ao nível do *marketing* e da publicidade, dos seguros, da banca; actualmente, vemos uma maior taxa de empregabilidade noutro tipo de serviços, em particular nos sectores da hotelaria e restauração.

#### **6.3.2.6. Personalização**

Por personalização entende-se o mapeamento dos actores que surgem na peça. Desta consideração excluem-se os imigrantes ou minorias étnicas, já que estes se consideraram como sendo os protagonistas. Poder-se-ia, então, substituir com benefício a expressão “actores” pela expressão “figurantes”, não fosse a importância que estes frequentemente assumem no desenvolvimento da peça. As modalidades consideradas podem encontrar-se no Quadro 17.

72. Cf. p. ex., Baganha, 2001: 36.

**Quadro 17**

código	actores
1	Estado
2	Governo
3	PP – Partido Popular
4	PS – Partido Socialista
5	PSD – Partido Social Democrata
6	PCP – Partido Comunista Português
7	BE – Bloco de Esquerda
8	Partidos
9	PSP – Polícia de Segurança Pública
10	GNR – Guarda Nacional Republicana
11	PJ – Polícia Judiciária
12	Forças de Segurança
13	Igrejas
14	UE – União Europeia
15	SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
16	ACIME – Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas
17	IGT – Inspeção-Geral do Trabalho
18	Sindicatos
19	Embaixadas
20	Associações de Imigrantes
21	Skinheads
22	SOS Racismo
23	Autarquias
24	Tribunais
25	ONG – Organizações Não Governamentais
26	Outros

De entre as modalidades apresentadas para a variável, algumas não foram detectadas em qualquer peça. São *elas PP, PS, PSD, PCP, BE, ACIME, IGT, embaixadas, skinheads e SOS Racismo*.

Como sucedeu com a variável *tema*, também a variável *actores* foi desdobrada, de modo a dar conta de um máximo de dois actores por peça.

**Quadro 18**

Actores	Frequência	Percentagem nas peças	Percentagem nos actores
Estado	12	6,8	4,3
Governo	25	14,1	9
Partidos	3	1,7	1,1
PSP	9	5,1	3,2
GNR	35	19,8	12,5
PJ	14	7,9	5
Forças de segurança	17	9,6	6,1
ACIME	3	1,7	1,1
Igrejas	4	2,3	1,4
EU	1	0,6	0,4
SEF	56	31,6	20,1
Sindicatos	2	1,1	0,7
Assoc. Imigrantes	6	3,4	2,2
Autarquias	5	2,8	1,8
Tribunais	19	10,7	6,8
ONG	13	7,3	4,7
Outros	55	31,1	19,7
Total peças	177	100	100
Total actores	279	100	100

Observamos, neste âmbito, a preponderância das modalidades *SEF*, *governo*, *polícias* (que agrupa *PSP*, *GNR*, *PJ* e *forças de segurança*) e *tribunais*. Fazendo apenas o somatório daquilo a que se convencionou chamar *polícias*, obtemos um total de 75 peças, o que corresponde a 42,4 por cento das peças em que são identificados actores.

Podemos também observar, neste momento do trabalho, a forte presença de actores institucionais, o que será reforçado pela sua presença também nas variáveis 20, 21 e 22, que correspondem às vozes presentes nas peças.

O elevado valor obtido na modalidade *outros* deve-se a uma multiplicação de actores, não previsível no estudo exploratório prévio. Destacar-se-iam, numa eventual remodelação das modalidades incluídas nesta variável, alguns novos actores, como *especialistas* (ou *peritos*), *empresários* e *populares*.

### 6.3.2.7. Idade

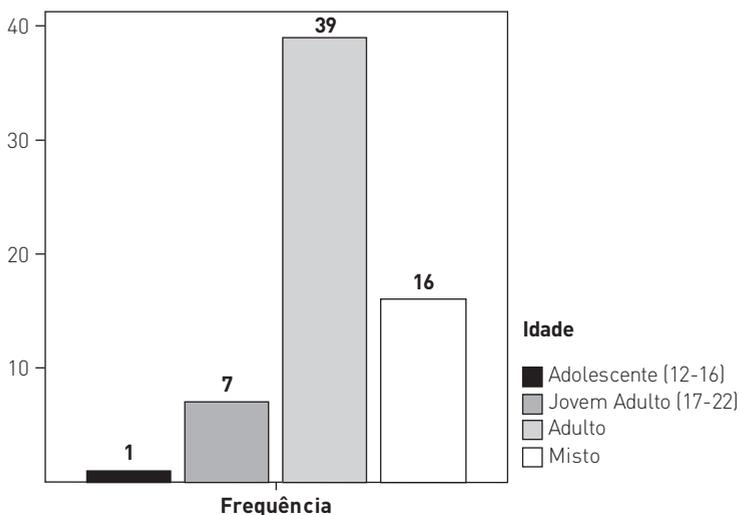
A variável 23 diz respeito à idade (quando ela é referida) das protagonistas das peças. A construção das modalidades foi feita segundo o Quadro 19.

**Quadro 19**

código	Idade
1	Criança até 12 anos
2	Adolescente (12 a 16 anos)
3	Jovem adulto (17 a 22 anos)
4	Adulto
5	<b>Misto</b>

São apenas 63 as peças em que podemos identificar a idade das protagonistas. Este valor corresponde a 30 por cento do total de peças. A única modalidade que não encontramos nas peças é *criança até 12 anos*.

**Gráfico 9**



De entre as peças em que a faixa etária é identificável, encontramos 39 peças correspondentes à modalidade *Adulto*, o que corresponde a 61,9 por cento das peças em que a idade pode ser registada. Estes resultados relacionam-se directamente com os resultados obtidos sobretudo na variável tema.

### 6.3.2.8. *Género*

A última variável enquadrável na categoria *Conteúdo* diz respeito ao género, da qual demos conta na secção inicial deste capítulo e que permitiu chegar às conclusões relativas desta primeira parte do trabalho empírico empreendido.

### 6.3.3. Resultados e modalidades referentes ao *Discurso*

No que diz respeito às variáveis que se enquadram na categoria *Discurso*, vamos tentar encontrar algumas linhas que permitam antever, ainda que de forma quantitativa, uma certa abordagem da análise do conteúdo, sobretudo no âmbito das variáveis enquadramento, tom e argumentação. É de grande importância realçar, porém, que este é o mais subjectivo dos três eixos de análise contemplados, uma vez que exige que o codificador realize um juízo, em certa medida, subjectivo, de alguma intencionalidade (como a entende e define Searle<sup>73</sup>) do autor do texto analisado. Para as três variáveis referidas é sempre atribuído um valor. Este facto explica os valores muito elevados atingidos pela modalidade *outro*, nas variáveis enquadramento e argumentação.

#### 6.3.3.1. *Enquadramento*

A variável 15 pretende definir o enquadramento da peça, entendido como o tipo de narrativa dominante. As modalidades encontram-se definidas no Quadro 20.

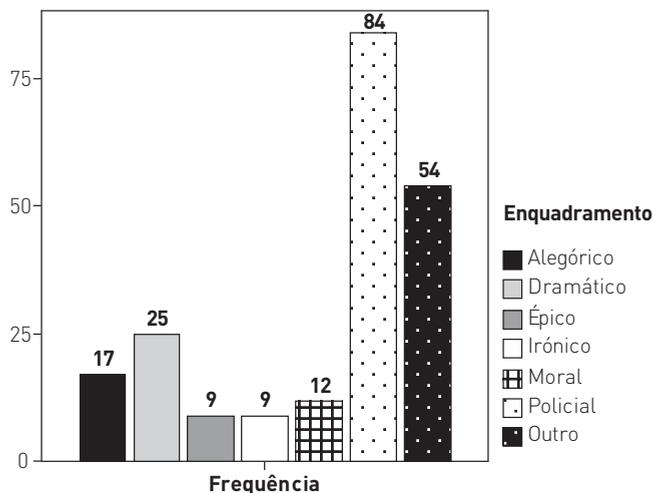
**Quadro 20**

código	enquadramento
1	Alegórico
2	Dramático
3	Épico
4	Irónico
5	Moral
6	Policial
7	Outro

Já foram feitas algumas observações, ao longo deste capítulo, acerca dos resultados obtidos nesta variável (patentes no Gráfico 10), sobretudo no que diz respeito ao seu cruzamento com a variável secção.

73. Searle, John S. (1984).

Gráfico 10

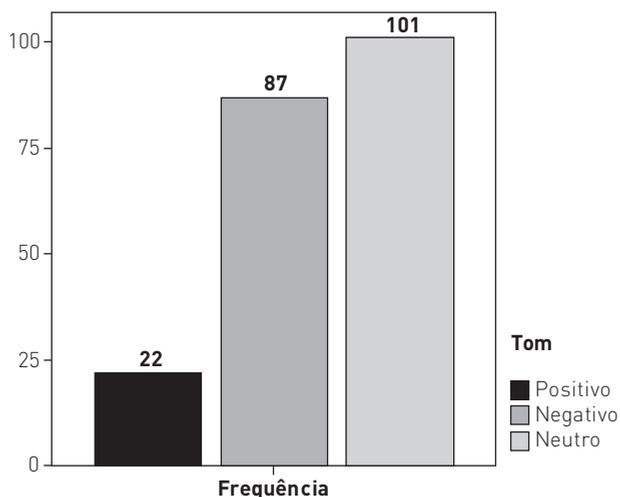


O valor mais elevado corresponde à modalidade *policial*, o que não é de estranhar dados os resultados obtidos nas variáveis *tema* e *actores*.

### 6.3.3.2. Tom

O tom é a segunda variável relativa ao discurso, analisada com o número 16. Pretende distinguir a existência de um modo *positivo*, *negativo* ou *neutro* nas práticas discursivas.

Gráfico 11



Verificamos que o tom *neutro* é o mais frequente nas peças analisadas, o que corresponderá a práticas jornalísticas consentâneas com os atributos da profissão. A imparcialidade e a objectividade fazem parte do “caderno de encargos” inerente ao exercício da profissão de jornalista, pelo que não é de estranhar este resultado.

Mais estranheza pode causar a elevada percentagem de peças com tom *negativo* – 41,4 por cento do total, correspondendo a 87 peças. Parcialmente, este valor pode ser explicado pela ocorrência dos tipos de peça *editorial*, *opinião* e *comentário*. Ainda assim, o somatório destas modalidades perfaz um total de 11 peças, muito aquém do número de peças em que detectou um tom *negativo*. Este valor pode encontrar também explicação no facto de as temáticas *exploração* e *crime* terem valores tão expressivos como os que se podem observar no Quadro 13.

### 6.3.3.3. Argumentação

A variável argumentação (17) identifica o tipo de argumentação presente em cada peça, entendendo o conceito como o resultado das motivações expressas pelo autor (no caso de peças em que seja expressa a opinião) ou que perpassa o texto de alguma forma que seja passível de reconhecimento.

Distinguem-se, nesta variável, as seguintes modalidades:

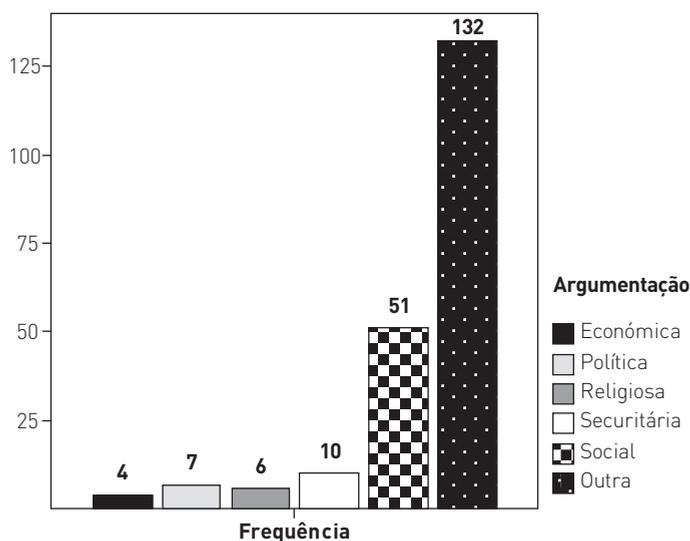
**Quadro 21**

código	argumentação
1	Demográfica
2	Económica
3	Política
4	Religiosa
5	Securitária
6	Social
7	Outra

A argumentação é, porventura, a mais difícil variável de identificar, uma vez que não é característica das peças jornalísticas. Este facto explica o valor elevado obtido pela modalidade *Outra*, com 132 peças, correspondentes a 62,9 por cento do total de peças. Se acrescentarmos o facto de a maior

parte das peças se identificarem como *notícias* e *breves*, de formatos pequenos, mais se tornará evidente a dificuldade em enquadrar as peças nas modalidades propostas, como podemos observar no Gráfico 12.

**Gráfico 12**



#### 6.3.3.4. Vozes

Finalmente, a última variável que integra o eixo do *Discurso* e com que se conclui esta abordagem empírica, diz respeito às vozes (variáveis 20, 21 e 22), patentes nas citações encontradas nos textos. São identificados os autores das citações, consideradas apenas quando são feitas em discurso directo, com marcas próprias e específicas, como é o caso da utilização de aspas.

As modalidades da variável encontram-se definidas no Quadro 22. De entre elas, 21 não foram identificadas nas peças protagonizadas por mulheres imigrantes. São elas: *PP, PSD, PCP, BE, UE, IGT, embaixadas, skinheads, SOS Racismo, angolanos, árabes, cidadãos de países de leste, guineenses, indianos, magrebinos, moçambicanos, moldavos, PALOP, paquistaneses, S. tomenses e russos*.

**Quadro 22**

<b>código</b>	<b>vozes</b>
1	Estado
2	Governo
3	PP
4	PS
5	PSD
6	PCP
7	BE
8	Partidos
9	Igrejas
10	Tribunais
11	UE
12	Forças de segurança
13	SEF
14	ACIME
15	PSP
16	GNR
17	PJ
18	IGT
19	Sindicatos
20	Embaixadas
21	Associações de Imigrantes
22	Skinheads
23	SOS Racismo
24	Autarquias
25	ONG
26	Africanos
27	Angolanos
28	Árabes
29	Brasileiros
30	Cabo-verdianos
31	Chineses
32	Cidadãos de Países de Leste
33	Ciganos
34	Guineenses
35	Indianos
36	Magrebinos
37	Moçambicanos
38	Moldavos
39	PALOP
40	Paquistaneses
41	Russos
42	São Tomenses
43	Timorenses
44	Ucranianos
45	Islâmicos
46	Outros

Da análise dos resultados obtidos, patentes no Quadro 23, poderemos inferir, ainda que de forma imperfeita e incipiente, algumas das fontes que poderão ter estado na base na elaboração das próprias peças.

**Quadro 23**

<b>Vozes</b>	<b>Frequência</b>	<b>Porcentagem nas peças</b>
Estado	7	6,1
<b>Governo</b>	<b>14</b>	<b>12,3</b>
PS	1	0,9
Partidos	3	2,6
Igrejas	4	3,5
Tribunais	2	1,8
Forças de segurança	4	3,5
<b>SEF</b>	<b>16</b>	<b>14</b>
PSP	3	2,6
GNR	5	4,4
PJ	6	5,3
ACIME	1	0,9
Sindicatos	1	0,9
Assoc. Imigrantes	3	2,6
Autarquias	5	4,4
ONG	9	7,9
Africanos	3	2,6
<b>Brasileiros</b>	<b>18</b>	<b>15,8</b>
Cabo-Verdianos	6	5,3
Chineses	1	0,9
Ciganos	3	2,6
Timorenses	1	0,9
Ucranianos	2	1,8
Islâmicos	1	0,9
Outros	33	28,9
Total imigrantes	38	33,3
Total polícias	34	29,8
Total peças	114	100

Podemos constatar que apenas 54,3 por cento das peças têm citações. De entre as peças que apresentam autores de citações perfeitamente claros e

distintos, o peso das citações de imigrantes ou seus representantes 33,3 por cento (que correspondem a citações em 36 peças). De entre estes, destacam-se as cidadãs brasileiras com 18 citações, ou seja, metade das citações do total das citações feitas por imigrantes ou seus representantes.

Por outro lado, observamos também o peso das instituições, como o SEF (presente em 16 peças) e o Governo (presente em 14 peças), no total de citações recenseadas. O total das polícias (agregando as modalidades *PSP, GNR, PJ* e *forças de segurança*) obtém citações em 34 peças. O que corresponde a 29,8 por cento do total de peças com citações, valor que se aproxima do que é atingido pelas imigrantes e seus representantes.

Existe, portanto, alguma coincidência entre os resultados obtidos na variável actores. No entanto, verifica-se que as fontes policiais, à excepção do SEF, não são ouvidas com frequência ou, pelos menos, não são citadas em discurso directo.

Também o peso das vozes da modalidade *brasileiros* está em consonância com o valor obtido por esta nacionalidade no cômputo das minorias identificadas nas peças. No entanto, verifica-se uma discrepância numérica entre as ocorrências de *brasileiros* enquanto minoria, identificados em 78 casos e apenas escutados em 18, o que corresponde a 8,6 por cento do total de peças, que corresponde a 15,8 por cento do total de citações.

## 7. ALGUMAS CONCLUSÕES

Ao longo do último capítulo foram já sendo apresentadas algumas notas que poderão ser tomadas como conclusões parciais do trabalho desenvolvido. Chega agora a altura de sistematizar essas ideias, articulando-as metodicamente com a investigação desenvolvida até este ponto.

A análise que a partir de agora será feita adquire contornos distintos daquela que foi apresentada anteriormente, já que terá uma índole bastante mais qualitativa e, portanto, subjectiva. Não será demais realçar, porém, a importância do desenvolvimento do estudo empírico, a única base passível de sustentar (e suscitar) os comentários que se seguem, em jeito de conclusão.

As primeiras palavras destas notas finais são, então, dedicadas à importância da utilização de metodologias da área das ciências sociais, cientificamente legitimadas, associando-as às especificidades das ciências da comunicação, mais concretamente ao estudo dos *media*. A tarefa apresentava-se como árdua, sobretudo por ser a primeira experiência de manuseamento de tais instrumentos. Dados os primeiros passos e analisados os primeiros resultados, rapidamente as vantagens se tornaram visíveis, o que deu alento para a continuação do trabalho.

Ao nível da pesquisa teórica necessária para a construção de alicerces sólidos inerente a investigações deste tipo, foram também sendo feitas várias descobertas, já que a principal área de pesquisa se situa no âmbito da Sociologia, tanto no caso do estudo das migrações como no caso dos estudos de género, mais especificamente, os estudos sobre a mulher. Tratou-se, pois, de uma incursão num território fascinante e que se situa, afinal, bastante próximo dos domínios em que realizei a minha formação académica.

Na realidade, e ao nível dos estudos sobre os *media*, será impossível distinguir fronteiras precisas entre ciências da comunicação e sociologia, a não ser que se trate de uma análise puramente no domínio da abstracção. As implicações recíprocas são demasiadas e dotadas de tamanha força que se tornam difíceis de negligenciar. Os *media* são, por um lado, parte da sociedade, desempenhando um papel fundamental entre os demais actores sociais, tornado-se, por isso, objectos incontornáveis do estudo da sociedade nas várias dimensões de que se podem revestir os estudos. Por outro lado, as ciências da comunicação não se podem demitir do facto de serem o campo privilegiado do estudo das relações que se estabelecem no âmbito dos *media*, entre os clássicos elementos que compõem a comunicação –

emissor, destinatário, mensagem, contexto, canal – que não devem (para não dizer que *não podem*) ser desligados dos contextos sociais mais latos em que operam.

Em suma, revelou-se de uma riqueza incomensurável a tentativa de construir algumas pontes entre Ciências da Comunicação e alguns elementos da Sociologia, apesar do carácter exploratório desta experiência.

## 7.1. ESPECIFICIDADES DA AMOSTRA

### 7.1.1. O ano de 2003

Não seria possível avançar nas conclusões sem fazer referência ao carácter absolutamente único do ano de 2003. Escolhido como base de trabalho por questões quase aleatórias que se prendem com a existência de um projecto mais lato cujo objectivo é mapear as notícias sobre imigração em alguns órgãos de comunicação social portugueses e com a oportunidade de realizar, em simultâneo, a dissertação de mestrado, 2003 acabou por se revelar um ano com características que o tornaram especial ao nível das notícias sobre imigração. Desde logo com a realização, em Janeiro, da Presidência Aberta dedicada, precisamente, ao tema, o que fez com que se desse uma explosão de peças jornalísticas associadas ao “pseudo-acontecimento”, para utilizar a terminologia de Daniel Boorstin. Foi também o ano em ocorreu um novo período de legalização extraordinária. O facto de se restringir exclusivamente a cidadãos brasileiros acendeu o rasilho da polémica e encheu um número considerável de páginas de jornais. Em 2003 realizou-se também o I Congresso da Imigração em Portugal, por iniciativa de uma entidade oficial – o ACIME – além de muitos outros eventos relacionados com a integração dos imigrados no país. Finalmente, não poderíamos deixar de referir o motivo que levou Portugal à capa da revista *Time*, a prostituição brasileira em Bragança transformada em escândalo internacional.

A questão da agenda dos *media* torna-se ainda mais pertinente se atentarmos ao facto de 2003 ter sido um ano cheio de acontecimentos extremamente mediáticos, à escala nacional e internacional, como sejam o caso Casa Pia, a crise económica com todas as suas consequências sociais e políticas, a guerra no Iraque ou até a preparação do Euro2004.

Daí que o volume de notícias encontrado em 2003 sobre imigração adquira ainda mais expressividade, sendo possível, inclusivamente, considerar que o macro-tema da imigração e dos imigrantes adquiriu um lugar cativo

nos *media*. Prova disso é também a existência de notícias fora do âmbito das rotinas de agenda, sobretudo ao nível da dimensão da diferença cultural, procurada, por exemplo, no caso das notícias sobre a mutilação genital feminina em Portugal ou as práticas dos imigrantes das mais variadas proveniências em alturas festivas, como o Natal. É também prova da conquista deste “lugar cativo” a existência já bastante acentuada de jornalistas especializados nos temas da imigração, que se nota sobretudo nos jornais de referência.

### 7.1.2. A forma das notícias

As peças sobre mulheres imigrantes, apesar de serem em menor número do que as que dizem respeito a homens imigrantes, surgem já em quantidade bastante avultada. Em alguns jornais, como vimos, sobretudo em alguns que são considerados como sendo de referência, estas peças jornalísticas surgem inclusivamente em maior número. Apesar de não existirem estudos que nos permitam traçar comparações com situações anteriores, arriscaríamos concluir que se trata de um fenómeno relativamente recente em Portugal e que corresponderá a uma realidade global – a da feminização da imigração. Recordando o que ficou escrito acerca da relativa invisibilidade das mulheres imigrantes num contexto social global, poderemos talvez inferir que talvez estejamos, pelo menos ao nível da amostra estudada, na presença de uma inflexão da tendência. Os resultados obtidos poderão, no entanto, ser consequência de uma série de conjugações muito específicas ou resultar numa imagem das mulheres imigrantes que não serva para lançar luz sobre elas, antes fazer com que permaneçam numa espécie de obscuridade que pode tornar efectivamente invisíveis diversos factores que não são objecto de representação mediática. Quando as mulheres imigrantes são chamadas à primeira página de um jornal – o que aconteceu 12 vezes nos jornais analisados, durante um ano – isso acontece, maioritariamente, pelos piores motivos: o tema é, directa ou indirectamente, a prostituição, em 11 desses casos.

Atentando à crueza dos números mais significativos, poderemos dizer que as peças sobre mulheres imigrantes são, essencialmente, muito curtas, enquadráveis como breves ou pequenas notícias, e que surgem sobretudo na secção *Sociedade*. Ainda assim, não poderemos negligenciar o número apreciável de reportagens, demonstrando um jornalismo de maior fôlego relacionado com um interesse crescente por um assunto com importância também ela crescente. No entanto, como veremos mais à frente, este protagonismo não trará consequências positivas para a afirmação da imagem da mulher imigrantes em Portugal.

De assinalar ainda, como já fizemos no capítulo dedicado à apresentação dos resultados do estudo empírico, a recorrência do aparecimento do tipo de peça identificado como *caixa*. Foi referido que estes casos reflectem como mulher imigrante serve frequentemente como ilustração de um tema mais abrangente que diz respeito à imigração em geral. Temos, nestes casos, o acabado exemplo de como as “estórias” que têm como protagonistas mulheres são secundarizadas, como uma espécie de bónus ou de adereço ao relato principal. Ou seja, a mulher imigrantes vista como a minoria da minoria, a manifestação da diferença dentro da diferença.

Ainda em relação à forma das peças, realce-se que praticamente metade delas são dotadas de fotografia, o que não deixa de ser interessante dada a sua brevidade. Poderemos, então, afirmar que a imagem da mulher imigrante em sentido figurado se vê reforçada pela imagem em sentido literal. Um estudo cuidado destes “retratos” poder-nos-ia ajudar a complementar este estudo, abordado as questões que se prendem com a semiótica da imagem e com as significações explícitas e implícitas. Por agora e contrariando a eventualidade de transformar este trabalho numa materialização do mito de Sísifo, fica apenas esta nota como eventual pista para a prossecução de estudos na área.

## 7.2. NOTAS RELATIVAS AOS RESULTADOS

### 7.2.1. O conteúdo das notícias

A principal conclusão, porque eventualmente mais surpreendente e esmagadora, a retirar em relação ao conteúdo é a preponderância do tema da prostituição. Cruzando os dados relativos ao tema com os resultados obtidos na variável que determina as minorias representadas, poderemos concluir que a prostituição frequentemente tem uma nacionalidade: a brasileira. Associando esta realidade ao estatuto jurídico mais frequente nas imigrantes retratadas pela imprensa portuguesa, chegamos à conclusão que que, maioritariamente, a imagem que passa das imigrantes que escolhem Portugal como destino é a de mulheres brasileiras clandestinas e implicadas em redes de prostituição. Este retrato, além de se encontrar patente na prostituição enquanto tema, é corroborado pela frequente ocorrência dos temas *clandestinidade*, *crime* e *exploração*. Também é frequente a identificação de várias nacionalidades em simultâneo, contribuindo para uma imagem difusa e marginal das mulheres imigrantes em Portugal.

Esta imagem corresponde, em grande medida, ao que foi dito no capítulo VI. O estereótipo da mulher imigrantes encaixa perfeitamente na imagem que

os jornais portugueses transmitem e estas peça, por sua vez, contribuem para a perpetuação desse mesmo estereótipo. Deparamo-nos, pois, com a imagem da mulher imigrante conotada com o exotismo associado ao desejo sexual. Simultaneamente, a questão da cidadania deixa de estar em causa, uma vez que as mulheres retratadas são absolutamente marginais, quer pela actividade que praticam, quer pela sua própria condição perante o sistema jurídico do país. A mulher imigrante é, assim, reduzida à mais elementar caricatura de si mesma.

Raras vezes são feitas tentativas para desmontar esse pré-conceito no âmbito dos *media* analisados. Isso corresponderia a tratar a notícia como uma *problemática* e não como um mero *acontecimento*, o que acontece com pouca frequência. Esta opção é frequentemente justificada com os constrangimentos a que os jornalistas estão sujeitos no exercício da sua profissão. Fazer o contrário, no entanto, seria identificado como sendo a materialização das celebradas “boas práticas” jornalísticas. As únicas excepções dignas de registo correspondem à contextualização das peças no âmbito de esquemas de tráfico e exploração de seres humanos e, em uma pouquíssimas ocasiões, a procura da *causa das coisas*.

Relativamente à imagem da inserção das mulheres imigrantes no mercado laboral português, verificamos duas realidades contraditórias nas peças analisadas. Por um lado, e como decorre do exposto, as ocupações mais referidas são as que são classificadas como “não-qualificadas”, modalidade nas quais se insere a prostituição. Dentro desta modalidade cabem ainda os trabalhos que, de acordo com os dados referidos no capítulo VI, mais ocupam as mulheres imigrantes, nomeadamente a prestação de serviços domésticos. O grande volume de ocorrências de profissões não-qualificadas pode ser entendido à luz da realidade laboral de muitas mulheres imigrantes – a da inserção na economia informal ou paralela. Seria bastante útil que existisse essa diferenciação no âmbito do estudo empírico realizado e essa constitui uma fraqueza do trabalho, já que a construção das variáveis obedeceu a uma lógica mais vocacionada para as profissões tipicamente “masculinas”. Esta realidade é prova cabal de que, mesmo nos trabalhos de investigação científica, subsiste a tendência de esboçar os procedimentos à imagem da realidade gramscianamente hegemónica masculina.

Por outro lado, encontramos, com alguma representatividade, o tema *trabalho* (sempre considerado independentemente do tema *prostituição*). Este facto demonstra que a importância das mulheres imigrantes no mercado de trabalho já encontra algum paralelo nas representações mediáticas.

Ainda no âmbito dos resultados obtidos na variável tema, convém destacar uma nota positiva para a existência de um número já considerável (ainda que muito longe dos valores obtidos para a prostituição) de peças que têm como tema a *integração*, o que poderá denotar a intenção de contrabalançar a quantidade de peças com um pendor nitidamente negativo e do qual resultam quase inevitavelmente interpretações pejorativas da imagem das mulheres imigrantes apresentada. Também os temas *religião* e *cultura* encontram alguma expressividade, o que pode dar entender uma certa procura, por parte dos jornalistas, da explicação, ou pelo menos da descrição do *diferente*, do *Outro*, duplamente encarnado pela imigração feminina.

É nítida a ausência de notícias acerca da realidade porventura mais identificada no âmbito dos estudos sobre as especificidades laborais inerentes à imigração feminina. Falamos da relação entre a realidade profissional das mulheres autóctones e a forma como as mulheres imigrantes as substituem nos lares, junto das crianças e dos idosos, providenciado a perpetuação do papel tradicional da mulher, com uma transferência de identidade para as imigrantes. Podemos relacionar esta inexistência de notícias com o facto de, como já foi várias vezes referido, os jornais não darem prioridade ao tratamento de *problemáticas*. O valor-notícia de peças que dessem conta desta realidade será, porventura, reduzido, além de a abordagem ser mais própria de trabalhos de investigação académica do que propriamente de peças jornalísticas. A todos estes factores acresce a dificuldade em obter números que sustentem narrativas sobre este assunto, já que, não raras vezes, as situações de trabalho doméstico não se encontram nos registos oficiais, apenas podem ser deduzidas a partir da observação da realidade.

### 7.2.2. O discurso das notícias

Podemos mais uma vez afirmar, observando as variáveis que dão conta das características do discurso patente nas peças analisadas, que a imagem das mulheres imigrantes se encontra, em larga escala, conotada com a ideia de marginalidade. Prova disso é a avultada quantidade de peças que têm como enquadramento a narrativa policial. Associada a esta constatação, encontramos um grande volume de peças onde foi identificado um tom negativo (apesar de na maioria das peças se reconhecer a presença de um tom neutro, o que remete, de alguma maneira, novamente para a questão das *boas práticas* e da reivindicada objectividade jornalística, que determina que o jornalista deve demonstrar uma atitude de neutralidade, imparcialidade e rigor no exercício da sua actividade.

A análise do discurso das peças noticiosas recolhidas é apenas feito num registo quantitativo, pelo que as conclusões a retirar não serão muito avultadas. Seria necessário utilizar técnicas específicas da análise do discurso para cada um dos textos para chegar a resultados mais interessantes, ainda que pudessem ser apelidados de subjectivos. Isso seria, naturalmente, matéria para outro trabalho, e não temos a veleidade de começar sequer a esboçar uma tentativa de análise de discurso mais profunda.

No entanto, e para finalizar esta secção, e por se entender que também revela do domínio do discurso das notícias, eis um resultado estatístico que não foi apresentado no estudo empírico. Das 210 notícias analisadas, apenas 83 são assinadas, o que representa uma percentagem de 39,5 por cento do total de notícias. Das que são assinadas, 66 são da autoria de jornalistas do sexo feminino, ou seja, 79,5 por cento do total de peças cuja autoria é expressa (e não estamos a contar com as peças atribuídas à Lusa – em número de três – e com peças assinadas com iniciais não atribuíveis a um(a) jornalista concreto(a)). Atentando na bibliografia que esteve na base da elaboração do presente trabalho, verificamos também que a grande maioria dos autores – sobretudo no que diz respeito às obras cujo foco incide nas questões de género, mais especificamente, nos estudos sobre a mulher – são, na realidade, autoras.

Será que poderemos concluir que os temas relacionados com o género feminino são do particular interesse das mulheres, jornalistas e investigadoras? No que diz respeito às investigadoras que dão nome às obras citadas, talvez seja mais visível e compreensível esse fenómeno. Já no que diz respeito às notícias, seria necessário avaliar a percentagem de mulheres que trabalham nas redacções dos jornais analisados para tentar chegar a uma conclusão cabal. No entanto, poderemos adiantar que grande parte dos discursos – no que diz respeito à imprensa e tendo em conta a amostra analisada – e sobretudo dos meta-discursos sobre as mulheres estão a ser produzidos por outras mulheres. Este trabalho é, aliás, mais uma prova disso mesmo.

## 8. BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE, Rosana, FERREIRA, Lúcia Évora, VIEGAS, Telma (2000), *O Fenómeno Associativo em Contexto Migratório; Duas décadas de Associativismo de Imigrantes em Portugal*, Oeiras: Celta.

AMÂNCIO, Lúcia (1994), *Masculino e feminino: a construção social da diferença*, Porto: Edições Afrontamento.

ANTHIAS, Floya, YUVAL-DAVIS, Nira (1996), *Racialized boundaries: race, nation, gender, colour and class and the anti-racist struggle*, London: Routledge.

APPADURAI, Arjun (1998) (1<sup>st</sup> ed. 1949), *Modernity at large: Cultural Dimensions of Globalization*, London, Minneapolis: University of Minnesota Press.

BAGANHA, Maria Ioannis (coord.) (2000), *Is an ethclass emerging in Europe?: the Portuguese case*, Lisboa: FLAD.

BAGANHA, Maria Ioannis B, GÓIS, Pedro, RAMALHO, Dorindo (1996-1998), *Immigrant insertion in the informal economy: the Portuguese case*, Bruxelles: DGXII-Science, Research and Development.

BAGANHA, Maria Ioannis, MARQUES, José Carlos (2001), *Imigração e política: o caso português*, Lisboa: FLAD.

BAGANHA, Maria Ioannis (org.) (1998), , Oeiras: Celta.

BARKER, C. (2000), *Cultural Studies: theory and practice*, London: Sage.

BARRENO, Maria Isabel (1976), *A imagem da mulher na imprensa*, Maria Isabel Barreno, Lisboa: Comissão da Condição Feminina.

BASTENIER, Albert, DASSETTO, Félice (1995), *Immigration et espace public: la controverse de l'intégration*, Paris: CIEMI/Editions L'Harmattan.

BAUBOCK, Rainer (ed.) (1994), *From aliens to citizens: redefining the status of immigrants in Europe*, Avebury: Aldershot.

BENJAMIN, Marina (ed.) (1993), *A question of identity: women, science, and literature*, New Brunswick: Rutgers University Press.

BOCK, Gisela, COVA, Anne (dirs.) (2003), *Écrire l'histoire des femmes en Europe du Sud: XIX<sup>e</sup>-XX<sup>e</sup> siècles; Writing women's history in Southern Europe: 19<sup>th</sup>-20<sup>th</sup> centuries*, Oeiras: Celta.

BONNAFOUS, Simone (1991), *L'immigration prise aux mots: les immigrés dans la presse au tournant des années 80*, Paris: Editions KIME.

BORJA, Jordi, CASTELLS, Manuel (1997), *Local y global. La gestión en la era de la información*, Madrid: Taurus.

BOYLE, Paul, HALFACREE, Keith (1999), *Migration and gender in the developed world: avoiding a new slave trade*, London: Routledge.

BRIBOSA, E., REA, A. (dirs.) (2002), *Les Nouvelles Migrations. Un enjeu européen*, Bruxelles: Editions Complexe.

BUIJS, Gina (ed.) (1996), *Migrant women: crossing boundaries and changing identities*, Oxford: Berg.

CÁDIMA, Rui, FIGUEIREDO, Alexandra (2003), *Representações (Imagens) dos Imigrantes e das Minorias Étnicas nos Media*, Lisboa: Observatório da Imigração.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes (coord.) (2000), *Direitos Humanos, Estrangeiros, Comunidades Migrantes e Minorias*, Oeiras: Celta.

CASTLES, Stephen, BOOTH, Heather, WALLACE, Tina (1987), *Here for good: Western Europe's new ethnic minorities*, London: Pluto Press.

CASTLES, Stephen, DAVIDSON, Alastair (2000), *Citizenship and migration: globalization and the politics of belonging*, Basingstoke: Macmillan Press.

CASTLES, Stephen (2000), *Ethnicity and globalization: from migrant worker to transnational citizen*, London: Sage Publications.

CASTLES, Stephen, KOSACK, Godula (1985), *Immigrant workers and class structure in Western Europe* (2<sup>nd</sup> ed.), Oxford: University Press.

CASTLES, Stephen, MILLER, Mark J. (1993), *The age of migration: international population movements in the modern world*, Basingstoke; New York: Macmillan Press: Guilford Press.

CASTRO, Zília Osório de Castro (dir.), SOUSA, António Ferreira, FAVINHA, Marília (coord.) (2003), *Falar de mulheres: da igualdade à paridade*, Lisboa: Livros Horizonte.

CHANG, Grace (2000), *Disposable domestics: immigrant women workers in the global economy*, Cambridge: South End Press.

COHEN, Robert (ed.) (1996), *Theories of Migration*, Cheltenham: Edward Elgar.

CIDM (Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres) (1993), *Estudos sobre as mulheres em Portugal*, Lisboa: CIMD.

CÓNIM, Custódio, CARRILHO, Maria José, *Situação Demográfica e Perspectivas de Evolução Portugal, 1960-2000* (1989), Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.

CORREIA, Fernando (1997), *Os Jornalistas e as Notícias*, Lisboa: Editorial Caminho.

COSTA, Adélia (1992), *Representações sociais de homens e de mulheres: Portugal 1991*, Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.

CRUZ, Ana Maria Braga da (1995), *Igualdade e diferença: a coexistência dos contrários*, Lisboa: Comissão para a Igualdade e Direitos das Mulheres.

CUNHA, Isabel Ferin, *et al.* (2004), *Media, Imigração e Minorias Étnicas*, Lisboa: Observatório da Imigração.

D'ALMEIDA, André Corrêa, *Impacto da Imigração em Portugal nas Contas do Estado* (2003), Lisboa: Observatório da Imigração.

DIJKSTRA, Bram (1994), *Idolos de perversidad: la imagen de la mujer en la cultura de fin de siglo*, Madrid: Ed. Debate.

DELAET, Debra L., KELSON, Gregory A. (1999), *Gender and immigration*, Basingstoke: Macmillan Press.

DUBY, Georges (1992), *Imagens da mulher*, Porto: Edições Afrontamento.

ESTEVES, Maria do Céu (org.) (1991), *Portugal, País de Imigração*, Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.

FERREE, Myra Marx, HESS, Beth B. (eds.) (1989), *Analysing gender: a handbook of social science research*, Newbury Park: Sage Publications.

FISHER, Helen (2001), *O primeiro sexo: como as mulheres estão a mudar o mundo*, Lisboa: Editorial Presença.

FONER, Nancy, RUMBAUT. Rúben G., GOLD, Steven J. (eds.) (2000), *Immigration research for a new century: multidisciplinary perspectives*, New York: Russell Sage Foundation.

GALHARDO, Anabela, Joaquim, Teresa (2003), *Novos Olhares: passado e presente nos Estudos sobre as Mulheres em Portugal*, Oeiras: Celta.

GARCIA, José Luís (org.) (2000), *Portugal migrante: emigrantes e imigrados, dois estudos introdutórios*, Oeiras: Celta Editora.

GARCIA, José Luís (2000), *Migrações e Relações Multiculturais – Uma Bibliografia*, Oeiras: Celta.

GHATAK, Subrata, SASSOON, Anne Showstack (eds) (2001), *Migration and Mobility, The European Context*, New York: Palgrave.

GUILLAMIN, C. (1992), *Sexe, race et pratique du pouvoir*, Paris: Côté-Femmes.

HALL, S. et al. (1980), *Culture, Media, Language*, London: Routledge.

JACKSON, J. A. (1991), *Migrações*, Lisboa: Escher.

KING, Russell, (2001), *The Mediterranean Passage*, Liverpool: Liverpool University Press.

KOFMAN, Eleonore et al. (2000), *Gender and international migration in Europe: employment, welfare and politics*, London: Routledge.

KYMLICKA, Will (2001), *La citoyenneté multiculturelle. Une théorie libérale du droit des minorités*, Paris: Editions La Découverte.

KYMLICKA, Will (1997), *Multicultural citizenship: a liberal theory of minority rights*, Oxford: Clarendon Press.

LAGES, M., Policarpo, V. (eds.), (2003), *Atitudes e valores perante a imigração*, Lisboa: Observatório da Imigração.

MALHEIROS, Jorge Macaísta (1996), *Imigrantes na Região de Lisboa; Os Anos da Mudança*, Edições Colibri: Lisboa.

MARTINIELLO, Marco (ed.) (1999) (1<sup>st</sup> ed. 1995) *Migration, Citizenship and Ethno-National Identities in the European Union*, Ashgate: Aldershot.

MARTINIELLO, Marco, PONCELET, Marc (1993), *Migrations et minorités ethniques dans l'espace européen*, Bruxelles: DeBoeck Université.

MESQUITA, Mário (2003), *O quarto equívoco. O poder dos media na sociedade contemporânea*, Coimbra: MinervaCoimbra.

MILLER, Robert L., WILFORD, Rick (eds.) (1998), *Women, ethnicity and nationalism: the politics of transition*, London: Routledge.

OCDE (2004), *Tendances des migrations internationales. Sopemi 2003*, Paris: OCDE.

PIRES, Rui Pena (2003), *Migrações e Integração. Teoria e aplicações à sociedade portuguesa*, Oeiras: Celta.

PORTES, Alejandro, et al. (1999), *Migrações Internacionais, Origens, Tipos e Modos de Incorporação*. Oeiras: Celta.

POUTIGNAT, Philippe (1995), *Théories de l'ethnicité*, Paris: PUF.

PÓVOA, Maria Helena da Silva Almeida Dias (1997), *Interculturalidade e texto jornalístico: que relação?* Tese mestrado em Relações Interculturais, Lisboa: Universidade Aberta.

REA, Andrea (coord.) (1998), *Immigration et racisme en Europe*, Bruxelles: Éditions Complexe.

REBELO, José (2002) (1.<sup>a</sup> ed. 2000), *O Discurso do Jornal*, Lisboa: Editorial Notícias.

RIBEIRO, Maria Manuela Tavares (coord.) (2003), *Europa em Mutação. Cidadania. Identidades. Diversidade Cultural*, Coimbra: Quarteto.

ROSA, M. J. Valente (2000), *Imigrantes Internacionais: Dos Factos aos Conceitos*. Lisboa: SOCINOVA.

RUGY, Anne de (2000), *Dimensão Económica e Demográfica das Migrações na Europa Multicultural*, Oeiras: Celta.

SAPERAS, Enric (1993), *Os efeitos cognitivos da comunicação de massas*, Porto: Edições Asa.

SAYAD, Abdelmalek (1992), *L'immigration ou les paradoxes de l'altérité*, De Boeck Université.

SEABRA, H. (2002), *Delinquência a Preto e Branco*, Lisboa: FCSH.

SHARPE, Pamela (ed.) (2001), *Women, gender and labour migration: historical and global perspectives*, London: Routledge.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da et al. (eds.), 1993, *Emigração/Imigração em Portugal*, Lisboa: Fragmentos.

SOLÉ, Carlota (coord.) (2001), *El impacto de la inmigración en la economía y en la sociedad receptora*, Barcelona: Antropos.

SOS Racismo (2002), *A Imigração em Portugal*, Lisboa: SOS Racismo.

SOUTA, Luís (org.) (1989), *A mulher nas bocas do povo e na pena dos escritores*, Setúbal: Projecto Igualdade de Oportunidades em Educação.

TARRIUS, Alain (1992), *Les fourmis d'Europe*, Paris: Harmattan.

TODD, Emmanuel (1996), *O destino dos imigrados: assimilação e segregação nas democracias ocidentais*, Lisboa: Instituto Piaget.

TRAQUINA, Nelson (1997), *Big Show Media. Viagem pelo mundo do audiovisual português*, Lisboa: Notícias Editorial.

TRAQUINA, Nelson (2002), *Jornalismo*, Lisboa: Quimera.

TRAQUINA, Nelson (org.) (1993), *Jornalismo: Questões, Teorias e "Estórias"*, Lisboa: Vega.

VALA, J. (coord.) (1999), *Novos Racismos: Perspectivas comparativas*, Oeiras: Celta.

VALA, J., BRITO, R., LOPES, D. (1999), *Expressões dos racismos em Portugal*, Lisboa: ICS, Imprensa de Ciências Sociais.

VALA, J., MONTEIRO, M. B. (orgs.) (2000), *Psicologia Social*, Lisboa: Fundação Gulbenkian.

VALDIVIA, Angharad N. (1995), *Feminism, Multiculturalism and the Media: Global Diversities*, Thousand Oaks, London, New Delhi: Sage Publications.

VERTOVEC, Steven (1998), *Les transformations sociales: sociétés multi-culturelles et multi-ethniques*, Paris: UNESCO.

VICENTE, Ana (1998), *As mulheres em Portugal na transição do Milénio: valores, vivências, poderes nas relações sociais entre os dois sexos*, Lisboa: Multinova.

VICENTE, ANA (2000), *Direitos das mulheres/Direitos Humanos*, Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.

VICENTE, Ana (2002), *Os Poderes das Mulheres, Os Poderes dos Homens*, Lisboa: Gótica.

WEBER, Max (1978) [1.<sup>a</sup> ed. 1968], *Economy and Society*, vol. I, Berkley: University of California Press.

WIEVIORKA, M. (1995), *The Arena of Racism*, London, Thousand Oaks, New Delhi: Sage Publications.

WIEVIORKA, M. (dir.) (1997), *Une société fragmentée: Le multiculturalisme en débat*, Paris: La Découverte/Poche.

WIEVIORKA, Michel (2002), *O Racismo. Uma Introdução*, Lisboa: Fenda Edições.

WILFORD, Rick, MILLER, Robert L. (eds.) (1998), *Women, ethnicity and nationalism*, London and New York: Routledge.

WILLIS, Katie, YEOH, Brenda (eds.) (2000), *Gender and migration*, Cheltenham: Edward Elgar Publishing.

WOLTON, Dominique (1999), *Pensar a Comunicação*, Algés: Difel.

## ARTIGOS

BRAHAM, P. (1982), How the Media report race, in GUREVITCH, M., BENNETT, T., WOOLLACOTT, J. (1998), *Culture, Society and the Media*, London: Routledge.

CÁDIMA, Francisco Rui (2002), Televisão, serviço público e qualidade, *Observatório* (6), Lisboa: Obercom: 9-18.

CORDEIRO, Ana Rita (1997), Immigrants in Portuguese society. Some sociographic figures, *Working Papers* (4), Lisboa: SociNova – Gabinete de Investigação em Sociologia Aplicada, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.

CUNHA, Isabel Ferin (coord.) (2002), Media e discriminação: um estudo exploratório do caso português, *Observatório* (5), Lisboa: Obercom: 27-38.

FERREIRA, Virgínia (1998), As Mulheres em Portugal: Situação e Paradoxos, *Oficina do Centro de Estudos Sociais* (119), Coimbra: CES.

MARQUES, M. Margarida, ROSA, M. João Valente (2003), L'Intégration des Immigrés au Portugal: Singularité ou retard?, *Sociologia: Problemas e Práticas* (41), Oeiras: CIES/ISCTE/Celta: 9-36.

MOSCIVICI, S. (1988), Notes towards a description of social representations, *European Journal of Social Psychology* (18): 211-250.

MOROKVAŠIĆ, Mirjana (1984), Migrant women in Europe: a comparative perspective, *Women on the move. Contemporary changes in family and society*, UNESCO: 111-131.

NEVEU, Erik (1999), Medias, mouvements sociaux, espaces publics, *Réseaux n.º 98*, Paris: CNET/Hermès Science Publications: 15-85.

OLIVEIRA, Nuno (2000), Discursos Políticos sobre Minorias Imigrantes: – A Construção de uma «Questão»; *Working Papers* (16); Lisboa: SociNova – Gabinete de Investigação em Sociologia Aplicada, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.

RAMALHO, Maria Irene (1995), Women's Studies in Portugal, *Oficina do Centro de Estudos Sociais* (52), Coimbra: CES.

SILVEIRINHA, Maria João (2001), O feminismo e os estudos dos media: em busca da ligação necessária, *Revista Faces de Eva* (6), Lisboa: Edições Colibri.

VALA, Jorge, Sobre as Representações Sociais – Para uma Epistemologia do Senso Comum, *Cadernos de Ciência Sociais* (4).

## ANEXO – Variáveis utilizadas na análise das peças jornalísticas

### Variáveis referentes à Forma

- var1 (ID): onde se atribui o número à peça;
- var 2 (Jornal): discrimina o jornal onde foi publicado a peça;
- var 3 (Autor): identifica o autor ou autores (num máximo de dois) da peça em causa;
- var 4 (Dia/Mês/Ano): atribui uma data à peça registada;
- var 5 (Dia semana): identifica se o dia em que foi publicada a peça corresponde a um dia de semana ou a fim-de-semana;
- var 6 (Espaço): pretende identificar, em parágrafos ou páginas, o espaço ocupado no jornal pela peça em causa<sup>74</sup>;
- var 7 (Secção): procura identificar, dentro do jornal, o lugar onde surge a peça, a sua proeminência;
- var 8 (Tipo de peça): caracteriza o género de artigo;
- var 25 (Fotografia): discrimina a existência e o tipo de fotografia ou gráfico presente na peça.

### Variáveis referentes ao Conteúdo

- var 9 (Local geográfico): localiza geograficamente o âmbito ou o local da acção;
- var 10 (Objecto1): identifica a situação jurídica do imigrante referido na peça<sup>75</sup>;
- var 11 (Objecto2): identifica a nacionalidade do imigrante ou a etnia referida<sup>76</sup>;
- var 12 (Temas): atribui o tema principal à peça;
- var 13 (Temas): atribui um tema secundário à peça;

74. Optou-se pela contagem de parágrafos como aferição do espaço ocupado no jornal, tal como foi proposto por Max Weber, em 1910, no primeiro Congresso da sociedade Alemã de Sociologia ao reivindicar a necessidade de uma “sociologia do sector dos jornais”. Cf. Kunczik, M., 1997, *Conceitos de Jornalismo*, São Paulo: Edusp: 19-21.

75. A classificação da situação jurídica utilizada foi fornecida pelo ACIME.

76. As nacionalidades que constituem as modalidades da variável são as mais referidas pelo SEF.

- var 14 (Ocupação): identifica o tipo de trabalho exercido pelo imigrante ou indivíduo que integre uma minoria;
- var 18 (Personalização): identifica o actor mais focado ou nomeado na peça<sup>77</sup>;
- var 19 (Personalização): identifica um segundo actor mais focado ou nomeado na peça;
- var 23 (Idade): identifica e regista a faixa etária que é tratada na peça;
- var 24 (Género): identifica e regista o género que é tratado na peça.

### Variáveis referentes ao Discurso

- var 15 (Enquadramento): caracteriza o tipo de narrativa, dominante, utilizado na peça<sup>78</sup>;
- var 16 (Tom): atribui à peça um tom dominante;
- var 17 (Argumentação): identifica o tipo de argumentação dominante na peça;
- var 20 (Vozes): regista o autor da citação mais focada;
- var 21 (Vozes): regista o autor da citação secundária mais focada;
- var 22 (Vozes): regista o autor da citação, em terceiro lugar, mais focada.

77. Personalização foi utilizada na perspectiva sociológica weberiana, em que actor social são os indivíduos ou grupos que realizam uma acção, não de forma mecânica ou reactiva, mas de modo significativa segundo determinados comportamentos e valores. Cf. Weber, M., 1997, *Conceitos sociológicos fundamentais*, Lisboa: Ed. 70.

78. Esta categoria fundamenta-se nos seguintes trabalhos: Weaver, P. H., *As notícias de jornal e as notícias de televisão in* Traquina, N., 1993, *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*, Lisboa: Vega: 294-305; os trabalhos sobre campanhas políticas atribuem ao jornalista a definição do tom da história. Cf., e.g., De Vreese, C. H. De, 2001, *Election Coverage: New Directions for Public Broadcasting: The Netherlands and Beyond*, *European Journal of Communication*, vol. 16 (2): 155-180.



